

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU EM SOCIEDADE, CULTURA E
FRONTEIRAS – NÍVEL DE MESTRADO
LINHA DE PESQUISA: TRABALHO, POLÍTICA E SOCIEDADE

PAOLA BERNARDON BELLO

**EM NOVOS TERRITÓRIOS:
UM OLHAR SOBRE A MIGRAÇÃO VENEZUELANA EM FOZ DO IGUAÇU**

FOZ DO IGUAÇU - PR

2021

PAOLA BERNARDON BELLO

**EM NOVOS TERRITÓRIOS:
UM OLHAR SOBRE A MIGRAÇÃO VENEZUELANA EM FOZ DO IGUAÇU**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação Strictu Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras, nível de Mestrado da Universidade Estadual do Paraná (Unioeste) como requisito para obtenção do Título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, na linha de pesquisa de Trabalho, Política e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elena Pires Santos

FOZ DO IGUAÇU

2021

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Bello, Paola

Em novos territórios : Um olhar sobre a migração venezuelana em Foz do Iguaçu / Paola Bello; orientador(a), Maria Elena Pires Santos, 2021.
104 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, Centro de Educação, Letras e Saúde, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2021.

1. Migração venezuelana. 2. Redes de apoio. 3. Direitos Humanos. 4. Vulnerabilidades. I. Pires Santos, Maria Elena. II. Título.

PAOLA BERNARDON BELLO

EM NOVOS TERRITÓRIOS:

UM OLHAR SOBRE A MIGRAÇÃO VENEZUELANA EM FOZ DO IGUAÇU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras em cumprimento aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Sociedade, Cultura e Fronteiras, área de concentração Sociedade, Cultura e Fronteiras, linha de pesquisa Trabalho, Política e Sociedade, APROVADA pela seguinte banca examinadora:

Profa Dra Claudia Siqueira Baltar
Universidade Estadual de Londrina - UEL
Membro Efetivo (convidado)

Profa Dra Regina Coeli Machado e Silva
Membro Efetivo (da Instituição)

Prof. Dr. Mauro José Ferreira Cury
Membro Efetivo (da Instituição)

Profa Dra Maria Elena Pires Santos (UNIOESTE)
Orientadora

Foz do Iguaçu, 12 de março de 2021.

AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos à professora Dra. Maria Elena Pires Santos, que me escolheu como orientanda e esteve ao meu lado todos os dias nesses dois anos de mestrado. Agradeço por ter me acolhido, ter compartilhado conhecimento, ter sido persistente ao me ajudar a superar os desafios do engessamento acadêmico e por ter segurado minha mão quando a caminhada parecia estar pesada demais.

Agradeço à Asoveni (nas pessoas de Jesús, Marlys e Alberto), à irmã Terezinha, da Casa do Migrante, e a cada homem e mulher migrante que participou dessa pesquisa – pela confiança, cumplicidade e compartilhamento do sonho de termos, um dia, uma sociedade mais justa e igualitária.

À minha família, por compreender as ausências mesmo por vezes estando tão perto, e por confiar em meu potencial mesmo quando eu mesma duvidava de minha capacidade.

Às amigas que a Unioeste me presenteou, em especial, Ana Flávia, Viviane e Dayse. Mulheres inteligentes, fortes e resilientes, gigantes em afeto, implacáveis na sororidade. Obrigada pela amizade, pelo companheirismo, pela empatia e por estarem ao meu lado dentro e fora da universidade. E também aos amigos e amigas que, presencial ou virtualmente, ajudaram a manter meu equilíbrio e sanidade mental nesse período de desafios agravados pela pandemia.

Meu agradecimento à equipe do OBMigra, pelo rico compartilhamento de informações em épocas obscuras de questionamento do saber científico. E aos membros da banca, pelo tempo dedicado à leitura cuidadosa e às contribuições para que essa dissertação se apresentasse da melhor forma nas próximas páginas.

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo.

Paulo Freire

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma observação etnográfica de parte da população migrante venezuelana que atualmente se encontra em Foz do Iguaçu (PR). Busca avaliar a importância do acesso à informação e do estabelecimento de redes de apoio para que migrantes venezuelanos consigam garantir o respeito e o cumprimento de seus direitos no Brasil e, assim, fiquem menos expostos a vulnerabilidades. A partir deste cenário, tem como objetivo abordar as diferentes vulnerabilidades em que migrantes podem se encontrar no país, dependendo das redes de apoio que tenham estabelecido no novo território e do nível de confiabilidade das informações sobre migração e direitos às quais têm acesso. Para concepções sobre migração, refúgio e vulnerabilidades, o texto recorre à legislação vigente (Lei de Migração, o Estatuto do Refugiado, Declaração de Cartagena) e a documentos produzidos por agências das Nações Unidas. A dissertação também toma como base as teorias sobre etnografia de Clifford (2011); Machado, Jung e Pires-Santos (2019); Mattos (2011); Maliguetti (2004); e Peirano (2014). Sobre cultura, recorre a Wagner (2010) e sobre relações culturais, a Canclini (1998). Destaca ainda teóricos como Wortham (2001) e Silvermann (2009) para fazer as conexões acerca das narrativas. E menciona Raffestin (1993), sobre territorialização, Cardin (2018) para reflexões sobre migrações e redes, e Barth (1969), Santos (2000) e Saquet (2005) sobre território e relações de poder. A pesquisa também recorre à observação etnográfica para dar ouvidos aos relatos de vida de seis pessoas que migraram para Foz do Iguaçu em momentos e em situações distintas. Dessa forma, as narrativas buscam ressaltar as principais demandas para que consigam encontrar condições dignas de sobrevivência e reinício de suas trajetórias.

PALAVRAS-CHAVE: Migração venezuelana; Redes de apoio; Direitos humanos; Vulnerabilidades.

ABSTRACT

This dissertation presents an ethnographic observation of part of the Venezuelan migrant population that is currently in Foz do Iguacu (PR). It seeks to assess the importance of access to information and the establishment of support networks so that Venezuelan migrants are able to guarantee the respect and fulfillment of their rights in Brazil and, thus, be less exposed to vulnerabilities. Based on this scenario, it aims to address the different vulnerabilities in which migrants may find themselves in the country, depending on the support networks they have established in the new territory and the level of reliability of the information on migration and rights to which they have access. For conceptions about migration, refuge and vulnerabilities, the text makes use of current legislation (Migration Law, the Refugee Statute, Cartagena Declaration) and documents produced by United Nations agencies. The dissertation also uses Clifford's (2011) theories on ethnography; Machado, Jung and Pires-Santos (2019); Mattos (2011); Maliguetti (2004); and Peirano (2014). On culture, it quotes Wagner (2010) and on cultural relations, Canclini (1998). It also highlights theorists such as Wortham (2001) and Silvermann (2009) to make connections about narratives. And it resorts Raffestin (1993), on territorialization, Cardin (2018) for reflections on migrations and networks, and Barth (1969), Santos (2000) and Saquet (2005) on territory and power relations. The research also uses ethnographic observation to listen to the life stories of six people who migrated to Foz do Iguacu at different times and in different situations. Thus, the narratives seek to highlight the main demands so that they can find conditions worthy of survival and restarting their trajectories.

KEY WORDS: Venezuelan migration; Support networks; Human rights; Vulnerability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| TABELA 1 – Número de registros de migrantes venezuelanos, por ano de entrada e tipo de movimento, Paraná - 2016 até junho/2019 | 19 |
| FIGURA 1 – Mapa com equipamentos de atendimento a migrantes em Foz do Iguaçu mencionados durante a pesquisa | 24 |
| GRÁFICO 1 – Faixa etária de respondentes de questionário | 34 |
| GRÁFICO 2 – Escolaridade de respondentes de questionário | 35 |
| GRÁFICO 3 – Situação migratória de respondentes de questionário | 36 |
| GRÁFICO 4 – Tempo de chegada ao Brasil entre respondentes | 36 |
| GRÁFICO 5 – Local de permanência de respondentes antes de chegar a Foz do Iguaçu | 37 |
| GRÁFICO 6 – Família de respondentes e chegada a Foz do Iguaçu | 38 |
| GRÁFICO 7 – Respondentes e recursos financeiros para chegar a Foz do Iguaçu | 38 |
| GRÁFICO 8 – Intenção de permanência em Foz do Iguaçu entre respondentes | 39 |
| GRÁFICO 9 – Acesso à internet entre respondentes do questionário | 40 |
| GRÁFICO 10 – Formas de acesso à internet entre respondentes | 41 |
| GRÁFICO 11 – Intenções de uso da internet entre respondentes | 41 |
| GRÁFICO 12 – Uso de redes sociais entre respondentes | 42 |

| | |
|---|----|
| GRÁFICO 13 – Ferramentas online de comunicação usadas por pessoas respondentes do questionário | 42 |
| GRÁFICO 14 – Informações de mais difícil acesso entre respondentes do questionário | 43 |
| GRÁFICO 15 – Acesso a serviços gratuitos entre respondentes do questionário | 44 |
| GRÁFICO 16 – Acesso à documentação brasileira entre respondentes do questionário | 45 |
| GRÁFICO 17 – Local onde respondentes do questionário tiveram acesso à documentação brasileira | 45 |
| GRÁFICO 18 – Direitos que respondentes do questionário acreditam ter no Brasil | 46 |
| GRÁFICO 19 – Sentimento de respondentes quanto ao respeito a seus direitos no Brasil | 47 |
| GRÁFICO 20 – Principais fontes de informação sobre direitos entre respondentes do questionário | 48 |
| GRÁFICO 21 – Percepções sobre dificuldades enfrentadas por migrantes venezuelanos em Foz do Iguaçu | 48 |
| GRÁFICO 22 – Percepções sobre recursos que poderiam amenizar as dificuldades enfrentadas por migrantes venezuelanos | 49 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 ABORDAGEM METODOLÓGICA | 18 |
| 1.1 DESAFIOS DE PESQUISA ENCONTRADOS..... | 26 |
| 1.2 AJUSTE DE ROTA: NARRATIVAS E PESQUISA QUALITATIVA..... | 32 |
| 1.3 OBSERVAÇÃO ETNOGRÁFICA..... | 51 |
| 2 CONTINGENTE EM RISCO | 56 |
| 2.1 VULNERABILIDADE MARCADA NA PELE | 64 |
| 2.2 UMA LUTA DIÁRIA PARA VIVER COM DIGNIDADE | 67 |
| 2.3 DESESPERO ACIMA DOS DIREITOS | 73 |
| 3 REDES, ACOLHIMENTO E ACESSO A DIREITOS..... | 77 |
| 3.1 REDES DE APOIO E DIREITOS GARANTIDOS | 79 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 86 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 90 |
| ANEXOS | 95 |
| APÊNDICES..... | 100 |

INTRODUÇÃO

Atualmente, mais de 260 mil migrantes venezuelanos vivem no Brasil, segundo estimativas da Plataforma de Coordenação de Resposta a Migrantes e Refugiados da Venezuela (R4V)¹. Deste contingente, parte significativa está em situação irregular no país, sem acesso a serviços essenciais, como educação, saúde, proteção, moradia e trabalho formal. Ao mesmo tempo em que algumas poucas pessoas conseguem vender bens e chegar ao Brasil com alguma reserva financeira que lhes permita viver com dignidade enquanto recomeçam suas vidas, parte significativa de venezuelanas e venezuelanos que chegam ao Brasil se encontra em situação de extrema vulnerabilidade, vivendo em condições que oferecem risco à saúde e à integridade física.

Apesar das grandes e distintas vulnerabilidades em que vivem essas centenas de milhares de pessoas, o Brasil possui leis nacionais e participa de acordos internacionais que garantem a toda pessoa migrante e refugiada condições dignas de sobrevivência em todo o território nacional. As garantias legais existem, mas, sem acesso à informação e suporte, não são todas que conseguem fazer valer seus direitos no Brasil.

Adotada formalmente em 28 de julho de 1951, a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados foi estabelecida após a Segunda Guerra Mundial na tentativa de formalizar a situação das pessoas que se enquadram nessa categoria, seus direitos e deveres. Embora a Convenção defina nomeadamente como refugiadas pessoas relacionadas aos eventos da guerra até janeiro de 1951, com a ratificação do Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados, as provisões da Convenção de 1951 passaram a ser aplicadas a todos, sem limite de datas e local. Assim, é definida como refugiada a pessoa que:

(...) temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (CONVENÇÃO relativa do Estatuto dos Refugiados, 1951, p.2)

No Brasil, a implementação deste Estatuto foi definida pela Lei 9474/97. Por meio dela, ficam garantidos a todos os refugiados acolhidos pelo Brasil uma série de direitos, como proteção, obtenção de documentos, autorização e apoio para ingressar no mercado formal de trabalho e para estudar, inclusive em instituições públicas de ensino. Ao mesmo tempo em

¹ Dados disponíveis em <https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509>. Acesso em 31 de janeiro de 2021.

que toda pessoa refugiada no Brasil deve seguir e respeitar as leis nacionais, também tem garantido o direito à liberdade de pensamento, à proteção contra a tortura e trabalho degradante, o acesso à assistência médica e aos direitos econômicos e sociais.

Enquanto os denominados refugiados possuem terminologia, convenções e leis que os definem em território brasileiro, sobre os migrantes se tem um entendimento mais amplo e com pouca definição. De maneira geral, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) aponta que

migrantes escolhem se deslocar não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas principalmente para melhorar sua vida em busca de trabalho ou educação, por reunião familiar ou por outras razões. À diferença dos refugiados, que não podem voltar ao seu país, os migrantes continuam recebendo a proteção do seu governo. (ACNUR, 2015, online).

No Brasil, tanto migrantes quanto refugiados acabam incluídos na mesma Lei 13.445, a chamada Lei da Migração, instituída em 24 de maio de 2017. Antes de ser aprovada, esta lei apresentava, em seu primeiro artigo, a definição específica de migrante como “pessoa que se desloca de país ou região geográfica ao território de outro país ou região geográfica, incluindo o imigrante, o emigrante, o residente fronteiriço e o apátrida” (BRASIL, 2017, online). Na ocasião da aprovação da lei, esta definição foi vetada, com a justificativa de ser um conceito demasiadamente amplo. Em sua versão final e aprovada, a Lei da Migração acaba incluindo imigrantes, emigrantes, residentes fronteiriços, visitantes e apátrida. Embora a Lei da Migração não apresente, de forma distinta, o conceito de refugiado em seu primeiro artigo, ela não prejudica nem impede a aplicação de leis nacionais e normas internacionais voltadas para este grupo de pessoas. Dessa forma, a Lei de Migração acaba reconhecendo um grupo considerável de migrantes que costumava, até então, ficar descoberto por uma série de direitos no Brasil.

Anterior ainda às convenções internacionais e às legislações nacionais e sobre migrantes e refugiados está a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948. Embora não seja considerada uma lei internacional, essa declaração serve como base para a maioria das legislações internacionais e de inspiração para as constituições nacionais de grande parte dos países do mundo. Em seus 30 artigos, ela abrange ideais universais, que devem ser garantidos a todas as pessoas, sem distinção – como o direito à vida, à igualdade, à alimentação, educação, saúde, trabalho e liberdade. Segundo definição publicada no site da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, “os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma,

religião ou qualquer outra condição” (ONU, 2019, online)². São direitos garantidos a toda pessoa e que as protegem contra ações que interferem nas liberdades fundamentais e na dignidade humana, e são direitos inerentes a cada pessoa simplesmente por ela ser um humano.

Por fim, nesta breve revisão sobre leis e convenções que abordam migrantes e refugiados no Brasil, também é importante citar a Declaração de Cartagena, que possui papel chave nas políticas públicas relacionadas a venezuelanos no Brasil desde junho de 2019. Elaborada em convenção em 1984, a Declaração aprofunda diretrizes para a criação de marcos regulatórios para proteção de refugiados nos 15 países da América Latina que assinaram sua adoção – entre eles, o Brasil. Para além das recomendações previstas na Convenção de 1951, a Declaração de Cartagena estabelece que os países também reconheçam como refugiados:

as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública. (DECLARAÇÃO DE CARTAGENA, 1984, p. 3)

Esta inclusão de item de elegibilidade tem sido, desde 2019, um marco na história dos direitos humanos e de refugiados no Brasil. Em meados de 2019, mais de 100 mil pedidos de refúgio aguardavam os processos burocráticos de avaliação de critérios e entrevistas presenciais – processo padrão até então adotado pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) para todos os pedidos e que acabava exigindo, em média, três anos de espera por uma decisão. No dia 14 de junho de 2019, o CONARE, pela primeira vez na história, reconheceu formalmente que existe uma situação objetiva de grave e generalizada violação dos direitos humanos na Venezuela. Esse reconhecimento, previsto na Declaração de Cartagena, fez com que fossem aprovados, de uma única vez e em processo simplificado, 174 pedidos de refúgio de migrantes venezuelanos residentes no Brasil³.

Em outubro de 2019, a mesma decisão foi tomada, mas com um número significativamente maior de solicitações: em um único dia, o CONARE concedeu a condição

² O que são os Direitos Humanos? Publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), sem data específica. Disponível em <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos>. Acesso em 5 de maio de 2019.

³ ACNUR parabeniza Brasil por reconhecer condição de refugiado de venezuelanos com base na Declaração de Cartagena. Publicado por ACNUR em 29 de julho de 2019. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/2019/07/29/acnur-parabeniza-brasil-por-reconhecer-condicao-de-refugiado-de-venezuelanos-com-base-na-declaracao-de-cartagena/>. Acesso em 20 de maio de 2020.

de refugiados a 21.432 venezuelanos⁴. Em janeiro de 2020, outros 17 mil pedidos foram reconhecidos por meio do mesmo procedimento. E, no dia 28 de abril de 2020, por meio de votação online, 772 crianças tiveram o pedido de refúgio aceito no Brasil a partir da situação de grave violação dos direitos humanos na Venezuela, estabelecida pela Declaração de Cartagena⁵.

Desde a Convenção de 1951, as situações de risco e emergência em que vivem milhões de refugiados em todo o mundo têm impulsionado mudanças e adaptações de leis nacionais e diretrizes internacionais que reconheçam seus direitos e garantam sua proteção. É um primeiro passo na direção de condições seguras e dignas de sobrevivência a pessoas que convivem diariamente com vulnerabilidades. Fazer com que esses direitos adquiridos sejam respeitados e cumpridos no dia a dia, entretanto, segue como um grande desafio.

Segundo Relatório Anual de 2019 publicado pelo Observatório de Migrações Interacionais (OBMigra), o Brasil tinha registrado, somente entre 2010 e 2018, a entrada de 774,2 mil migrantes, considerando todos os tipos de amparo legal. Na série histórica, haitianos foram os que predominaram entre os registros de entrada ao Brasil, seguidos por colombianos e venezuelanos. A partir de 2016, com o início da crise migratória venezuelana, esse cenário começa a mudar. Ano após ano, migrantes venezuelanos começaram a chegar exponencialmente ao Brasil, passando a ocupar o primeiro lugar no ranking a partir de 2018 (CAVALCANTI *et al.*, 2019).

O impacto desse aumento significativo de migrantes em um curto período de tempo pode ser confirmado em números do Relatório Anual de 2020, também do OBMigra. Segundo o relatório, de 2011 a 2019 foram registrados no Brasil 1.085.673 imigrantes, considerando todos os amparos legais. O relatório segue destacando ainda que, deste total, “mais de 660 mil imigrantes de longo termo (cujo tempo de residência é superior a um ano), população composta principalmente por pessoas oriundas da América Latina, com destaque para haitianos e venezuelanos” (CAVALCANTI *et al.*, 2020, p. 9).

Tanto na rota de migração quanto na vida que se inicia em novo território, migrantes têm direito a acessar serviços essenciais que lhes são garantidos pelos tratados internacionais e pela legislação brasileira. Neste cenário, esta dissertação busca responder à seguinte

⁴ Notícia divulgada amplamente pela mídia brasileira em 06/12/2019, a exemplo da Agência Brasil, disponível em <http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-12/conare-reconhece-condicao-de-refugiados-mais-de-21-mil-venezuelanos>

⁵ Em reunião on-line, Brasil reconhece 772 crianças e adolescentes venezuelanos como refugiados. Publicado por ACNUR em 29 de abril de 2020. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/2020/04/29/em-reuniao-on-line-brasil-reconhece-772-criancas-e-adolescentes-venezuelanos-como-refugiados/>. Acesso em 20 de maio de 2020.

pergunta: O acesso a informações e o estabelecimento de redes de apoio, durante e após o deslocamento, contribuem para o respeito e o cumprimento dos direitos dos migrantes venezuelanos, nesse novo território?

A partir da pergunta de pesquisa, o objetivo geral desta dissertação foi verificar como migrantes venezuelanos (re)organizam suas vidas em um novo território, mais especificamente, em Foz do Iguaçu.

Entre os objetivos específicos da pesquisa estão:

1. Investigar como a territorialização do espaço interage com a limitação do acesso à informação e com situações de garantia de direitos.
2. Verificar qual o papel das redes de apoio no deslocamento e na (re)organização da vida de migrantes venezuelanos, em Foz do Iguaçu.

Para reforçar esse panorama, também são utilizados, como referência, estudos realizados por organizações internacionais junto a migrantes venezuelanos na América Latina e, mais pontualmente, em Roraima. O estado da região Norte do Brasil faz fronteira com a Venezuela e, além de ser a principal porta de entrada de venezuelanos no país, é o estado que mais concentra essa população⁶ – assim como manifestações xenófobas e eminentes violações dos direitos humanos.

Esta pesquisa também recorre à observação etnográfica, descritas por Clifford (2011) e Mattos (2011), narrativas e histórias de vida, indicadas por Wortham (2001) e Silvermann (2009), para apresentar migrantes que viviam em Foz do Iguaçu nos meses de outubro e novembro de 2019.

Localizada no extremo Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu é uma cidade com 256.088 habitantes⁷. O município faz fronteira com Puerto Iguazú, na Argentina, com 82.227 habitantes⁸, e com Ciudad del Este, no Paraguai, cidade com 387.538 habitantes⁹. A região de tríplice fronteira é conhecida nacionalmente pelo turismo, impulsionado principalmente pelas

⁶ Informações disponíveis no painel interativo da Operação Acolhida, disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>. Acesso em 31 de janeiro de 2021.

⁷ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em 30/01/2021

⁸ INDEC - Instituto Nacional de Estadísticas y Censos. Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010. Disponível em <https://www.indec.gov.ar/indec/web/Nivel4-CensoProvincia-3-999-54-063-2010>. Acesso em 30/01/2021

⁹ INE - Instituto Nacional de Estadística. Paraguay. Proyección de la población por sexo y edad, según departamento, 2000-2025. Revisión 2015. Disponível em <https://www.ine.gov.py/default.php?publicacion=2>. Acesso em 30/01/2021

Cataratas do Iguazu e pelos parques nacionais que a contemplam, tanto do lado brasileiro quanto do lado argentino. Também é conhecida pelo intenso comércio, impulsionado pelos preços atrativos de Ciudad del Este, mas também com significativo destaque para o comércio na Argentina, em especial em momentos de desvalorização do peso argentino. Fato que reforça a relevância do comércio na região é a facilidade com que moedas dos três países, assim como o dólar americano, são aceitas nos estabelecimentos comerciais dos três municípios.

Além das atrações turísticas e comerciais, a história de Foz do Iguazu é marcada pela migração de brasileiros e brasileiras que mudaram para a região ao longo das últimas décadas. Entre 1975 e 1982, com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, até então a maior usina hidrelétrica do mundo, a população de Foz do Iguazu aumentou em 300%, passando de cerca de 34 mil habitantes para mais de 136 mil habitantes. Grande parte desses migrantes eram brasileiros, vindos em especial da região Sul do país, e que permaneceram na cidade mesmo após a conclusão das obras. Dessa forma, em poucos anos, o município passou da posição 48 no ranking de maiores cidades do Paraná para o lugar de sétimo município mais populoso na década de 1980, apresentando a sétima maior economia do estado.¹⁰

O estado do Paraná, e em especial a cidade de Foz do Iguazu, também atrai muitos migrantes de outros países por essa pluralidade cultural. Além dos vizinhos paraguaios e argentinos, o município possui grandes comunidades de migrantes de origem árabe e asiática, assim como de outros países da América Latina. Segundo o Atlas da Migração na Região Sul, entre 2000 e 2019, as populações migrantes de maior predominância no estado do Paraná eram de haitianos (20.456 em 2019) e de paraguaios (11.912). Venezuelanos apareciam na quinta posição (2.935), atrás de argentinos (5.160) e colombianos (3.321). A publicação também aponta que, em 2015, Foz do Iguazu registrava oficialmente 13.036 pessoas migrantes, ficando no Paraná atrás apenas de Curitiba, com 31.887 (BALTAR *et al*, 2020).

Com foco nesse cenário, o primeiro capítulo dessa dissertação busca fazer um apanhado sobre a abordagem teórica e metodológica escolhida para a realização da pesquisa. Aponta elementos que justificam a escolha pela pesquisa qualitativa, pela observação etnográfica e pela valorização das narrativas apresentadas pelas pessoas migrantes entrevistadas, além de apresentar os desafios que surgiram ao longo da pesquisa, os ajustes necessários e os métodos utilizados para a geração de registros. Neste capítulo, também é

¹⁰ 40 anos: Itaipu transforma Foz em um dos maiores municípios do Paraná. Foz do Iguazu: Itaipu (2014). Disponível em <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/40-anos-itaipu-transforma-foz-em-um-dos-maiores-municipios-do-parana>. Acesso em 30/01/2021.

descrito o cenário que se mostra ao migrante venezuelano que chega a Foz do Iguaçu – os órgãos e iniciativas de acolhimento e atendimento e de que maneira se conectam ou apresentam necessidades de organização mais conectada. Também são apresentados resultados de aplicação de questionário com migrantes minimamente estabelecidos na cidade, seus pontos de vista e avaliações sobre informações às quais têm acesso, assim como meios que utilizam para acessar equipamentos públicos no município. Esta parte quantitativa da pesquisa acaba por reforçar percepções e relatos encontrados na parte qualitativa. Por fim, são apresentadas brevemente as seis pessoas que participaram das entrevistas e da observação etnográfica, incluindo a pesquisadora.

O segundo capítulo está diretamente ligado ao primeiro objetivo desta pesquisa e, para isso, investiga de que forma a territorialização do espaço interage e influencia a limitação no acesso a informações e a serviços ligados aos direitos fundamentais de pessoas migrantes no Brasil. Por meio de conceito de território, espaço e as relações de poder existentes nessa dinâmica, busca compreender a importância das redes de apoio e de informação estabelecidas para a promoção e acesso aos direitos das pessoas migrantes, inclusive em Foz do Iguaçu. Neste capítulo são apresentados, ainda, conceitos de identidade e são expostas quatro narrativas de pessoas que migraram para o município a partir de diferentes realidades, de que forma estão sendo atendidas e quais as carências e falhas que ainda existem no modelo de atendimento predominante na cidade.

O terceiro e último capítulo busca atender ao segundo objetivo da pesquisa e, para isso, avalia o papel das redes de apoio e suporte a migrantes em Foz do Iguaçu na reconstrução de suas vidas e no desafio constante de garantir que tenham acesso a serviços e direitos fundamentais. Neste capítulo, são apresentadas duas narrativas de migrantes que vivem no município e que, por meio de suas redes de apoio e acolhimento, conseguiram avançar na garantia de seus direitos.

1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este capítulo apresenta a abordagem metodológica, ancorada na pesquisa qualitativa em sua vertente etnográfica e os recursos usados para a geração de dados da pesquisa, como aplicação de questionários, realização de entrevistas semiestruturadas, guiadas por roteiro e observação etnográfica. Ao longo das próximas páginas, são apresentados dados sobre migração, conceitos sobre vulnerabilidade a partir de documentos produzidos por agências das Nações Unidas e indicados os principais equipamentos públicos que trabalham com migrantes e refugiados em Foz do Iguaçu. Também são resgatados embasamentos teóricos que reforçam as escolhas feitas para a pesquisa e que dão ênfase à valorização da narrativa e da experiência individual de cada participante, assim como o uso da observação etnográfica, bem como de que forma essas escolhas estão relacionadas com minha trajetória profissional, com os desafios que se apresentaram ao longo do mestrado e com as reflexões e argumentos que me fizeram ajustar os objetivos que tinha inicialmente. Por fim, é feita uma rápida descrição das seis pessoas que participaram da pesquisa.

Estatísticas da Plataforma de Coordenação de Resposta a Migrantes e Refugiados da Venezuela (R4V)¹¹ apontam para um contingente de mais de 5,4 milhões de pessoas que deixaram a Venezuela em decorrência das crises econômica e social pelas quais o país passa nos últimos anos. São homens e mulheres, crianças e idosos que tentam encontrar em outros territórios as condições de sobrevivência e dignidade que acabaram perdendo em seu país de origem. Segundo dados publicados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)¹², deste contingente, cerca de 260 mil vivem atualmente no Brasil.

Embora não tenham sido localizados estudos oficiais que justifiquem a preferência de venezuelanos pelo município, conversas e entrevistas ao longo desta pesquisa apontam para duas possibilidades. A primeira, como será visto em mais detalhes em relatos presentes no último capítulo, se dá pela proximidade com Argentina e Paraguai, países de língua espanhola e que, por esse motivo, parecem mais atrativos para a tentativa de inserção no mercado de trabalho – formal ou informal. A segunda, é pela facilidade com que migrantes conseguem atravessar as fronteiras com Argentina e com Paraguai, possibilitando seguir percurso para os países vizinhos ou ingressar de maneira temporária no Brasil. Dados da Polícia Federal

¹¹ Dados disponíveis em <https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509>. Acesso em 31 de janeiro de 2021.

¹² Dados publicados na reportagem "Em reunião on-line, Brasil reconhece 772 crianças e adolescentes venezuelanos como refugiados", publicada em 29 de abril de 2020. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/2020/04/29/em-reuniao-on-line-brasil-reconhece-772-criancas-e-adolescentes-venezuelanos-como-refugiados>. Acesso em 20 de maio de 2020.

reforçam esta última possibilidade. Segundo informações divulgadas pela organização, cerca de um em cada cinco registros de saída de venezuelanos, em todo o Brasil, se dá na ponte entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazu, na Argentina¹³.

Informações obtidas para esta pesquisa junto ao Observatório de Migrações (OBMigra), da Universidade de Brasília (UnB), confirmam esse fluxo específico de migrantes venezuelanos. Dentre todas as unidades da Polícia Federal que registram e disponibilizam dados sobre entradas e saídas de migrantes no Paraná (em pontes fronteiriças, porto e aeroportos internacionais), Foz do Iguaçu concentra três: Aeroporto Internacional Cataratas, Ponte da Amizade e Ponte Tancredo Neves. E são nesses pontos que estão os maiores fluxos do estado, tanto de saídas quanto de entradas, como pode ser visto na tabela a seguir:

TABELA 1 - Número de registros de migrantes venezuelanos, por ano de entrada e tipo de movimento, Paraná - 2016 até junho/2019

| UNIDADE MIGRAÇÃO | Entrada 2016 | Saída 2016 | Entrada 2017 | Saída 2017 | Entrada 2018 | Saída 2018 | Entrada 2019 | Saída 2019 |
|----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|
| PMT - CAPANEMA | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 2 | 23 | 15 |
| AERI - AFONSO PENA | 37 | 42 | 51 | 60 | 70 | 67 | 36 | 40 |
| AERI - CATARATAS | 34 | 52 | 45 | 47 | 106 | 329 | 16 | 22 |
| PMT - PONTE DA AMIZADE | 339 | 449 | 550 | 728 | 550 | 967 | 337 | 538 |
| PMT - PONTE TANCREDO NEVES | 567 | 619 | 782 | 3.084 | 1.526 | 12.493 | 1.398 | 6.027 |
| PMT - GUAÍRA | 4 | 3 | 15 | 17 | 22 | 20 | 8 | 7 |
| LONDRINA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PRM - PARANAGUÁ | 6 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| TOTAL | 987 | 1.171 | 1.443 | 3.936 | 2.278 | 13.878 | 1.819 | 6.649 |

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Tráfego Internacional (STI).

A tabela apresentada chama a atenção para o ano de 2018, quando o fluxo migratório venezuelano aumentou exponencialmente no Brasil, como apontado anteriormente. Também foi neste ano que mais de 12 mil migrantes venezuelanos deixaram o Brasil por meio da ponte que liga Foz do Iguaçu a Puerto Iguazu, na Argentina, o que reforça a possibilidade de vinda ao município como um meio de passagem para entrar no país vizinho.

Apesar do grande fluxo de venezuelanos na tríplice fronteira, muitos acabam optando por permanecer em Foz do Iguaçu. De acordo com dados também solicitados ao OBMigra

¹³ CASA CIVIL. Polícia Federal atualiza números da migração de venezuelanos em RR. Publicado em 17 de outubro de 2018. Disponível em <<http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2018/outubro/policia-federal-atualiza-numeros-da-migracao-de-venezuelanos-em-rr>>. Acesso em 26 de agosto de 2019.

para esta pesquisa, entre 2016 e junho de 2019, foram registrados no município 105 pedidos de refúgio e 123 pedidos de residência de migrantes venezuelanos. Ou seja, foram mais de 200 migrantes que chegaram à cidade, optaram por ficar e deram entrada na documentação para formalizar a permanência no município.

De acordo com informações também divulgadas pela Polícia Federal, a cidade recebe parte significativa de migrantes venezuelanos em trânsito – 18% dos registros de saída de venezuelanos do Brasil se dão na ponte entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazu, na Argentina¹⁴. Tanto o fluxo constante quanto a chegada de migrantes venezuelanos com o intuito de fixar residência no município levaram, em 2018, organizações a olhar com mais cuidado para essa população, suas demandas e o impacto de sua chegada sobre os serviços públicos na região.

Naquele ano, diferentes agências das Nações Unidas, lideradas pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), lançaram o *Protocolo de Assistência a Migrantes em Situação de Vulnerabilidade*, com o apoio da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. No documento são descritos conceitos de vulnerabilidades, identificadas situações que podem colocar essa população em risco, e também são indicados os fluxos de atendimento que envolvem o poder público em diferentes esferas. Em sua introdução, o documento ressalta que

[...] as características geográficas, a particularidade fronteiriça e as demais singularidades da cidade de Foz do Iguaçu apontadas no protocolo não permitem que a gestão municipal olhe com passividade para um conjunto de sujeitos, que pelas mais diversas e adversas situações da vida cotidiana, acabam, por um dado momento, estando nesta cidade na condição de migrante. Para estes sujeitos, fizemos a escolha da escuta, da acolhida, da oferta de proteção diante da necessidade que se apresenta. Por isso, o protocolo pactuado tem, também, direção política e social. (OIM, 2018b, p. 3)

A construção do protocolo contou com o envolvimento de diversos equipamentos públicos, e foi pactuado pela Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade e pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Em 2019, o protocolo foi relembrado em cerimônia de oficialização de lançamento, com o objetivo de ser uma ferramenta fundamental no acolhimento, atendimento e suporte à população migrante em situações mais delicadas – tendo em vista diretrizes que priorizem o tratamento digno e o

¹⁴ CASA CIVIL. Polícia Federal atualiza números da migração de venezuelanos em RR. Publicado em 17 de outubro de 2018. Disponível em <<http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2018/outubro/policia-federal-atualiza-numeros-da-migracao-de-venezuelanos-em-rr>>. Acesso em 26 de agosto de 2019.

respeito aos direitos humanos, considerando a estrutura de atendimento já existente no município.

Importante também ressaltar o conceito de migrantes em situação de vulnerabilidade destacado pelo protocolo:

[...] migrante ou grupo de migrantes com a capacidade limitada de evitar, resistir, lidar ou recuperar-se do risco potencial ou da situação de violência, exploração e abuso a que são expostos ou que vivenciam no contexto migratório. Essa capacidade reduzida é o resultado da interação de fatores individuais, familiares, comunitários e estruturais. (OIM, 2018b, p. 16)

Embora exista o protocolo elaborado e pactuado, reconhecido publicamente como um documento que deveria ser utilizado pelo poder público municipal, ainda há grandes lacunas a serem preenchidas no atendimento à população migrante em Foz do Iguaçu, em especial de origem venezuelana, que vem crescendo ano após ano. No texto do protocolo, são destacadas as políticas públicas estabelecidas, os equipamentos e serviços disponíveis. Entretanto, o próprio texto reconhece as fragilidades e a necessidade de maior conexão entre esses atores, sob a regência da Secretaria Municipal de Assistência Social, a quem cabe a maior parte dos atendimentos iniciais. O documento mapeia alguns serviços, como de regularização da situação migratória, regularização e confecção de documentos, acesso à saúde, educação e assistência jurídica. Após o mapeamento, a equipe responsável pela elaboração do Protocolo realizou algumas entrevistas e, por meio delas, constatou que é possível acionar todos os mecanismos de proteção social, “no entanto, não existe uma atuação coordenada e sistemática. A atuação se dá a partir da situação individual de cada migrante e do nível de conhecimento dos profissionais atuando nesses serviços” (OIM, 2018b, p. 12).

Apesar de o documento listar mais de 40 entidades incluídas no fluxo de atendimento a migrantes em Foz do Iguaçu, menos de dez delas foram citadas durante as entrevistas e levantamentos, formais e informais. Por este motivo, serão identificados a seguir apenas os equipamentos que, em algum momento das entrevistas, foram mencionados.

Casa do Migrante: Localizada próximo à Ponte da Amizade, a entidade realiza a orientação para que migrantes possam regularizar a situação no Brasil, em especial para fins de trabalho e de acesso a serviços públicos, como educação, saúde e assistência social. A entidade é

mantida pelo município em cooperação com o Governo Federal e o Ministério do Trabalho, mas também recebe aportes financeiros de outras organizações, como a Cáritas¹⁵.

Casa de Passagem: Atualmente, existem dois desses abrigos municipais temporários em Foz do Iguaçu. A Casa de Passagem I tem capacidade para atender 30 pessoas, está localizada no Jardim São Paulo e recebe mulheres, famílias e idosos. A Casa de Passagem II está localizada no bairro Porto Belo, é destinada apenas para homens (de 18 a 59 anos) e também tem capacidade de acolhimento para 30 pessoas. Em ambos os abrigos, as pessoas recebem orientação sobre documentação, acesso a saúde, educação e assistência social. O prazo máximo de permanência é de 90 dias, podendo ser estendido em casos especiais.

Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua): Além de migrantes, o Centro POP também atende pessoas em situação de rua, homens e mulheres, de 18 a 59 anos, que podem chegar ao local por iniciativa própria ou encaminhados pela Secretaria de Assistência Social. Crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsáveis também são aceitos. No local, são oferecidas refeições, estrutura para banho e dormitórios.

Secretaria Municipal de Assistência Social: Atua como uma entidade guarda-chuva, que faz a identificação e o encaminhamento às demais entidades e organizações de atendimento à população migrante em situação de vulnerabilidade no município. Muitos migrantes chegam até a Secretaria em busca de alimentação, já que, em frente ao prédio da entidade, há uma geladeira de uso coletivo, disponibilizada pela secretaria e abastecida com doações de diferentes origens, onde são oferecidas refeições e alimentos gratuitamente.

Polícia Federal: Dispõe de dois locais de atendimento em Foz do Iguaçu, bastante distantes um do outro, que acabam gerando desencontro de informações entre a população migrante. A Delegacia da Polícia Federal está localizada na região central da cidade. Já o Setor de Imigração está instalado no Shopping Catuaí Paladium, na Avenida das Cataratas, distante

¹⁵ Fundada em 12 de novembro de 1956, a Cáritas Brasileira é uma das 170 organizações-membro da Cáritas Internacional. Sua origem está na ação mobilizadora de Dom Helder Câmara, então Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em muitos estados e cidades brasileiras, é a Cáritas a organização responsável pelo acolhimento, abrigo e primeiros atendimentos de migrantes e refugiados, oferecendo apoio à documentação, acesso a moradia segura e alimentação. Em Foz do Iguaçu, a organização não se mostra muito atuante, concentrando ações de apoio a outros equipamentos já existentes, como a Casa do Migrante.

oito quilômetros da delegacia. Todos os atendimentos para regularização da situação migratória no Brasil são realizados pelo Setor de Imigração – como emissão de Registro Nacional Migratório, solicitação, expedição e renovação de solicitação de refúgio e residência.

Unidade Básica de Saúde: Há duas unidades em Foz do Iguaçu, onde são realizados atendimentos de urgência e de emergência. Embora seja garantido a todo migrante o atendimento também em Unidades Básicas de Saúde (UBS), com consultas eletivas e agendadas previamente, são recorrentes as declarações de que não é possível o agendamento por não possuírem documentação brasileira e/ou comprovante de residência no município.

No mapa a seguir, é possível identificar a localização de cada um dos equipamentos listados acima. As longas distâncias entre um e outro, assim como o desencontro de informações que levam migrantes a se deslocarem entre eles em busca de atendimento, foram relatados por vários entrevistados. Menciono um exemplo, apenas a título de conhecimento e ilustração sobre essa dificuldade: caso um migrante esteja instalado na Casa de Passagem II, no Porto Belo, e necessite de atendimento para regularizar sua situação no Brasil, feito pelo Setor de Imigração, localizado no Shopping Catuaí Paladium, terá que percorrer uma distância de 14 quilômetros. Caso esse migrante não disponha de recursos para pagar por transporte público, será preciso realizar uma caminhada de três horas apenas para chegar ao local de atendimento.

FIGURA 1 – Mapa com equipamentos de atendimento a migrantes em Foz do Iguaçu mencionados durante a pesquisa



Fonte: A autora (2020)

Além dos equipamentos públicos de atendimento à população migrante, vale destacar também o trabalho que tem sido realizado pela Associação de Venezuelanos em Foz do Iguaçu (Asovenfi). Constituída e reconhecida legalmente em 2018, a Asovenfi é uma iniciativa liderada por um grupo de migrantes venezuelanos que está há mais tempo residindo em Foz do Iguaçu. A presente pesquisa contou, ao longo de toda a sua realização, com o contato e o apoio direto de seu presidente, Jesús Delgado, assim como vice-presidente e demais membros da diretoria. Desde antes da constituição legal, a associação busca organizar e promover ações de integração da população migrante venezuelana à comunidade local, com o estabelecimento de parcerias para capacitações técnicas (como aulas de português e cursos técnicos voltados para o mercado de trabalho local), apoio aos processos de regularização da situação migratória e ações emergenciais (como arrecadação e distribuição de cestas básicas e doações para famílias recém chegadas ao município e/ou em situação de vulnerabilidade).

Outra informação que merece destaque diz respeito ao reflexo da falta de integração do sistema de atendimento ao migrante venezuelano em Foz do Iguaçu, mais especificamente no contexto da Operação Acolhida. Iniciada em 2018 como uma resposta à crise migratória venezuelana por parte do Governo Federal em articulação com a ONU e sociedade civil, a Operação Acolhida oferece o atendimento emergencial a migrantes que entram no país pela fronteira com Roraima. Segundo o site oficial, a Operação Acolhida atua em três eixos: (1) ordenamento da fronteira – com registro, documentação e vacinação; (2) acolhimento – com oferta de abrigo, alimentação e serviços de saúde; e (3) interiorização – com o deslocamento voluntário de migrantes e refugiados para outros Estados, com o objetivo de inclusão socioeconômica¹⁶.

Existem, atualmente, quatro modalidades de interiorização: saída de abrigos em Roraima para abrigos em uma das cidades de destino da Operação Acolhida; reunificação familiar; reunião social; e interiorização com Vaga de Emprego Sinalizada (VES). Segundo boletim publicado pela OIM e pelo Ministério da Cidadania em janeiro de 2020, desde o início das ações de interiorização, em abril de 2018, mais de 30 mil migrantes e refugiados venezuelanos foram levados de Roraima para outras localidades. Destes, 254 tiveram como destino Foz do Iguaçu – segunda cidade do Paraná com maior número de recebimento de migrantes interiorizados no período, atrás apenas de Curitiba, com 1.429¹⁷. Em 4 de fevereiro de 2021, o sistema de monitoramento da interiorização da Operação Acolhida¹⁸ contabilizava 46.589 venezuelanos e venezuelanas interiorizados nas quatro modalidades, enviados para cidades de todas as unidades federativas, incluindo a capital federal. Para Foz do Iguaçu, até a data, haviam sido interiorizadas 357 pessoas. Dessas, 46% haviam participado do processo de interiorização pela modalidade de Reunião Social, 7% por Reunião Familiar, 4% por Abrigo-Abrigo e 43% não apresentavam essa informação no sistema da Operação Acolhida.

Embora não exista uma rede de acolhimento devidamente estruturada (e que, indiretamente, retarda a chegada de um contingente ainda maior à região), chama a atenção o grande número de pessoas que chegam ao município por meio da interiorização.

¹⁶ Informação disponível em <https://www.gov.br/acolhida/historico/>. Acesso em 24 de dezembro de 2020.

¹⁷ Informação disponível em <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/03/Informe-de-Interioriza%C3%A7%C3%A3o--Janeiro-de-2020-002.pdf>. Acesso em 24 de dezembro de 2020.

¹⁸ Dados e informações disponíveis em <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>. Acesso em 04/02/2021.

1.1 DESAFIOS DE PESQUISA ENCONTRADOS

Alguns desafios encontrados pelo caminho acabaram limitando o alcance e os desdobramentos adicionais que poderiam ter acontecido a partir dessa pesquisa – e que, inicialmente, eram postos como o objetivo deste estudo. Quando proposta, a pesquisa tinha o objetivo de avaliar de que forma as novas tecnologias vinham sendo usadas para proteção e garantia dos direitos humanos a pessoas em situação de vulnerabilidade, especificamente migrantes e refugiados no estado do Paraná. Também pretendia identificar as ferramentas e canais mais utilizados, como seu uso poderia ser aprimorado e quais as áreas que demandavam informações mais acessíveis a essa população. Dentro desses objetivos, a pesquisa demandaria um olhar um pouco mais quantitativo, com aplicação de questionários e, se possível, dentro de amostragens que refletissem estatisticamente a realidade em que viviam migrantes venezuelanos em Foz do Iguaçu.

Nominalmente, a primeira das dificuldades apresentadas à pesquisa até então proposta estava relacionada ao acesso a dados oficiais sobre migração e refúgio da população venezuelana no município de Foz do Iguaçu. Dados divulgados no portal do Ministério da Justiça, responsável pela pasta a nível nacional, apresentam defasagem considerável, além de recortes muito específicos sobre temas ligados à migração no país e à divulgação de dados nacionais consolidados (sem o recorte por estado ou município). Por exemplo, os dados mais recentes sobre o tema divulgados pelo Ministério da Justiça no momento que iniciei essa escrita correspondiam ao recorte de estatísticas sobre mercado formal de trabalho para população migrante e datavam de 2018 (consulta feita em 24 de maio de 2020).

Parte dessa defasagem é fruto do desmonte dos órgãos públicos ligados ao tema dos direitos humanos no Brasil. Com a extinção do Ministério do Trabalho, em janeiro de 2019, toda a documentação e os registros ligados ao mercado de trabalho brasileiro passaram a ser geridos pelo Ministério da Justiça – que também já administrava os temas relacionados à migração e refúgio. Desde 2013, o então Ministério do Trabalho possuía um termo de cooperação com o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), por meio do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e da Universidade de Brasília (UnB). Pela natureza da parceria, os dados divulgados priorizavam os temas ligados ao mercado de trabalho. Com a extinção do MTb, o OBMigra passa a cooperar diretamente com o Ministério da Justiça e, conseqüentemente, as informações e estudos ligados ao tema de migração divulgados pelo Governo Federal acabam conectados diretamente e, de certa forma, limitados aos temas laborais.

Na tentativa de obter dados mais atualizados, com recortes para o estado do Paraná e o município de Foz do Iguaçu, contatei diretamente o OBMigra, em setembro de 2019. Muito prontamente, via e-mail, os responsáveis pela instituição disponibilizaram uma tabela com registros de pedidos de migração e refúgio no município desde 2016 até o primeiro semestre de 2019. O que acontece é que, desde o segundo semestre de 2019, o Governo Brasileiro tem reconhecido o status de refugiados a milhares de solicitantes em julgamentos coletivos. O primeiro aconteceu em meados de junho, com o reconhecimento de 174 pedidos (não contabilizados na planilha enviada); o segundo, em outubro, com 21,4 mil pedidos reconhecidos; outros 17 mil pedidos foram atendidos em janeiro 2020; e, em abril de 2020, outros 772 reconhecimentos de refugiados foram feitos nacionalmente. Felizmente, esse processo de reconhecimento, tão necessário a migrantes venezuelanos no Brasil, segue constante. Em 28 de agosto de 2020, outros 7.795 adultos e 197 pessoas com menos de 18 anos de idade tiveram a condição de refugiada reconhecida no Brasil.

Esses dados mudam consideravelmente o cenário da migração e refúgio de venezuelanos no Brasil, com potencial de reconhecimentos também no município de Foz do Iguaçu. Embora o OBMigra tenha intensificado a divulgação online de planilhas, com dados gerais mensais sobre migração no país, não é possível, por meio delas, saber dados mais específicos sobre o município – exceto em situações em que a cidade se destaca nacionalmente e, por este motivo, passa a estar nomeadamente ressaltada nos relatórios mensais, mas não necessariamente em uma série histórica.

Uma vez que os dados divulgados pelo OBMigra são um compilado organizado a partir de registros fornecidos pela Polícia Federal, busquei também o contato com a organização. Em contato pessoal feito no início de julho de 2019, fui orientada a formalizar o pedido de entrevista por meio da área de Comunicação Social da Polícia Federal, em Curitiba. Depois de várias tentativas e mensagens que não respondiam a meus questionamentos, recebi o comunicado de que não seria possível compartilhar nenhuma das informações solicitadas, tampouco agendar uma conversa com algum funcionário no município para falar comigo sobre as particularidades na tríplice fronteira. A partir das negativas, a pesquisa não conta com nenhum posicionamento oficial dos órgãos responsáveis por atendimento direto a migrantes que buscam regularizar sua situação no município.

Para além das limitações de acesso a dados e fontes oficiais, outra dificuldade foi encontrada em campo: a existência do sentimento de rivalidade entre diferentes grupos de migrantes venezuelanos residentes no município de Foz do Iguaçu. Em uma conversa informal realizada na Casa do Migrante, em agosto de 2019, tomei conhecimento de que

havia, além dos migrantes organizados em torno da Associação de Venezuelanos em Foz do Iguaçu (Asovenfi), um grupo considerável de venezuelanos residentes na região da Vila Portes. Os dois grupos, apesar de terem contato e agendas em comum, alimentam, segundo a pessoa com quem falei na Casa do Migrante, um sentimento de rivalidade, principalmente por conta do gerenciamento e distribuição das doações recebidas.

Embora essa pessoa tenha tentado me colocar em contato com esse segundo grupo, as lideranças recusaram o convite para participar da pesquisa – que, naquela altura, já contava com apoio e envolvimento formal da Asovenfi. Apesar de a pesquisa não ter como objetivo o aprofundamento dos motivos e reflexos dessa rivalidade, é importante que sua existência seja registrada, porque ela fez com que eu entendesse melhor o cenário e os sentimentos distintos relacionados a migrantes em Foz do Iguaçu. E, conseqüentemente, fez com que eu me desse conta, por mais óbvio que pudesse parecer, de que “venezuelanos em Foz do Iguaçu” não são um grupo homogêneo, mas indivíduos com histórias e trajetórias individuais. Dessa forma, tornou-se mais importante ainda conhecer algumas dessas pessoas, não apenas por meio da Asovenfi, mas também por iniciativa própria, sem qualquer intermediação.

Apesar do envolvimento e do apoio recebido pela Asovenfi, não foi possível ingressar no grupo de WhatsApp gerenciado pela associação – e que, na época, contava com cerca de 200 participantes residentes no Oeste do Paraná. Segundo diferentes fontes, é por meio deste grupo que muitas pessoas tiram dúvidas sobre direitos no Brasil e denunciam violações. Pedi para ser incluída, em duas oportunidades. Em ambas, recebi o retorno de que o pedido seria analisado. Para evitar mal-estar com a presidência da associação e, de alguma forma, prejudicar o andamento da pesquisa, optei por não fazer uma terceira solicitação.

Foi a partir desses desafios que optei por uma mudança significativa na pesquisa que estava em construção: deixar de tentar apresentar um cenário atualizado sobre as estatísticas relacionadas a venezuelanos no Brasil e em Foz do Iguaçu para mergulhar no que há de mais rico na observação etnográfica, que são seus relatos, histórias e vivências. Assim, os dados estatísticos colhidos por meio de questionários deixam o protagonismo da pesquisa para dar espaço à pesquisa qualitativa e à escuta. A pesquisa desenvolvida deixou de buscar causa e consequência presentes no método quantitativo para dar lugar à interpretação dos significados sociais inseridos no contexto estudado (BORTONI-RICARDO, 2008). Também propondo uma abordagem qualitativa para tratar das ações locais dos atores sociais, Denzin e Lincoln (2006) explicam que a pesquisa qualitativa consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo.

Seguindo uma perspectiva qualitativa, na fase de entrevistas foram desenvolvidas algumas etapas. A primeira delas foi elencar algumas perguntas exploratórias, seguidas de uma pesquisa-piloto, com ajustes nas perguntas que guiariam a pesquisa qualitativa a partir das interações previstas em uma entrevista informal realizada com o vice-presidente da Asovenfi, Alberto, também migrante venezuelano em Foz do Iguaçu. Esse processo é descrito por Bortoni-Ricardo:

Na evolução do processo investigatório, as perguntas exploratórias estão sujeitas a revisões e modificações. De fato, na metodologia qualitativa, especialmente na que se vale de procedimentos etnográficos para a geração de registros, não há uma divisão rígida entre as fases iniciais de planejamento e observação e as fases seguintes, em que os registros coletados serão objetos de reflexão e análise. Nesse processo, os registros tornam-se dados, por isso, costumamos chamar essa fase de análise de dados. A qualquer momento, se o pesquisador perceber que precisa modificar suas perguntas exploratórias ou obter mais dados em relação a alguma dimensão do problema que está investigando, poderá fazê-lo, se lhe for possível retornar ao campo. (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 51)

Mesmo com revisão e teste do questionário, durante as entrevistas em campo, as perguntas elaboradas foram usadas apenas para iniciar e direcionar o diálogo, com a intenção muito menos de parecer um interrogatório e mais de dar lugar à escuta dos entrevistados, ao diálogo fluido e à exploração de temas que eventualmente surgiram no decorrer das respostas e que se mostravam interessantes para a pesquisa. O questionário direcionador da entrevista qualitativa encontra-se no Apêndice A dessa dissertação.

Esse método de entrevista escolhido é definido por Silverman (2009) como entrevista aberta – quando o entrevistador recorre à escuta ativa, tendo como norteador os tópicos mais amplos da entrevista, e dando ao entrevistado a liberdade para falar e atribuir significados ao que lhe é perguntado. Assim, as entrevistas realizadas em campo foram guiadas minimamente por um questionário pré-definido, mas, durante a conversa com os entrevistados, muitas vezes o assunto em questão se ampliava ou mudava de direção. Isso foi importante para entender melhor os pontos de vista apresentados por cada um dos entrevistados sobre os diferentes tópicos da entrevista. Ou, conforme afirma o autor, “os entrevistados são vistos como sujeitos experientes que constroem ativamente seus mundos sociais” e, por meio de entrevistas abertas, fornecem “dados que proporcionam um *insight* autêntico” de suas experiências (SILVERMAN, 2009, p. 115). Nessa interação, a pesquisa qualitativa permitiu uma riqueza de narrativas das seis pessoas entrevistadas, apresentadas nos capítulos 2 e 3.

Todas as entrevistas foram gravadas, o que permitiu que fossem ouvidas as declarações dos entrevistados diversas vezes. As entrevistas foram feitas em espanhol, para

que os participantes se sentissem mais confortáveis falando sua língua materna. Buscou-se a tradução literal para o português em todas as transcrições – e isso também foi facilitado com as gravações, que permitiram ouvir mais de uma vez as falas até que se tivesse a compreensão completa para a devida tradução. Como aponta Silverman (2009) sobre a vantagem do uso desse recurso, as entrevistas gravadas “podem ser reproduzidas novamente, e as transcrições podem ser melhoradas” (SILVERMAN, 2009, p. 189). Outra vantagem apontada pelo autor, e que foi utilizada ao longo da escrita desta dissertação, é que a gravação permite conservar as sequências das conversas, os registros de interferências, interrupções e demais ações que aconteceram ao longo da entrevista. Sempre que essas interferências se mostraram relevantes, busquei indicar ao longo do texto.

Também como apontado por Silverman (2009), as entrevistas levam os entrevistados a construir narrativas – e estas acabam sendo influenciadas pelo ambiente em que os relatos foram contados, com a experiência de vida e com a própria interpretação de determinado fato pelo narrador. Há, ainda, um outro elemento importante na construção de narrativas, apontado por Wortham (2001): “O discurso narrativo funciona não apenas para representar personagens e eventos, mas também para estabelecer relações entre o narrador e o público no evento interativo de se contar histórias” (WORTHAM, 2001, p. 1, tradução nossa)¹⁹. Ou seja, a partir do momento em que me identifiquei como pesquisadora interessada em conhecer melhor as possibilidades e limitações no acesso a serviços de direitos fundamentais por migrantes venezuelanos em Foz do Iguaçu, cada um dos entrevistados passou a construir narrativas que correspondessem a essa minha expectativa. Busco apontar, no decorrer dos textos, quando isso se faz mais evidente.

Outra característica importante da narrativa apontada por Wortham (2001) é a possibilidade de a pessoa narrar sua história dando mais ou menos ênfase a suas ações pessoais e a suas próprias representações no discurso – intensificando, por exemplo, as histórias de superação ou de sofrimento. É nesse âmbito que o autor reforça o poder das narrativas autobiográficas e a possibilidade de o próprio narrador escolher suas melhores representações. Assim, “contar a história de sua vida dá ao narrador a oportunidade de redirecionar essa vida quando conta uma história coerente que o coloca em primeiro plano uma certa perspectiva ou direção” (WORTHAM, 2001, p. 5, tradução nossa)²⁰.

¹⁹ “Narrative discourse functions not only to represent characters and events but also to establish relationships between the narrator and the audience in the interactional event of storytelling.”

²⁰ Telling the story of his or her life gives the narrator an opportunity to redirect that life when the narrator tells a coherent story that foregrounds a certain perspective or direction.

Pela situação de vulnerabilidade em que se encontrava a maioria dos entrevistados, optei por dar destaque às suas histórias. Busquei manter-me livre de julgamentos sobre essa característica narrativa apontada por Wortham (2001) a maior parte do tempo, levantando questões apenas quando as informações pareciam confusas – como apontado em um dos trechos de diálogo com José²¹, no capítulo a seguir. Assim, as narrativas apresentadas nos próximos capítulos são não apenas a busca por aprofundar o conhecimento sobre a importância das redes de contato e de apoio para migrantes que chegam a Foz do Iguaçu. Elas também são uma tentativa de dar ouvidos a um contingente seguidamente silenciado pela vulnerabilidade em que se encontram.

Esta decisão ganhou um reforço importante quando vi José pedindo esmola em um semáforo, com uma placa dizendo que o dinheiro era para regularizar sua situação no Brasil e conseguir a documentação necessária para encontrar o trabalho. Foi um encontro ao acaso, mas que reforçou significativamente esse novo caminho pretendido com minha pesquisa. Como não estava preparada para entrevistá-lo no momento, solicitei um contato para que pudessemos combinar um novo encontro. Foi quando percebi que ele não tinha celular e nenhum outro meio de comunicação remota. Deparei-me com essa situação outras vezes, com outros migrantes que não faziam parte do grupo diferenciado que estava ligado à Asoveni. Foi a partir desse novo grupo, destituído de recursos e de redes de apoio, que me dei conta que as vulnerabilidades e as necessidades de informação eram ainda mais urgentes que os meios de as acessar.

Outro fator que, embora externo, refletiu diretamente nas decisões tomadas quanto à pesquisa foi a declaração de pandemia mundial de COVID-19, em março de 2020. Se por um lado a crise sanitária impactou diretamente na dinâmica migratória de venezuelanos no Brasil, por outro, as limitações impostas pela quarentena e o isolamento social também impediram que mais levantamentos de campo para esta pesquisa fossem realizados, assim como o acesso a dados atualizados por parte das organizações que trabalham diretamente com migrantes – que passaram a atuar remotamente, ampliando a dificuldade de acesso e contato.

Segundo o Relatório Anual de 2020, elaborado pelo OBMigra com dados consolidados até agosto de 2020, um dos primeiros reflexos da pandemia no cotidiano de migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio venezuelanos no Brasil foi o fechamento da fronteira do Brasil com a Venezuela, em Pacaraima, ainda em março – e que permanecia fechada até a última semana de dezembro de 2020. Apenas durante os seis meses de

²¹ Todas as pessoas entrevistadas individualmente para esta pesquisa estão identificadas com nomes fictícios

pandemia, segundo o relatório, “o volume médio mensal de movimentos de entrada e saída pelas fronteiras brasileiras no ano de 2019 era de quase 2,5 milhões, enquanto, nos meses de abril e maio de 2020, esse número girou em torno de 90 mil, caindo ainda para menos de 40 mil em junho e julho” (CAVALCANTI *et al*, 2020, p. 13). A queda brusca também foi percebida no registro migratório de pessoas regularizadas no Brasil e no número de pedidos de regularização da situação migratória no país. Ainda de acordo com o documento, o Brasil recebeu 75% menos migrantes regularizados entre janeiro e agosto de 2020 em comparação com o mesmo período do ano de 2019. Já os pedidos de refúgio caíram a patamares comparáveis com o que se tinha há mais de 10 anos, antes da crise migratória venezuelana.

Além do impacto direto na dinâmica migratória do país, as medidas de distanciamento e isolamento social necessárias para a prevenção e tentativa de contenção da pandemia impediram que novas abordagens fossem realizadas para esta pesquisa no ano de 2020. Uma vez que a aproximação para as entrevistas qualitativas e observações foram todas feitas presencialmente, retomar a pesquisa com ferramentas virtuais recorreria ao problema identificado anteriormente – de que apenas pessoas já minimamente estabelecidas e com mais recursos financeiros e tecnológicos participariam, o que não refletiria necessariamente a realidade de grande parte das pessoas migrantes que chegam a Foz do Iguaçu. Dessa forma, a opção que se mostrou mais viável foi manter e utilizar os registros que já haviam sido realizados até o final do ano de 2019.

As alternativas escolhidas a partir do cenário novo que se apresentava me permitiu conhecer mais a fundo as pessoas com as quais interagi durante a etnografia – ouvir suas angústias, seus medos e suas esperanças. Assim, a pesquisa que se apresenta não é apenas o retrato cotidiano de alguns venezuelanos que vivem em Foz do Iguaçu, mas também uma tentativa de “dar ouvidos” (ALTENHOFEN, 2013) e transcrever em relatos de campo a realidade dura e desafiadora que cada uma e cada um dos entrevistados encara a cada novo dia que nasce.

1.2 AJUSTE DE ROTA: NARRATIVAS E PESQUISA QUALITATIVA

Frente aos desafios expostos, a ideia inicial da pesquisa precisou ser ajustada. O projeto, que nasceu com o objetivo de entender de que forma migrantes e refugiados venezuelanos utilizavam as tecnologias de informação e comunicação para ter acesso a serviços fundamentais, deu lugar a uma pesquisa mais voltada ao ser humano, para saber de que forma migrantes venezuelanos reorganizam suas vidas quando chegam a Foz do Iguaçu.

Assim, embora os dados quantitativos sobre migração e refúgio tenham relevância para a pesquisa, deixam de estar entre os pilares narrativos. Da mesma forma, as dificuldades e limitações encontradas ao longo da pesquisa dão lugar às falas das pessoas entrevistadas e à tentativa de traduzir seus sentimentos em palavras.

O resultado foi uma pesquisa baseada na observação etnográfica. Na prática, o texto que se apresenta é o que Peirano (2014) chama de “bricolagem intelectual”, com o ajuste constante da pesquisa pretendida:

O “método etnográfico” implica a recusa a uma orientação definida previamente. O refinamento da disciplina, então, não acontece em um espaço virtual, abstrato e fechado. Ao contrário, a própria teoria se aprimora pelo constante confronto com dados novos, com as novas experiências de campo, resultando em uma invariável bricolagem intelectual. (PEIRANO, 2014, p. 381)

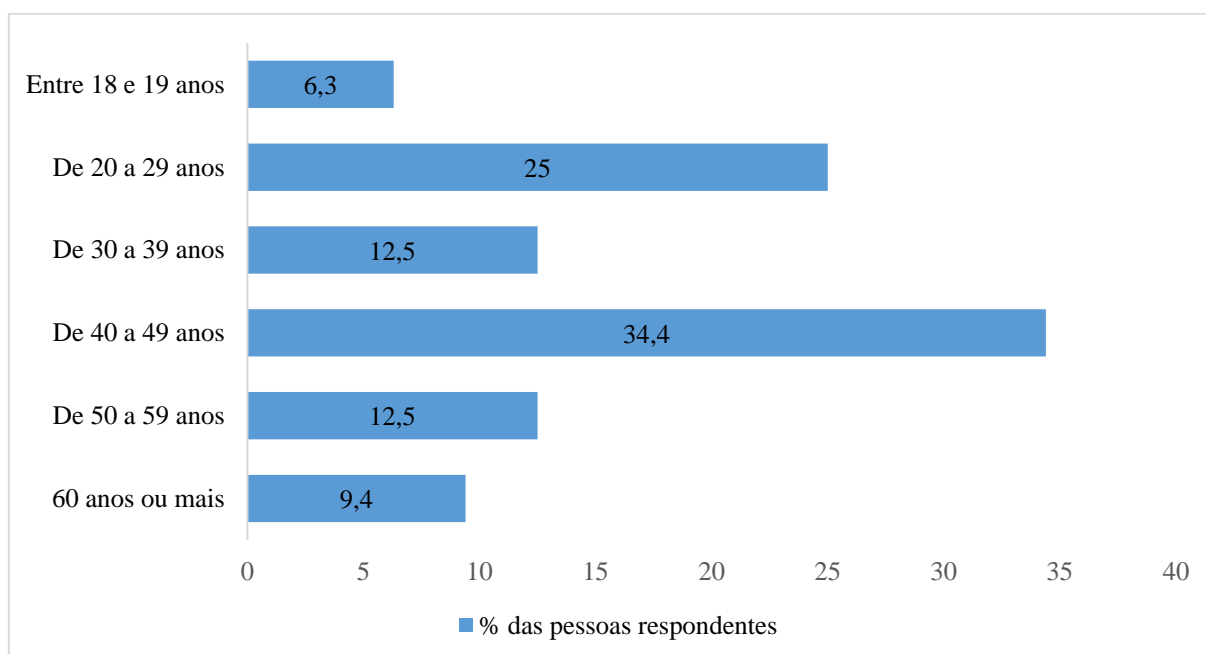
Seguindo essa perspectiva, dois momentos distintos guiaram a pesquisa. O primeiro foi de aproximação com a Associação de Venezuelanos em Foz do Iguaçu (Asovenfi), em especial de seu presidente, Jesús, e o vice-presidente, Alberto. O contato, sempre muito solícito, iniciou ainda no primeiro semestre de 2019 e resultou na construção conjunta do questionário aplicado na pesquisa – cujos resultados estão detalhados nas próximas páginas. A construção do questionário (indicado, em sua íntegra no Apêndice B), ainda antes da mudança de rumos dessa pesquisa, foi pensada com a intenção de se ter estatísticas e se buscar traçar um perfil de necessidades e possibilidades para construção de políticas públicas voltadas para atender às demandas de migrantes venezuelanos no município. Para facilitar a compreensão, o questionário foi traduzido para o espanhol. Foi composto por 25 perguntas de múltipla escolha, com temas de acesso a saúde, educação e trabalho formal, uso de internet e tecnologias de informação e comunicação, além de informações sobre idade, escolaridade, tempo de chegada ao Brasil e situação quanto à regularização de permanência no país. Por meio da associação, foram identificadas 32 pessoas (50% homens, 50% mulheres), que responderam ao questionário impresso nos meses de setembro e outubro de 2019. As respostas foram anônimas, sem intermediação de pesquisador.

O objetivo do questionário foi ter uma visão panorâmica sobre a compreensão dos migrantes venezuelanos em Foz do Iguaçu acerca dos direitos que possuem, dos meios que utilizam para acessá-los e dos recursos tecnológicos utilizados para obter informações confiáveis e de qualidade. A partir de dados consolidados, também havia a intenção de transformar a pesquisa em uma base argumentativa para a sugestão de políticas públicas voltadas para migrantes no município. Com o apoio da associação, os questionários foram

distribuídos a pessoas próximas, associados e a venezuelanos que participavam na época de aulas de português fornecidas por parceiros. Foram respondidos individual e anonimamente, na casa dos participantes ou nos intervalos das aulas de português.

Metade dos questionários foi respondida por homens, e a outra metade, por mulheres. Predominaram pessoas com idade entre 40 e 49 anos (34%) e de 20 a 29 anos (25%), como pode ser visto no Gráfico 1:

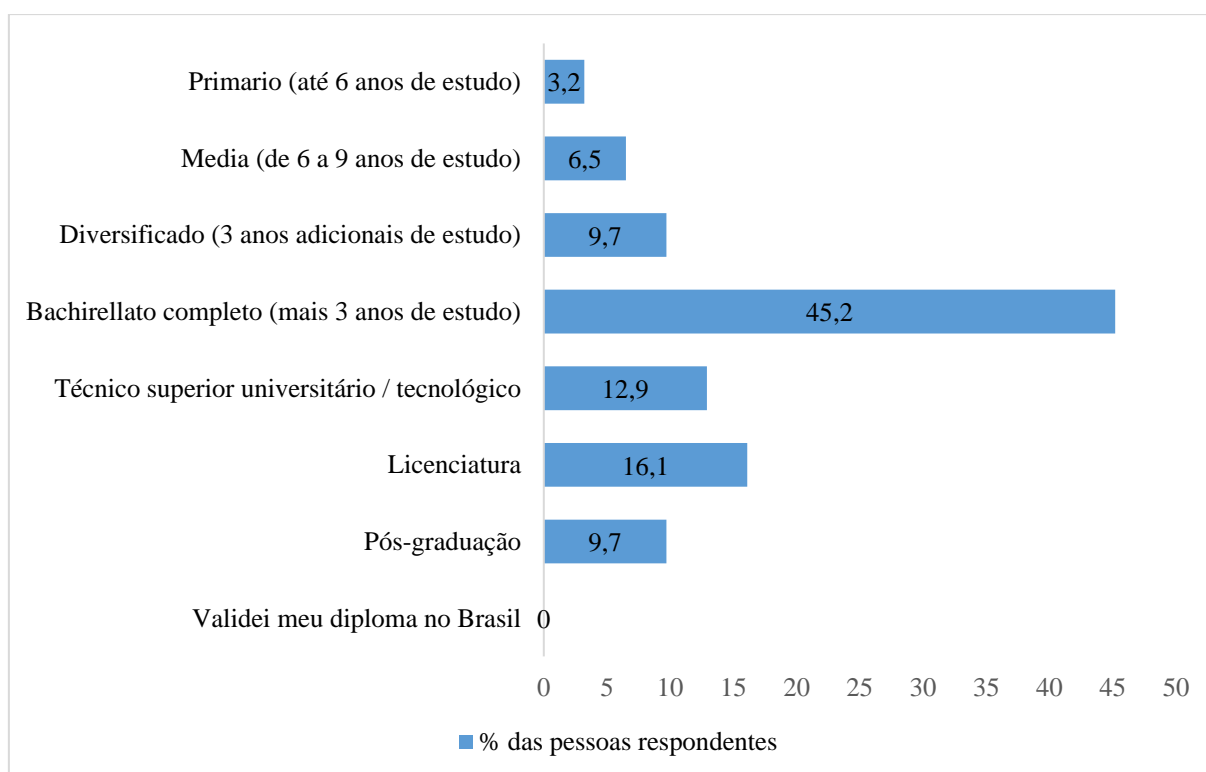
GRÁFICO 1 – Faixa etária de respondentes do questionário



Fonte: A autora (2020)

A escolaridade predominante entre as pessoas que responderam ao questionário foi a que corresponde ao nível técnico no Brasil (chamado de Bachirellato na Venezuela), com 45%. Para facilitar a compreensão e resposta ao questionário, foram indicados tanto o nome utilizado na Venezuela quanto o número de anos de estudo correspondentes, conforme pode ser visto do Gráfico 2, a seguir.

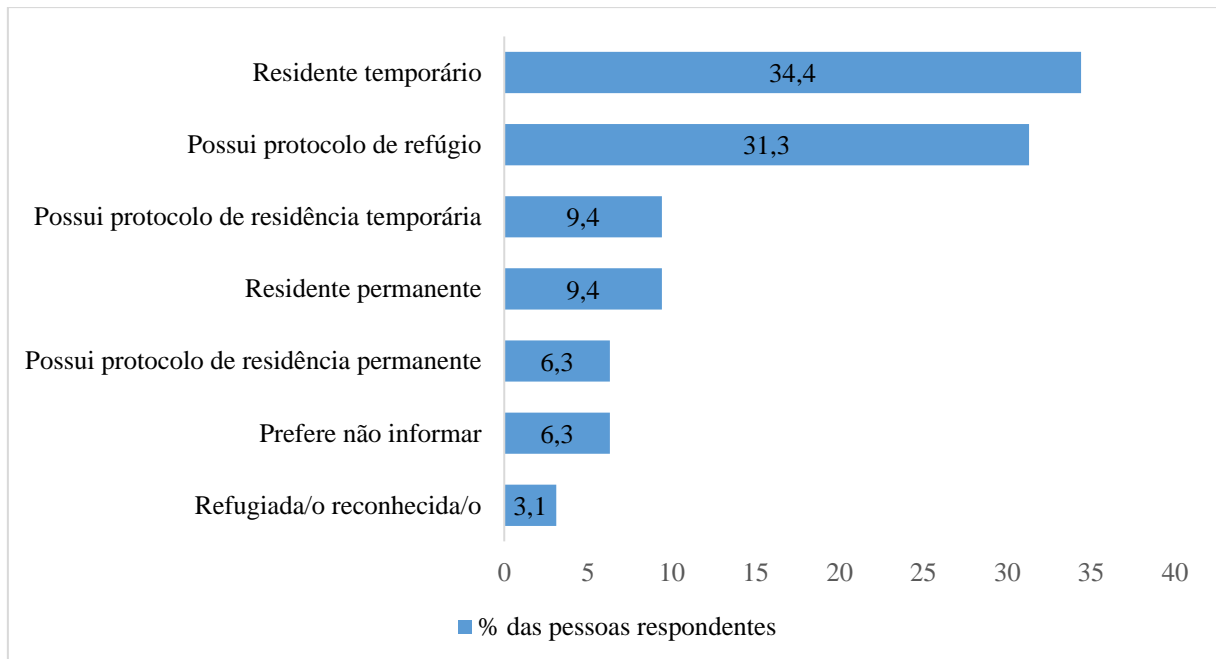
GRÁFICO 2 – Escolaridade de respondentes do questionário



Fonte: A autora (2020)

O Gráfico 3, a seguir, mostra que, de todos os participantes, apenas um se identificou como refugiado reconhecido oficialmente pelo governo brasileiro – possivelmente vindo de outra localidade, já que não constava, até a data do início da aplicação dos questionários, o registro de nenhuma pessoa nessa condição em Foz do Iguaçu. A maioria afirmava estar na situação de residente temporário (34%) ou solicitante de residência temporária, aguardando resposta do governo brasileiro (9,4%). Dez pessoas afirmaram ter solicitado pedido de refúgio ao Brasil, ainda sem julgamento.

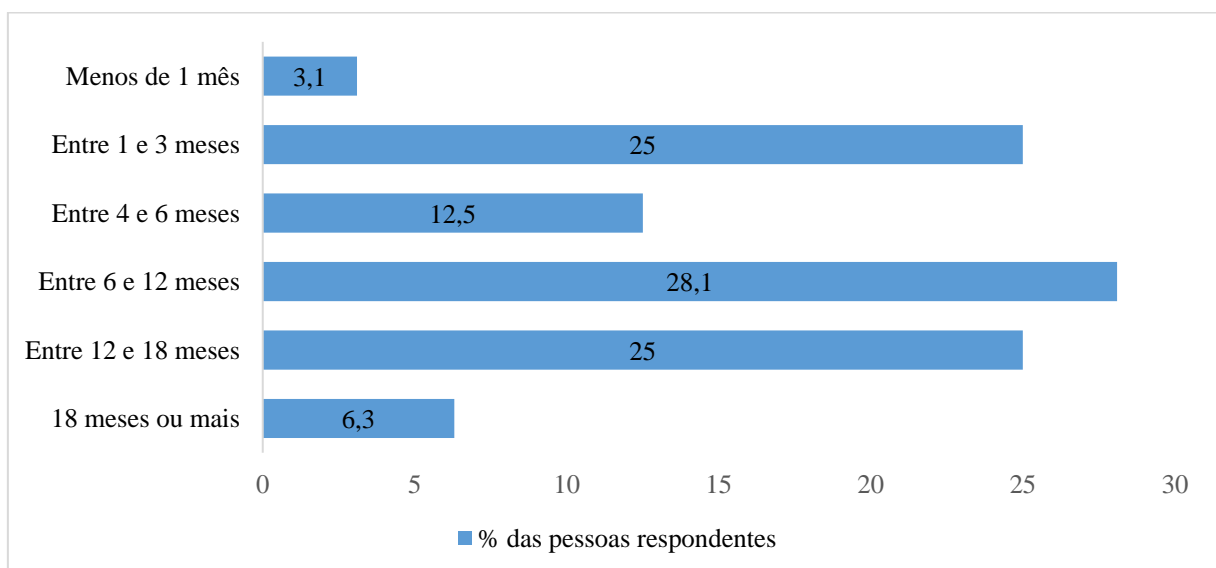
GRÁFICO 3 – Situação migratória de respondentes do questionário



Fonte: A autora (2020)

Também chamam atenção os dados sobre o tempo de chegada ao Brasil entre as pessoas que responderam ao questionário – a maioria está há menos de um ano no país, como mostra o Gráfico 4. Parte da constatação pode ser explicada pelo fato de a maioria dos questionários ter sido aplicada em aulas de português para estrangeiros, o que leva a crer que, entre as pessoas que estão há mais tempo no Brasil, a adaptação ao idioma possa ser maior.

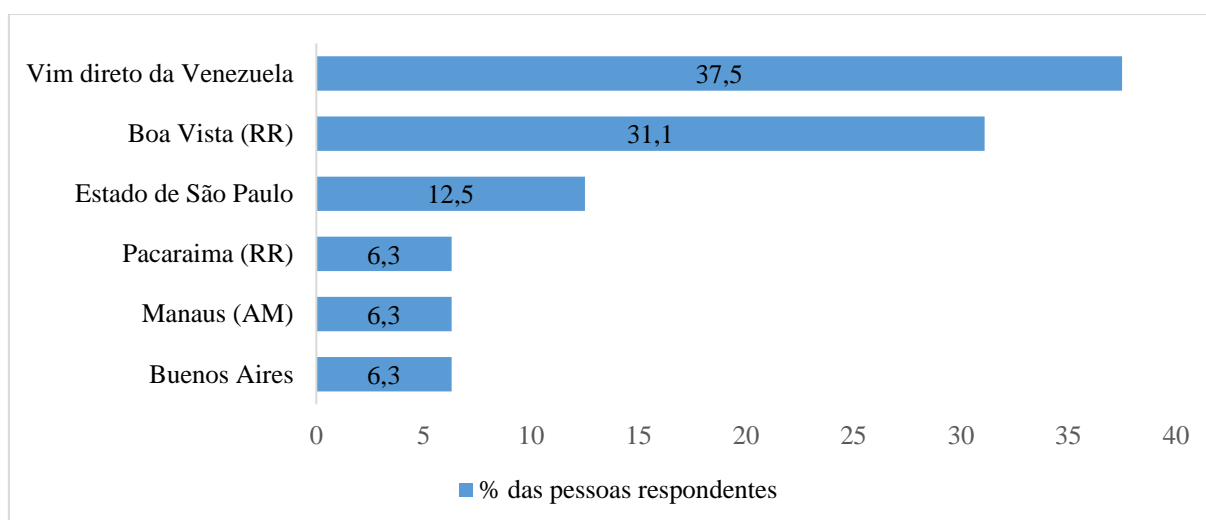
GRÁFICO 4 – Tempo de chegada ao Brasil entre respondentes



Fonte: A autora (2020)

Diferentemente do que é percebido em grandes centros urbanos, como São Paulo, grande parte da população venezuelana que chega a Foz do Iguaçu vem diretamente da Venezuela (37,5% dos respondentes da pesquisa), como mostra o Gráfico 5. Isso explica parte da falta de conhecimento sobre direitos básicos no Brasil, como a possibilidade de solicitação de refúgio e os meios para se obter documentação brasileira. Esse fato também é reforçado por números revelados nos questionários: das 12 pessoas que chegaram a Foz do Iguaçu depois de terem passado por Roraima, todas fizeram a solicitação dos documentos brasileiros que possuem ainda quando estavam no Norte do país.

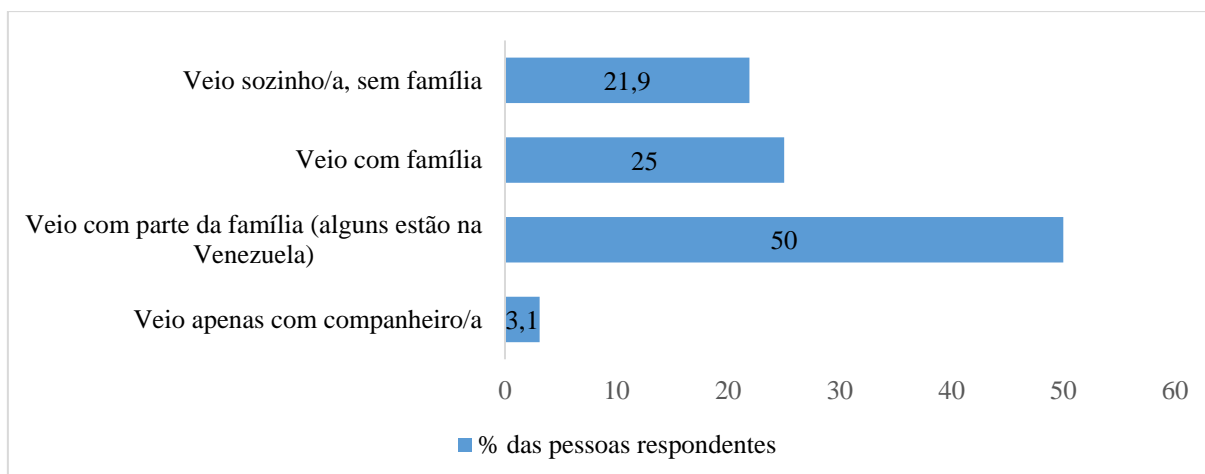
GRÁFICO 5 – Local de permanência de respondentes antes de chegar a Foz do Iguaçu



Fonte: A autora (2020)

A maioria das pessoas que respondeu ao questionário (75%) chegou a Foz do Iguaçu com familiares. Enquanto 25% afirmam ter chegado ao município com a família, 50% indicam que chegaram apenas com alguns membros da família – e que outros permanecem na Venezuela, como mostra o Gráfico 6.

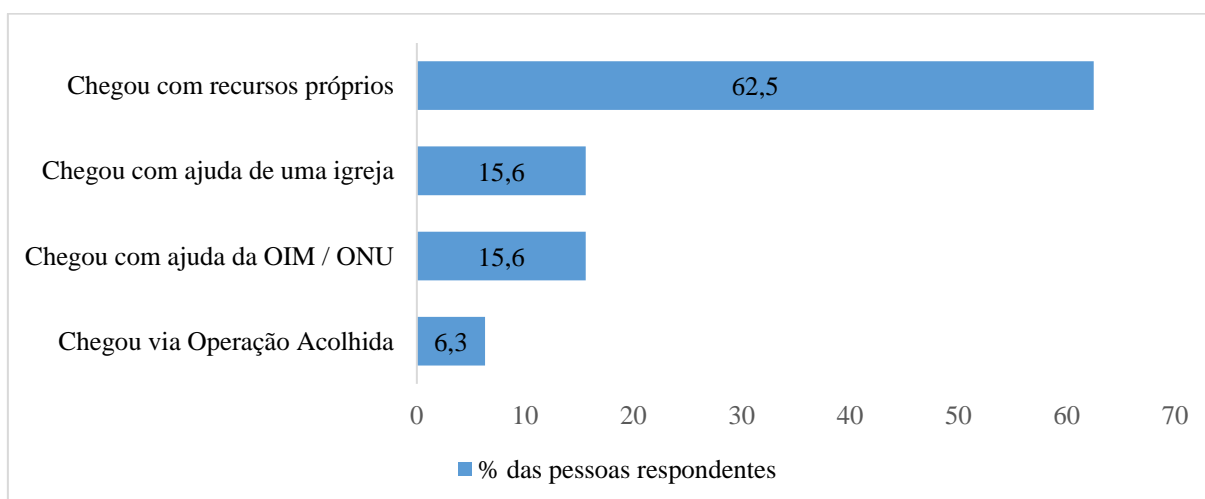
GRÁFICO 6 – Família de respondentes e chegada a Foz do Iguaçu



Fonte: A autora (2020)

Outro dado que chama a atenção entre as respostas do questionário é que a maioria das pessoas que o respondeu afirma ter chegado a Foz do Iguaçu com recursos próprios, como mostra o Gráfico 7. Lembrando que quase 40% afirmam ter vindo direto da Venezuela, esse dado reforça a situação de desconhecimento das pessoas sobre seus direitos no Brasil, uma vez que o contato com organizações de apoio a refugiados e migrantes não parece estar na rotina antes da viagem de deslocamento.

GRÁFICO 7 – Respondentes e recursos financeiros para chegar a Foz do Iguaçu

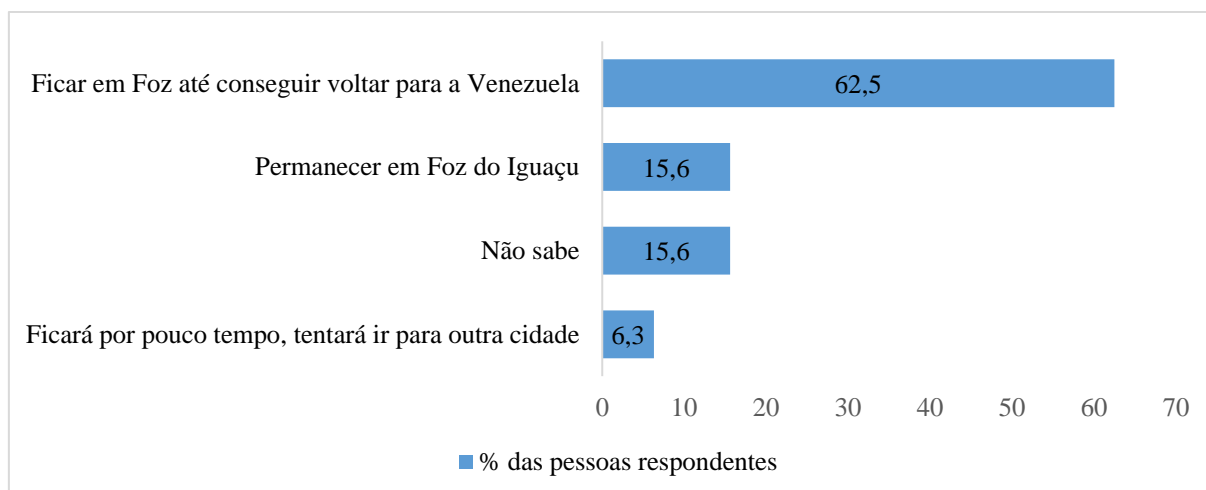


Fonte: A autora (2020)

Outra informação importante identificada na aplicação dos questionários é que a maioria das pessoas que o respondeu indica que pretende voltar para a Venezuela assim que possível. Do total, 62,5% afirmam que ficarão em Foz do Iguaçu apenas até conseguirem

voltar para o país de origem. O gráfico 8 também mostra há alguns que pensam em permanecer da cidade ou não sabem por quanto tempo permanecerão, e um número menor tem planos de permanecer no Brasil, mas não em Foz do Iguaçu.

GRÁFICO 8 – Intenção de permanência em Foz do Iguaçu entre respondentes



Fonte: A autora (2020)

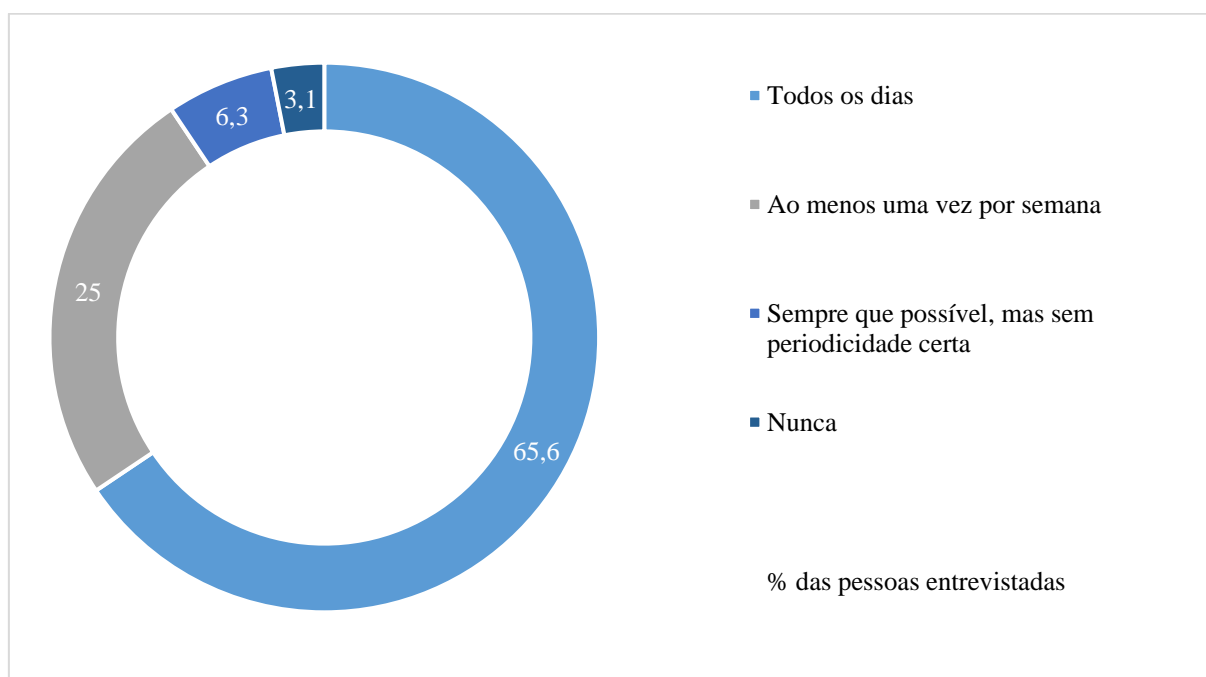
Em janeiro de 2019, tive a oportunidade de conhecer pessoalmente e acompanhar alguns dias de trabalho de profissionais de diferentes organizações que atuam no atendimento direto a migrantes venezuelanos que chegam ao Brasil por Pacaraima (RR), assim como os que atendem a essa população na capital, Boa Vista, nos chamados Postos de Triagem (PTRIG). Nesses locais, chama a atenção a organização dos espaços para facilitar a solicitação imediata da regularização da situação no país (seja como solicitante de refúgio, seja como solicitante de residência), assim como a retirada do CPF e da carteira de trabalho – que facilitam à pessoa migrante o ingresso a instituições de ensino e ao mercado formal de trabalho brasileiro – e da carteira do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesses locais, agências das Nações Unidas e organizações não governamentais também buscam informar sobre direitos, acesso a serviços públicos disponíveis, assim como canais de atendimento e denúncia de violação de direitos humanos. Em todos os postos visitados, também havia locais reservados para que as pessoas migrantes pudessem fazer pessoalmente denúncias de violações e receber o acompanhamento necessário. Dessa forma, tanto as pessoas que permaneciam em Roraima quanto as que aceitavam participar do programa de interiorização, seguiam com acesso importante a informações e a serviços de direitos fundamentais.

Em Foz do Iguaçu, a falta de uma estrutura organizada, assim como a falta de conexão entre os fluxos de atendimento, apontados anteriormente, acabam exigindo dos migrantes mais autonomia para buscar informações e atendimento. Por um lado, isso reforça a importância das redes de apoio entre os próprios migrantes. Por outro, o risco de compartilhamento de informações imprecisas e desconstruídas aumenta consideravelmente. Internet, redes sociais e aplicativos de conversa acabam ganhando destaque entre as fontes de informação dos respondentes do questionário de pesquisa.

Questionados sobre a frequência do acesso à internet, 65,6% das pessoas que responderam ao questionário afirmaram que acessam diariamente, como aponta o Gráfico 9, a seguir. Outros 25% afirmam que acessam ao menos uma vez por semana; 6,3% acessam sempre que possível, mas sem uma periodicidade certa, e 3,1% nunca acessa.

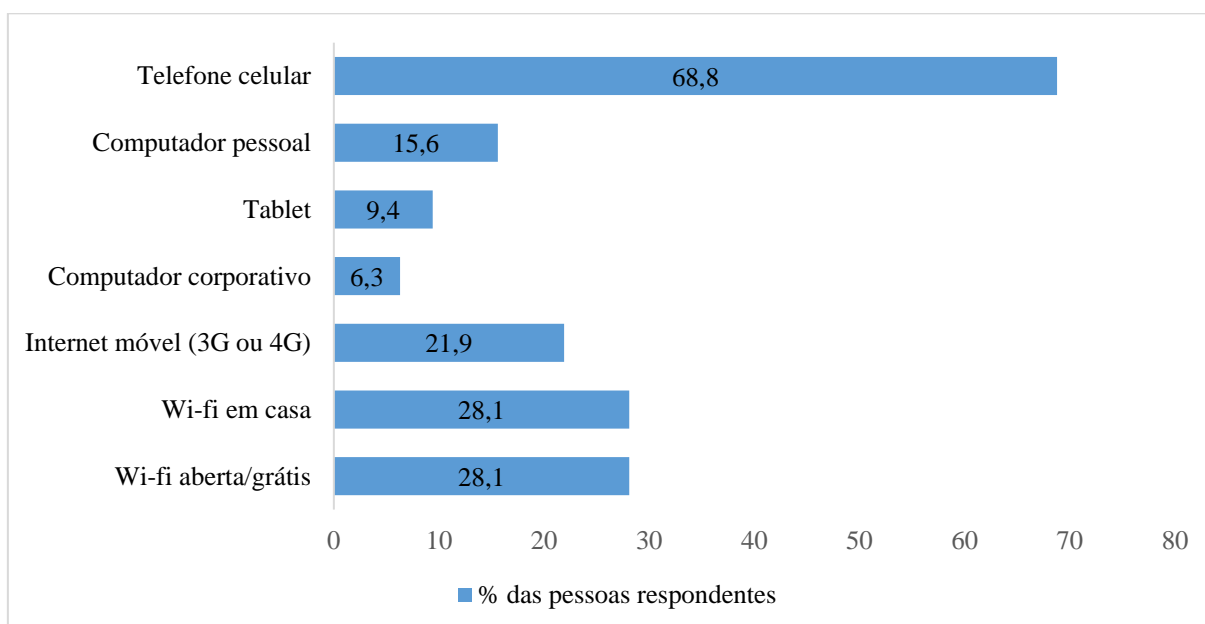
GRÁFICO 9 – Acesso à internet entre respondentes do questionário



Fonte: A autora (2020)

A pesquisa também buscou saber, por meio do questionário aplicado, quais as formas mais comuns de acesso à internet por parte dos participantes. O Gráfico 10 indica que a maioria (68,8%) acessa a internet usando telefone celular, seguido por computador pessoal (15,6%), tablet (9,4%) e computador do trabalho (6,3). Era possível indicar mais de uma resposta a esta questão. Embora a maioria indicar que utiliza o celular para acessar à internet, o uso de dados de 3G ou 4G foi indicado apenas por 21,9% dos participantes.

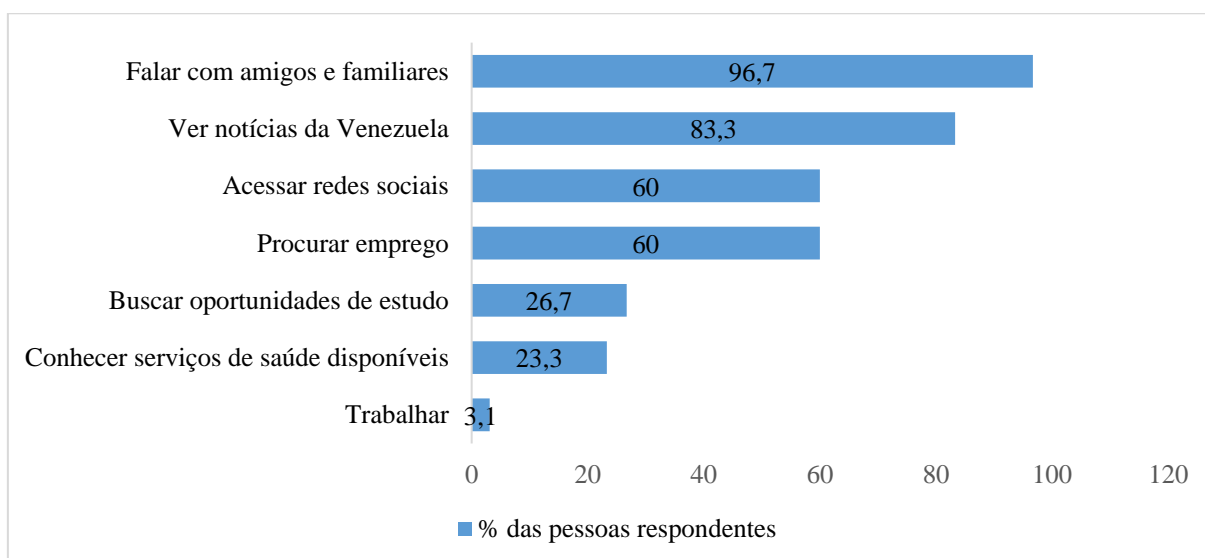
GRÁFICO 10 – Formas de acesso à internet entre respondentes



Fonte: A autora (2020)

O questionário também aponta, conforme mostrado no Gráfico 11, que a internet é utilizada prioritariamente pelos respondentes para ter notícias de amigos, familiares e da situação do país de origem, mas também é significativo o uso para busca de emprego.

GRÁFICO 11 – Intenções de uso da internet entre respondentes

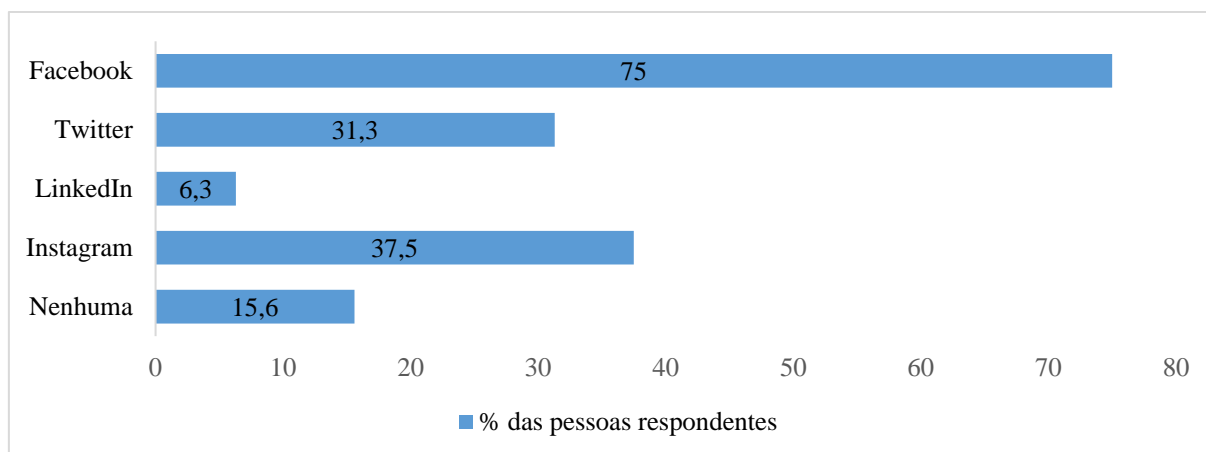


Fonte: A autora (2020)

Atualmente, a internet e as redes sociais se mostram como uma fonte considerável de informações. Por este motivo, o questionário aplicado também buscou saber quais as redes

sociais mais acessadas por migrantes e refugiados venezuelanos em Foz do Iguaçu. Era possível marcar mais de uma resposta à pergunta. Conforme aponta o Gráfico 12, o Facebook é a rede social predominante, usada por 75% das pessoas que responderam ao questionário.

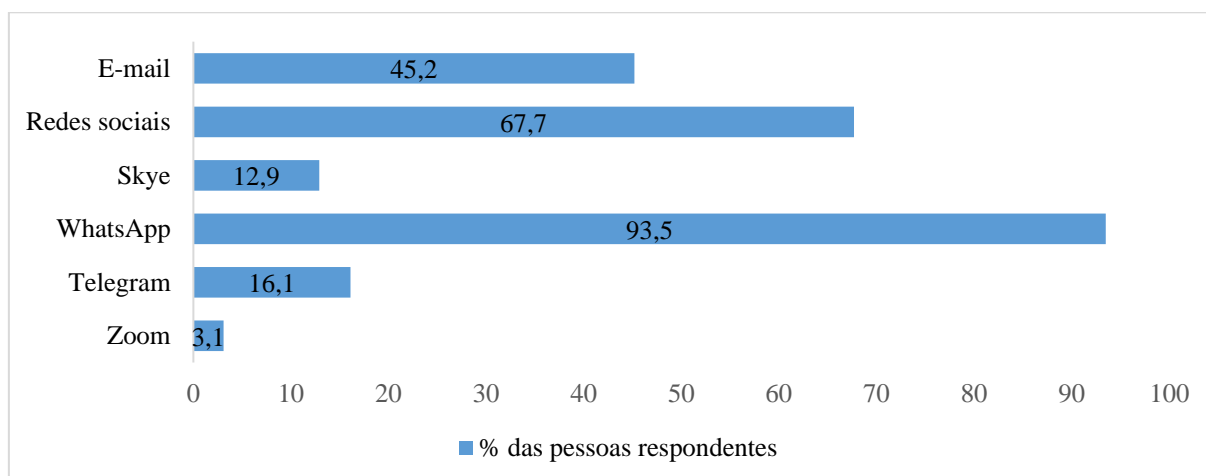
GRÁFICO 12 – Uso de redes sociais entre respondentes



Fonte: A autora (2020)

Outro questionamento feito durante a pesquisa foi com relação às ferramentas de comunicação utilizada por migrantes em Foz do Iguaçu. O Gráfico 13 mostra que WhatsApp foi apontado por 93,5% das pessoas que responderam ao questionário, seguido por redes sociais e e-mail.

GRÁFICO 13 – Ferramentas online de comunicação usadas por pessoas respondentes do questionário

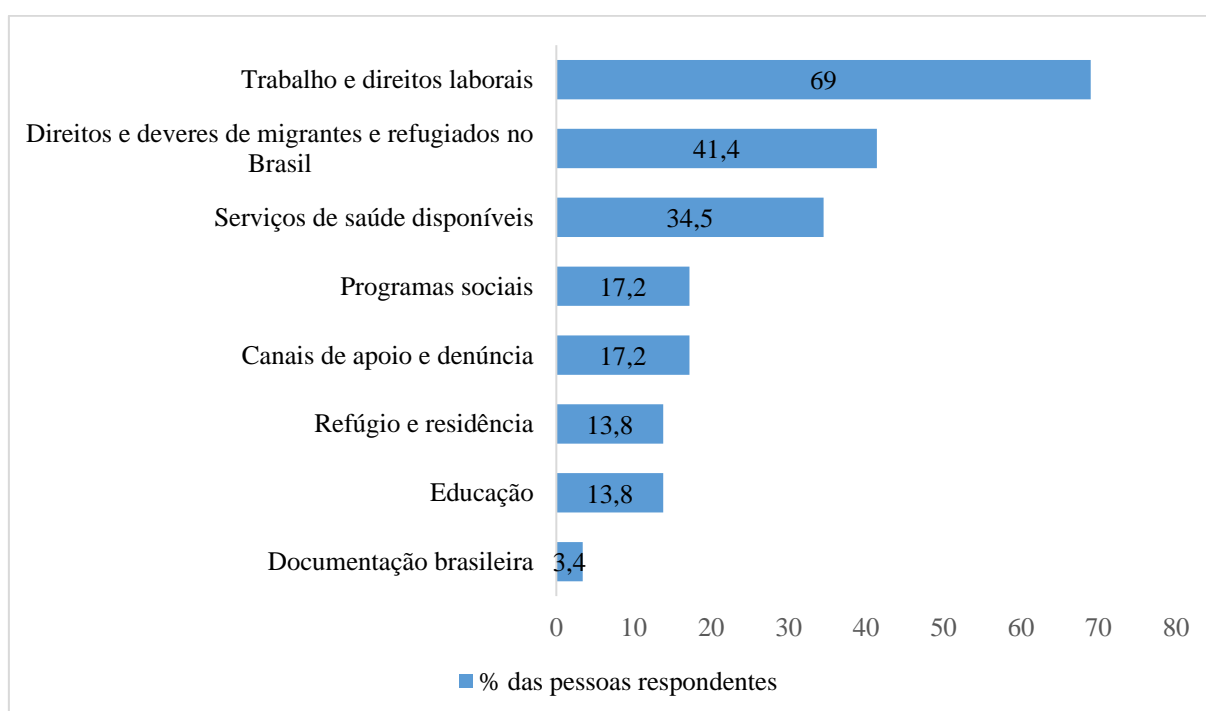


Fonte: A autora (2020)

Embora pessoas refugiadas e migrantes em Foz do Iguaçu aparentem estar relativamente organizadas em redes que compartilham informações, ainda são grandes os

desafios para terem acesso a informações necessárias para o dia a dia, assim como informações verídicas e confiáveis. Para todos os migrantes que responderam ao questionário, as informações mais difíceis de se conseguir em Foz do Iguaçu são relacionadas ao mercado de trabalho e aos direitos laborais no país – reclamação registrada por 69% dos respondentes. Em seguida, estão informações sobre direitos e deveres da pessoa migrante no Brasil (41,4%) e sobre atendimentos gratuitos de saúde (34,5%), como mostra o Gráfico 14 (era possível indicar mais de uma resposta):

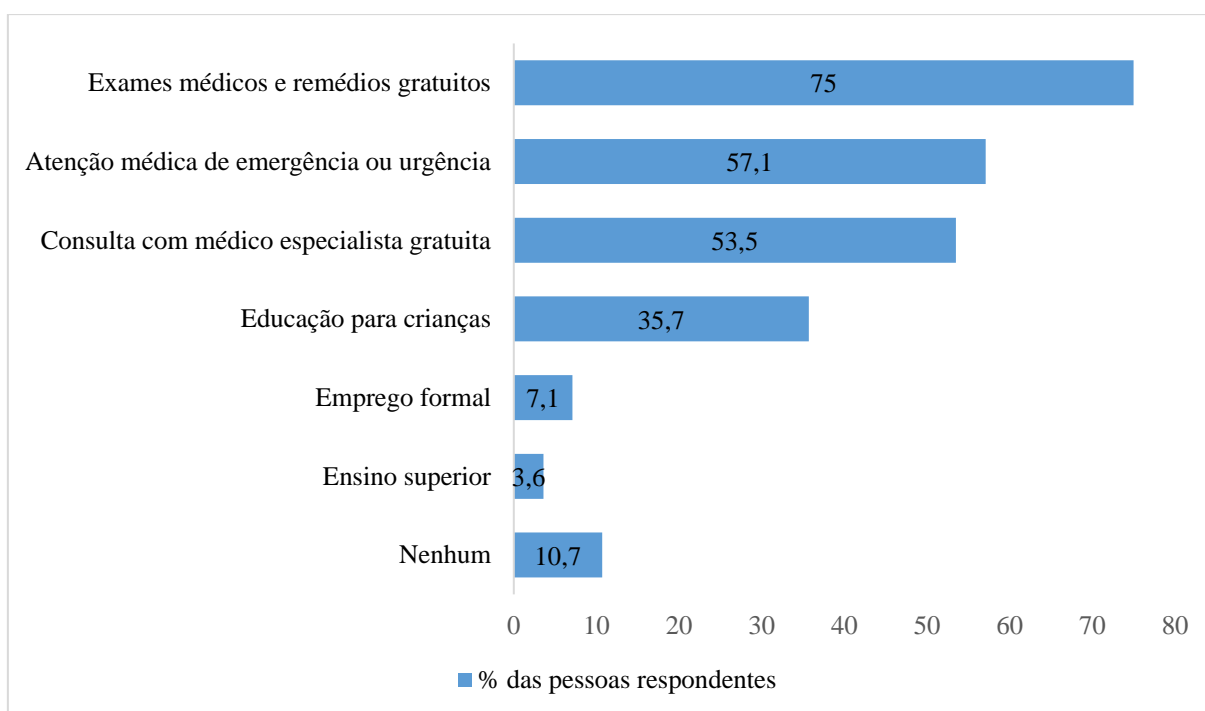
GRÁFICO 14 – Informações de mais difícil acesso entre respondentes do questionário



Fonte: A autora (2020)

Além da impressão sobre o acesso à informação, a pesquisa feita por meio do questionário também buscou saber quais direitos são mais acessados pela população refugiada e migrante venezuelana em Foz do Iguaçu. As respostas, apontadas no Gráfico 15, mostram predominância dos serviços ligados à área da saúde, o que reforça a possibilidade de busca e acesso em casos de urgência e emergência, já que são mais acessados que outros direitos, como educação e trabalho formal.

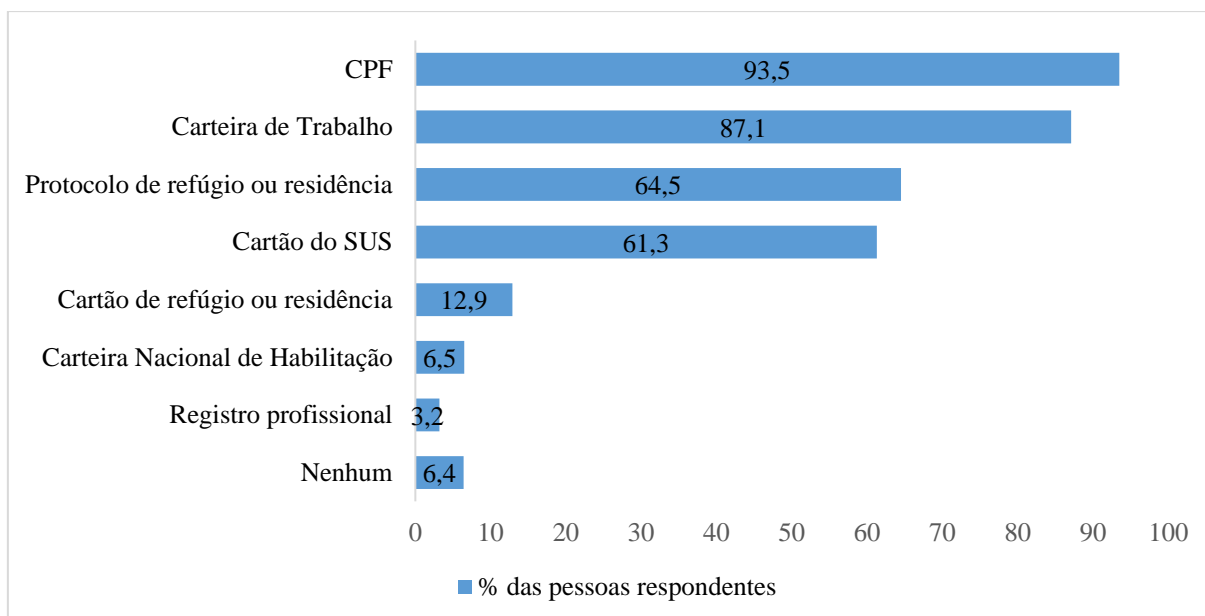
GRÁFICO 15 – Acesso a serviços gratuitos entre respondentes do questionário



Fonte: A autora (2020)

Uma queixa predominante entre pessoas migrantes e refugiadas no Brasil é com relação à dificuldade de acesso a serviços fundamentais devido à falta de documentação brasileira – esse item especificamente será mais detalhado nos capítulos seguintes. A partir dessa indicação, a pesquisa também buscou saber entre as pessoas respondentes do questionário quais são os documentos brasileiros que elas possuíam e de que forma puderam ter acesso a eles. O Gráfico 16 mostra que os documentos mais acessíveis entre as pessoas respondentes são o CPF e a Carteira de Trabalho, indicada por 93% e 87% dos respondentes, respectivamente.

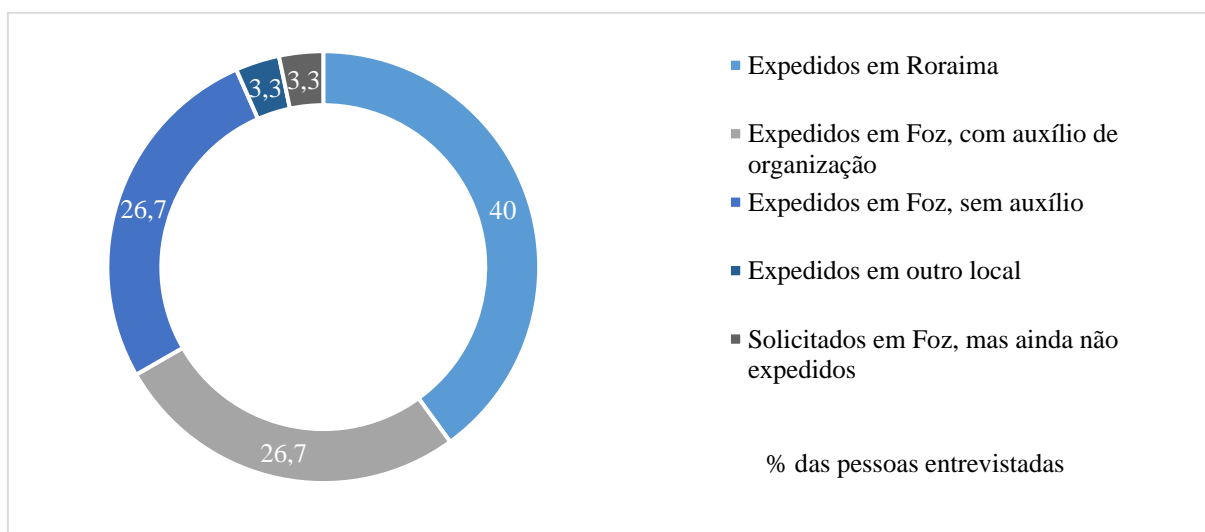
GRÁFICO 16 – Acesso à documentação brasileira entre respondentes do questionário



Fonte: A autora (2020)

Em seguida, o questionário buscou saber de que forma as pessoas respondentes tiveram acesso aos documentos que indicaram possuir. O Gráfico 17 mostra que 40% das pessoas que responderam ao questionário conseguiram solicitar os documentos ainda no estado de Roraima, assim que entraram no Brasil – o que reforça a importância da rede organizada e capacitada para acolhimento e atendimento a pessoas refugiadas e migrantes.

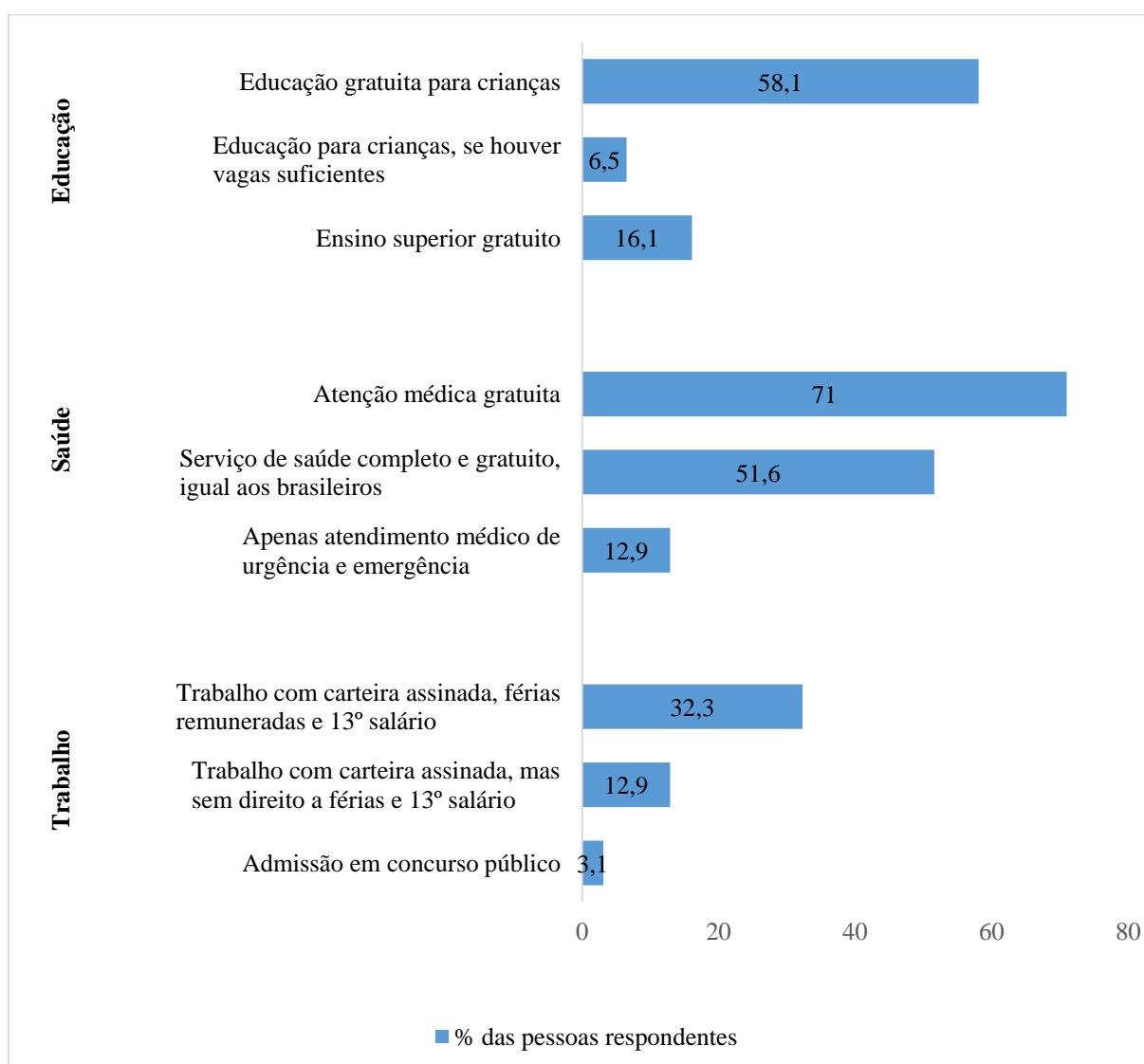
GRÁFICO 17 – Local onde respondentes do questionário tiveram acesso à documentação brasileira



Fonte: A autora (2020)

O questionário buscou saber, ainda, como migrantes venezuelanos que vivem em Foz do Iguaçu se sentem com relação às garantias de respeito aos direitos que possuem no Brasil. Primeiro, o questionário buscou identificar quais os direitos que as pessoas respondentes acreditam ter no país. O Gráfico 18 aponta, mais uma vez, a predominância do tema da saúde: 71% afirmam acreditar que têm direito ao acesso gratuito à atenção médica. Entretanto, muitos respondentes acreditam que não possuem os mesmos direitos que a população brasileira em temas importantes, como trabalho formal – 12,9% informaram que acreditam ter direito a trabalho registrado em carteira, mas sem direito a férias remuneradas e 13º salário, o que reforça a necessidade de aprimoramento no acesso a informações qualificadas.

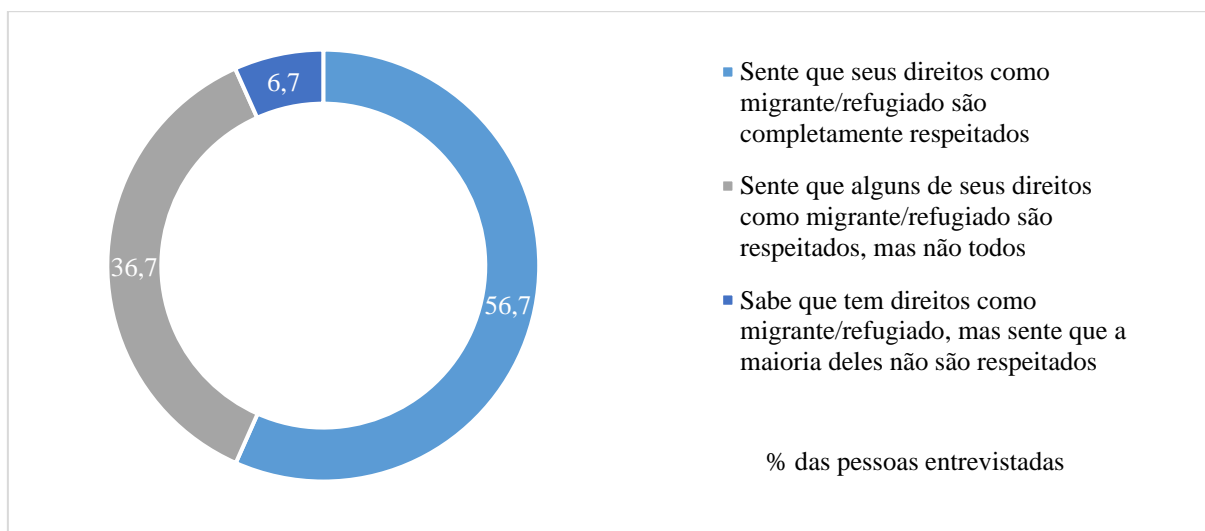
GRÁFICO 18 – Direitos que respondentes do questionário acreditam ter no Brasil



Fonte: A autora (2020)

A partir do que as pessoas que responderam ao questionário indicaram acreditar ter como direitos no Brasil, também foi perguntado o sentimento quanto ao respeito a esses direitos. Mais da metade (56%) afirmou que sente que seus direitos são respeitados, como indica o Gráfico 19, a seguir:

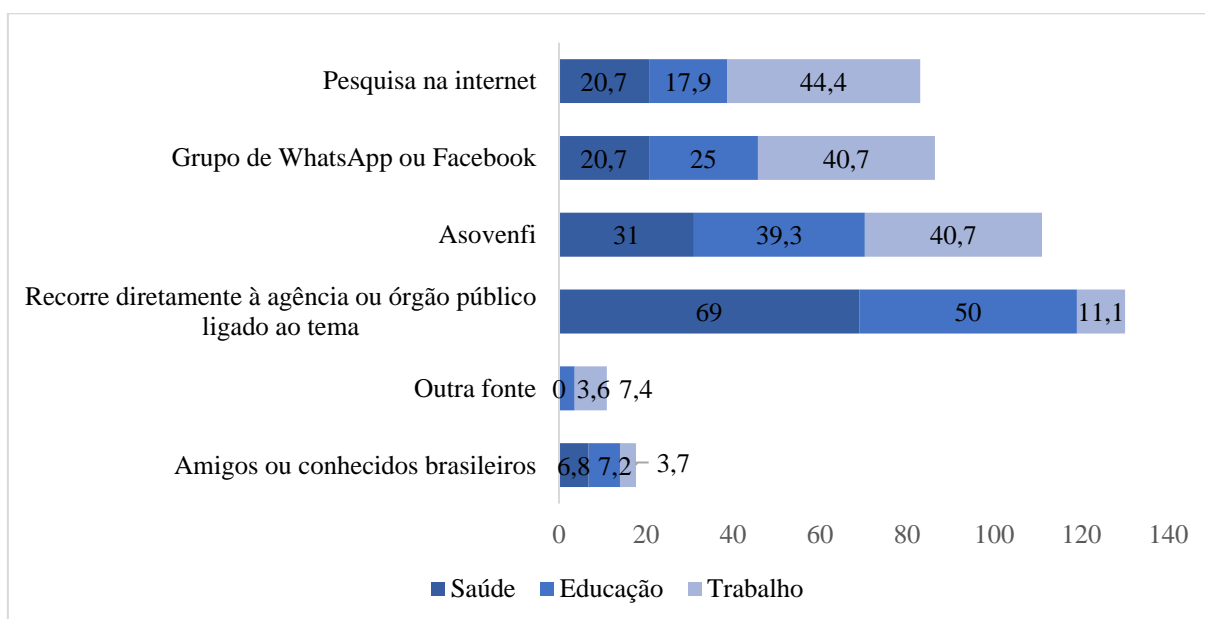
GRÁFICO 19 – Sentimento de respondentes quanto ao respeito a seus direitos no Brasil



Fonte: A autora (2020)

Quando perguntados sobre as fontes de informação sobre os direitos que possuem no Brasil, a maioria dos respondentes do questionário respondeu que vai diretamente aos serviços de saúde, quando precisa saber sobre atendimentos (69%), e diretamente às instituições de ensino, quando a dúvida é sobre educação (50%). Porém, quando a informação buscada é sobre direitos trabalhistas e mercado formal de trabalho, as fontes de informações mais frequentes são internet (44%), grupos de WhatsApp (41%) e Asoveni (41%). O detalhamento pode ser visto no Gráfico 20, a seguir:

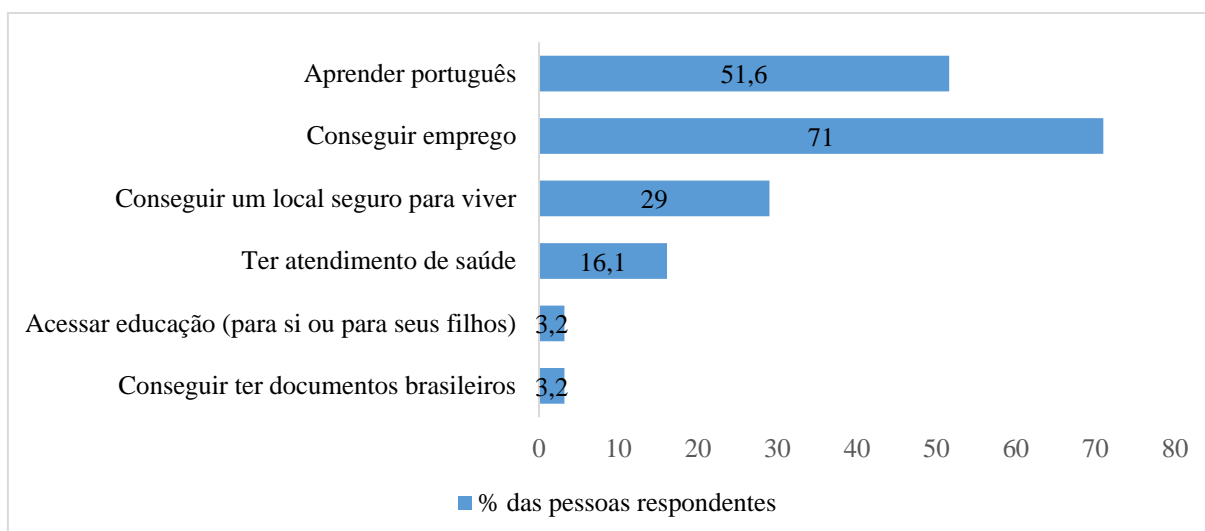
GRÁFICO 20 – Principais fontes de informação sobre direitos entre respondentes do questionário



Fonte: A autora (2020)

Por fim, o questionário buscou levantar informações sobre as principais dificuldades enfrentadas pela população migrante em Foz do Iguaçu e de que forma esses problemas poderiam ser amenizados. O Gráfico 21 indica que a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho, assim como aprender o idioma, foram os mais citados – por 71% e 51% dos participantes, respectivamente.

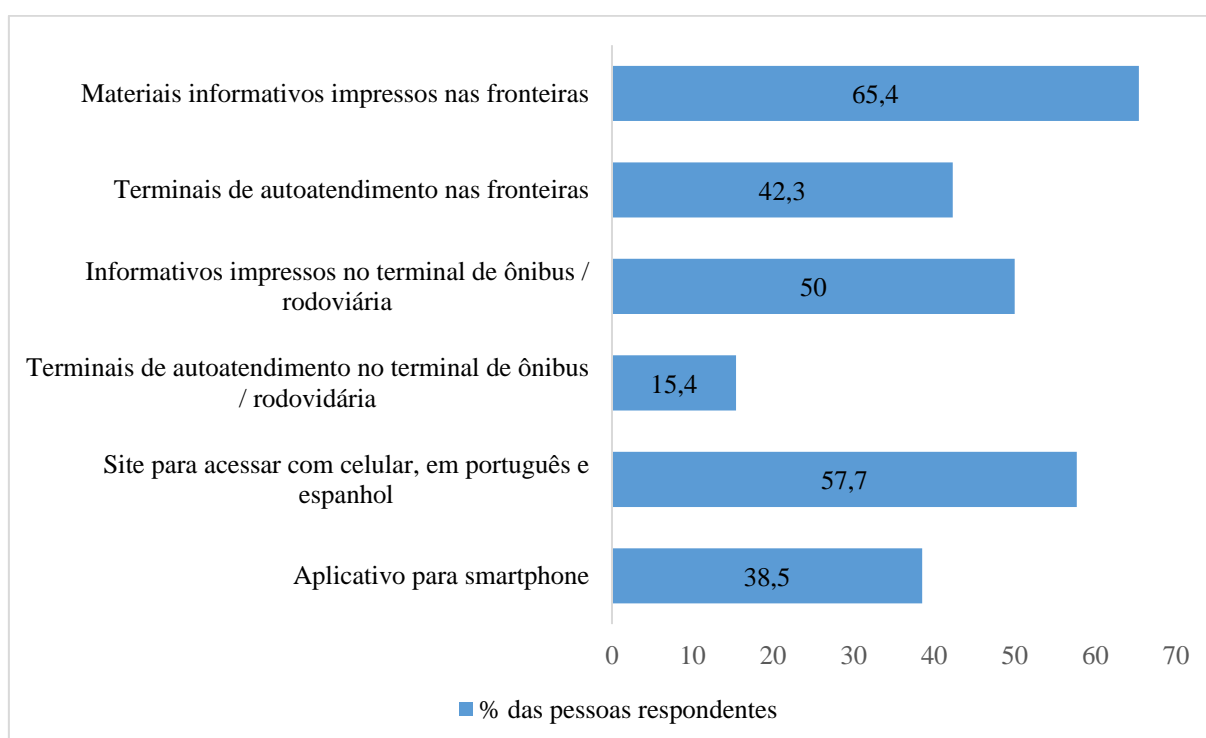
GRÁFICO 21 – Percepções sobre dificuldades enfrentadas por migrantes venezuelanos em Foz do Iguaçu



Fonte: A autora (2020)

O Gráfico 22, a seguir, indica que, entre as soluções indicadas pelos respondentes que poderiam amenizar essa situação de dificuldade de acesso a informações, a disponibilização de materiais em espanhol e de fácil acesso foram as mais citadas – materiais impressos, como cartazes e folders, disponibilizados nas fronteiras foram apontados por 65% dos respondentes, seguidos por materiais impressos em locais de grande circulação, como terminal de ônibus (por 50%) e um site em português e espanhol, leve e de fácil carregamento (por 57%).

GRÁFICO 22 – Percepções sobre recursos que poderiam amenizar as dificuldades enfrentadas por migrantes venezuelanos



Fonte: A autora (2020)

A aplicação do questionário também permitiu perceber que o grupo de pessoas que respondeu à pesquisa já dispunha de uma rede de informação e suporte em Foz do Iguaçu – o que, de certa maneira, garantia a essas pessoas o acesso a uma maior gama de serviços e de informações qualificadas. Embora respondam por grande parte dos migrantes no município, esses venezuelanos vivem em uma situação totalmente distinta dos que chegam à cidade sem suporte algum. Apesar da constatação óbvia, apenas me dei conta dessa situação quando tive uma reunião de trabalho na Casa do Migrante e quando, em setembro, encontrei José nas ruas de Foz do Iguaçu, como introduzido anteriormente. A partir desses contatos, as entrevistas e a observação etnográfica se deram junto a um grupo distinto, de pessoas que não tinham essa

rede e esse suporte e que, com exceção dos dois últimos apresentados nessa dissertação, não responderam ao questionário apresentado.

O encontro com José aconteceu de maneira imprevista, enquanto ia para o trabalho em uma manhã de sexta-feira. Morador de rua, ele pedia dinheiro em um semáforo. Em um cartaz escrito à mão, identificava-se como venezuelano e solicitava recursos para dar entrada nos documentos brasileiros e regularizar sua situação no país – processo que é feito de maneira totalmente gratuita, desde que solicitada por alguma organização que ateste a insuficiência financeira da pessoa solicitante. Ao vê-lo, parei o carro imediatamente, passei alguns minutos conversando com ele e combinamos um novo encontro, no dia seguinte.

Durante toda uma tarde e início da noite de sábado, acompanhei José em sua atividade diária de pedir dinheiro nos semáforos. A entrevista que aconteceu neste dia me fez abrir os olhos para uma série de negligências vividas por migrantes no Brasil – desde a falta de acesso à alimentação e a serviços públicos de saúde que não sejam emergenciais, até a dificuldade em conseguir vagas nos abrigos municipais e uma série de barreiras no acesso a informações que lhes garantam viver com o mínimo de dignidade.

A partir dessa conversa, entendi que era necessário ampliar a pesquisa, com vivências de pessoas pouco amparadas no município. Com isso em mente, entrei em contato com o Centro POP, onde José me informou que sabia que havia outros venezuelanos acolhidos. Em um rápido contato por telefone, apresentei-me como pesquisadora, expliquei o perfil de pessoas que buscava e tive autorização para ir ao local para tentar conversar com esses migrantes. Em momento algum os profissionais do Centro POP intermediaram qualquer conversa ou estiveram presentes nas interações. Essa falta de interferência, de certa forma, permitiu que as conversas fossem mais fluidas – inicialmente vistas com desconfiança pelos migrantes, logo seguiram para uma conversa atenta às narrativas que se apresentavam. Durante toda a semana, estive no abrigo conversando com as pessoas. E foi lá que conheci e entrevistei três migrantes venezuelanos que chegaram em situações distintas e que, por meios diversos, conseguiram um lar temporário.

Apesar da mudança, algumas ideias iniciais da pesquisa foram mantidas, entre elas a realização de entrevistas com migrantes venezuelanos que, mesmo em situação de vulnerabilidade, conseguiram ter seus direitos garantidos – seja no acesso à saúde, seja na garantia de proteção, ou simplesmente no acesso a informações corretas e apoio para a retirada de documentos brasileiros imediatamente após a regularização da permanência no Brasil, como solicitante de refúgio ou residência. Com o apoio da associação, foram localizadas duas pessoas – uma com acesso ao mercado formal de trabalho e a emprego com

carteira assinada, e outra em situação extremamente delicada de saúde e que conseguiu na justiça o acesso ao tratamento domiciliar e gratuito necessário.

Os contrastes vividos pelos dois grupos distintos de migrantes entrevistados (os que possuem rede de apoio e os que chegam totalmente desamparados) ajudaram-me a dar um novo direcionamento para a pesquisa. Meu interesse passou a ser, então, compreender os diferentes níveis de acesso aos serviços essenciais por migrantes venezuelanos em Foz do Iguaçu a partir das redes de suporte e de contato estabelecidas, assim como observar a necessidade urgente de se ampliar o acesso a informações confiáveis e de fácil compreensão por essa parcela crescente da população no município.

1.3 OBSERVAÇÃO ETNOGRÁFICA

A presente pesquisa tomou como ponto de partida a observação etnográfica. Embora questionada por alguns pesquisadores sobre sua classificação como sendo ou não um método, o fato é que a etnografia foi a abordagem avaliada como mais apropriada para buscar entender as dificuldades vividas por migrantes venezuelanos no Brasil e, mais especificamente, em Foz do Iguaçu (PR).

No sentido original da palavra, etnografia significa escrever sobre (grafia) um grupo de pessoas ou uma sociedade específica (etno). Desenvolvida no final do século XIX e começo do século XX, ela busca a observação mais próxima dos modos de vida das pessoas. Para Mattos (2011), “é a especialidade da antropologia que tem por fim o estudo e a descrição dos povos, sua língua, raça, religião, e manifestações materiais de suas atividades” (MATTOS, 2011, p. 53). Ainda segundo a autora, na etnografia, não é possível dissociar a presença do pesquisador do resultado da observação – que acaba sendo um comparativo entre observador e grupo observado, seus significados e interpretações, conforme cita a seguir:

A maior preocupação da etnografia é obter uma descrição densa, a mais completa possível, sobre o que um grupo particular de pessoas faz e o significado das perspectivas imediatas que eles têm do que eles fazem; esta descrição é sempre escrita com a comparação etnológica em mente. O objeto da etnografia é esse conjunto de significantes em termos dos quais os eventos, fatos, ações, e contextos, são produzidos, percebidos e interpretados, e sem os quais não existem como categoria cultural. (...) Etnografia é a escrita do visível. A descrição etnográfica depende das qualidades de observação, de sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo. (MATTOS, 2011, p. 54)

Embora distintos em vários aspectos, o Jornalismo e a Antropologia têm, em sua essência, o contato com as pessoas. Sou jornalista por formação e há 13 anos exerço a profissão diariamente. Logo, para mim, não seria possível pensar em uma pesquisa completa que não me permitisse esse contato direto com o grupo estudado. O desafio maior, nesse sentido, foi deixar de recorrer às técnicas de entrevista e reportagem aprendidas no Jornalismo e voltar minha pesquisa para o modelo acadêmico e a prática da observação etnográfica.

Por opção, minha e de minha orientadora, apresento um texto com trechos em primeira pessoa, uma vez que, embora o objetivo desta pesquisa seja apresentar um grupo de pessoas, não é possível deixar de recorrer à subjetividade. Também por opção e hábito, apresento um texto que busca uma escrita mais fluida, com linguagem mais simples e que evita termos demasiadamente acadêmicos ou rebuscados, uma vez que a intenção final do texto não é apenas a conclusão da fase acadêmica, mas o compartilhamento de informações geradas com os mais diferentes grupos – da academia aos próprios participantes da pesquisa.

Nesse sentido, minhas percepções sobre minha própria experiência como jornalista pesquisadora, e a relação que essa minha experiência pessoal teve com o objeto de estudo e com as pessoas participantes não são neutras, em absoluto. Enquanto pesquisadora, escolhi o tema da migração e do acesso a direitos a partir de minha trajetória profissional e também por ser um tema pelo qual demonstro interesse desde antes de finalizar a graduação. Desde a escolha da fundamentação teórica, elaboração de questionário e roteiro de entrevista até a identificação de pessoas que pudessem compartilhar seus depoimentos, toda a pesquisa foi guiada por conhecimentos prévios sobre o tema, sobre as dificuldades enfrentadas por migrantes venezuelanos no Brasil e por minha experiência profissional no outro lado, enquanto funcionária de uma agência diretamente envolvida no processo de acolhimento e garantia de direitos desse contingente migrante.

Quando ingressei no mestrado, trabalhava há dois anos no Fundo de População das Nações Unidas no Brasil, uma das agências da ONU pioneiras no atendimento direto a migrantes venezuelanos que optavam a vir para o país, entrando por Roraima. Foi com esta agência que pude estar na fronteira e conhecer mais a fundo o trabalho de acolhimento, orientação e atendimento a migrantes e refugiados recém chegados ao país, assim como os processos de interiorização e acompanhamento de atendimentos especiais, envolvendo violações de direitos humanos. Entretanto, em momento algum da pesquisa utilizei meu posto de trabalho para ter acesso a informações ou a pessoas que poderiam participar do estudo. Pelo contrário – ao optar por omitir essa informação, pude ter uma aproximação mais legítima, sem interesses ou desconfianças de ambas as partes. Em todos os momentos,

apresentei-me apenas como acadêmica e pesquisadora, que era, de fato, o papel que eu estava desempenhando durante o programa de mestrado.

Por mais que eu busque apresentar os dados e as narrativas de maneira objetiva, a subjetividade está entrelaçada em cada linha. O resultado, como apontam Machado *et al.* (2019), é um “texto etnográfico contaminado pela experiência”:

O fazer etnográfico como política, em sentido amplo, revela desdobramentos inseparáveis da nossa participação fundamentalmente centrada no contexto onde nós vivemos e agimos. Não explicitar a nossa participação no contexto de pesquisa (...) não significa neutralidade e objetividade. Em nossas pesquisas, tomamos muitas vezes de modo tácito a razão de ser das perguntas, deixando fora essas razões ou motivações para realização do trabalho, como também fica de fora a relação dessas perguntas com os dados organizados, interpretados e apresentados como resultados da pesquisa. Consideramos que trazer a história vivenciada, antes e durante a investigação, seja fundamental para pesquisas etnográficas. (MACHADO *et al.*, 2019, p. 146)

Um dos pressupostos da etnografia é a construção conjunta de conhecimento e, para tanto, é necessário tomar a alteridade como princípio. Exige-se empatia para aceitar a singularidade do outro e busca-se compreender não apenas seus modos de vida, mas seus pontos de vista distintos, interpretados a partir da própria vivência e das experiências do pesquisador. Em um processo de ver o outro e retomar a si como ponto de referência, torna-se (diferente do que se acreditava no fim do século XIX) impossível fazer da etnografia um modelo que não seja subjetivo.

Assim, conforme explica Clifford (2011), a etnografia permite ao pesquisador mergulhar no universo do grupo pesquisado para entender suas particularidades, da mesma forma com que exige que ele saia dessa imersão a fim de interpretar as informações coletadas em contextos mais amplos e externos:

A observação participante serve como uma fórmula para o contínuo vaivém entre o “interior” e o “exterior” dos acontecimentos: de um lado, captando o sentido de ocorrências e gestos específicos, pela empatia; de outro, dá um passo atrás, para situar esses significados em contextos mais amplos. Acontecimentos singulares, assim, adquirem uma significação mais profunda ou mais geral, regras estruturais, e assim por diante. Entendida de modo literal, a observação participante é uma fórmula paradoxal e enganosa, mas pode ser considerada seriamente se reformulada em termos hermenêuticos, como uma dialética entre experiência e interpretação. (CLIFFORD, 2011, p. 32)

Embora não me agrade a ideia da autoridade etnográfica, ela se mostra constante na pesquisa participante. Afinal, é o próprio pesquisador quem seleciona os trechos das entrevistas, as pessoas abordadas, o que considera ou não mais relevantes para os resultados

da pesquisa. Nesse ponto, concordo com Maliguetti (2004) na crítica ao pesquisador como sendo a autoridade máxima no conhecimento sobre o grupo pesquisado, e também a única pessoa detentora da narrativa no momento da escrita da dissertação.

A etnografia se funda necessariamente sobre uma hierarquia discursiva e sobre a dominação “epistemológica” e escritural do Outro. Por isso, é sempre desequilibrada e assimétrica. Os informantes falam. O etnógrafo escreve. Só ele tem o poder de textualizar os diversos conteúdos dos discursos orais, nos apontamentos de campo ou no texto final. Sua autoridade sobre o nativo se fundamenta não só no poder econômico e político do Ocidente, mas também, e sobretudo, no “saber e poder-escrever”. (MALIGUETTI, 2004, p. 115)

Na tentativa de amenizar o termo que me traz desconforto, busquei ao máximo ouvir, praticar a alteridade e ter empatia com o grupo de pessoas entrevistadas para esta pesquisa – a começar pelo reconhecimento da barreira linguística. Embora tenha espanhol fluente, ela não é minha primeira língua. Dessa forma, priorizei que todas as entrevistas fossem feitas em espanhol, manifestando (não poucas vezes) minha ignorância sobre alguns termos e gírias utilizados pelas pessoas entrevistadas. Para a escrita dessa dissertação, entretanto, optei por traduzir as narrativas, mantendo toda a produção em português, a fim de evitar distrações e estranhamentos no texto causados por uma segunda língua, tentando garantir mais fluidez na leitura.

Outro aprendizado etnográfico foi a constatação de que, como afirma Peirano (2014, p. 379), “a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar”. Assim, ao longo de todo o segundo semestre de 2019, a pesquisa foi tomando forma e indo por caminhos que exigiram momentos de reflexão e ajustes. Segundo a autora:

Esses momentos são arbitrários por definição e dependem hoje que abandonemos as grandes travessias para ilhas isoladas e exóticas, da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. E é assim que nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos. (PEIRANO, 2014, p. 379)

Desde o grupo selecionado para participar do estudo, a experiência com venezuelanos e venezuelanas vivendo em diferentes realidades em Foz do Iguaçu exigiu de mim, como pesquisadora, a habilidade de reavaliar minha pesquisa, assim como as prioridades e os potenciais resultados que poderiam ser encontrados. Dessa forma, nos capítulos seguintes, são apresentadas narrativas de migrantes venezuelanos que se encontravam em Foz do Iguaçu e, por meio de suas histórias, são apontadas algumas relações teóricas que reforçam como

reorganizam suas vidas com a migração e de que forma as redes de contato e de apoio se relaciona com o acesso a direitos em novo território. Embora todas as pessoas entrevistadas tenham autorizado, verbalmente e por escrito, a divulgação de seus relatos, para preservar suas identidades, optei por apresentá-las com nomes fictícios.

O primeiro entrevistado, já previamente introduzido, foi José. Quando o conheci, alternava dias morando nas ruas de Foz do Iguaçu com noites em abrigos municipais. Chegou à cidade vindo da Argentina, sem conhecer ninguém e nenhum de seus direitos como migrante. Tentava regularizar sua permanência no país e, para isso, recebeu apoio e informações confiáveis na Casa do Migrante. Antônio e Elias narram as dificuldades com as quais vivem em Foz, mas também a importância das redes de acolhimento e de processos organizados e estruturados. Ambos idosos, entraram no Brasil pela fronteira Norte, em Roraima. Embora não tivessem nenhuma rede de contatos no país, foram recebidos pelas organizações que operam na fronteira e em Boa Vista, e conseguiram, com facilidade, regularizar a situação de entrada e emitir gratuitamente documentos brasileiros.

Também é apresentada Maria, que luta pela sobrevivência e por um local seguro para as filhas crescerem. Advogada, ela prefere não destacar a formação e todo o conhecimento que possui sobre direitos fundamentais. Ela deixou a Venezuela com duas filhas pequenas rumo à Argentina, mas, diante da falta de emprego, empreendeu voltar para o país de origem, passando por Foz do Iguaçu. Embora conheça a fundo as legislações internacionais sobre migração e os direitos fundamentais aos quais toda pessoa deveria ter acesso, a falta de uma rede de apoio e de contatos em Foz do Iguaçu a deixou à beira de morar na rua. Com o conhecimento que tinha, buscou pela assistência social, que lhe garantiu algumas semanas de estadia no abrigo municipal, enquanto decide se realmente volta para a Venezuela ou se tenta recomeçar a vida com as filhas no Brasil.

Marta e Jonas têm histórias bastante distintas dos outros quatro entrevistados. Com uma doença bastante grave, Marta encontrou na rede de contatos que construiu em Foz do Iguaçu o amparo legal necessário para ter garantido seu direito ao acesso a serviços de saúde. Jonas, por sua vez, possui a situação mais privilegiada de todas – com família já instalada em Foz do Iguaçu, recorreu aos meios legais e às redes de apoio para garantir a reunificação familiar, antes mesmo de deixar a Venezuela. O resultado foi uma viagem completamente amparada, desde Pacaraima até Foz do Iguaçu, com toda a documentação em mãos, garantia de emprego formal e de um local seguro para morar.

2 CONTINGENTE EM RISCO

Este capítulo busca atender ao primeiro objetivo da pesquisa, que é investigar como a territorialização do espaço interage com a limitação no acesso à informação e com situações de garantia de direitos. Nas próximas páginas, serão abordados conceitos sobre território, espaço e relações de poder e, a partir dessas reflexões, busco fazer a correlação com a influência, promoção ou limitações nos acessos a serviços ligados aos direitos de migrantes e refugiados no Brasil e em Foz do Iguaçu, assim como as limitações existentes para o acesso a informações confiáveis e de qualidade sobre os mais urgentes deles – educação, saúde, trabalho e assistência social. Busca-se, ainda neste capítulo, correlacionar as situações de desrespeito e de privações de direitos em outras regiões do país, onde as pesquisas sobre o tema são mais avançadas.

Antes de iniciar o levantamento de informações sobre os pontos a que esse capítulo se destina a explorar, é importante realizar um breve resgate histórico sobre as situações que levaram, direta ou indiretamente, à atual crise migratória venezuelana e de que forma ela veio a refletir no Brasil.

Um dos estopins de maior peso para a crise em que a Venezuela se encontra atualmente é de base econômica. Por décadas, o país viveu tempos de bonança e de estabilidade em função de imensas fontes de petróleo e por ter sua economia movida pelo preço muito baixo da gasolina. Em momentos específicos da história venezuelana, o menor sinal de que o preço da gasolina passaria por aumentos ou reformas na tributação era suficiente para levar a população às ruas – como aconteceu em 1989, no conhecido *Caracazo*. A exportação de petróleo chegou a responder por 95% das receitas externas do país e, por anos, subsidiaram os programas sociais e de redução da pobreza desenvolvidos por Hugo Chávez (no poder de 1999 ao início de 2013). Em 2014, uma série de acontecimentos após a morte de Chávez levaram o país a sofrer sanções internacionais e os impactos econômicos da desvalorização do preço do petróleo no mercado externo. Foi neste ano, já sob a presidência de Nicolas Maduro, que iniciaram as tentativas de recuperação econômica, com reformas e programas mal-sucedidos na tentativa de conter a hiperinflação que já pesava no dia a dia da população²².

²² Informações retiradas da reportagem "Em crise sem precedentes, Venezuela anuncia fim da gasolina mais barata do mundo", publicada pelo site da BBC em 14 de agosto de 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45180585>. Acesso em 25 de dezembro de 2020.

Com o passar do tempo, e com a crise econômica cada vez mais agravada, venezuelanos começaram a deixar o país em busca de itens básicos, como alimentos e remédios. Ainda no primeiro semestre de 2016, reportagens de diferentes veículos brasileiros apontavam para o aumento no fluxo de pessoas na fronteira em Pacaraima (RR), em especial de pessoas que entravam no Brasil em busca de itens que já faltavam nos supermercados e farmácias da Venezuela. Mas se o início do ano era visto com bons olhos por comerciantes brasileiros, que lucravam com as compras feitas por venezuelanos, o segundo semestre iniciou um clima de tensão e xenofobia. Em dezembro de 2016, o governo do estado de Roraima decretou emergência na saúde pública, já que o número de venezuelanos que buscavam os serviços públicos de saúde no Brasil começava a superlotar hospitais e unidades de saúde. Um ano depois, em dezembro de 2017, a situação levou o estado de Roraima a decretar situação de emergência social²³.

Ainda em 2017, começaram a ser instalados abrigos para migrantes que entravam no Brasil em busca de residência e refúgio, e as primeiras agências das Nações Unidas e de organizações da sociedade civil começaram a instalar postos de atendimentos emergenciais, em função da eminente violação de direitos humanos dessa população na região. Em 2018, o Governo Federal une-se a essas iniciativas e inicia a Operação Acolhida – inclusive com o processo de interiorização para outros estados, a partir de abril.

Após esse breve resgate histórico, e na tentativa de entender a origem das limitações de acesso a direitos e as situações de vulnerabilidade em que se encontram milhares de migrantes venezuelanos na América Latina e no Brasil, busquei por autores que explicassem alguns conceitos relacionados a este fenômeno. A começar pelo conceito de território, e outro, ainda anterior – o de espaço. Segundo Raffestin (1993), “espaço e território não são termos equivalentes”, e o segundo antecede o primeiro:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143)

Muito explica o verbo “apropriar” usado no conceito de Raffestin (1993). Quando uma pessoa, ou um grupo de pessoas, compreende como sua posse um espaço, ele deixa de ser

²³ Informações retiradas da reportagem "A cronologia da crise migratória em Pacaraima, na fronteira entre Brasil e Venezuela", publicada pelo site da BBC em 20 de agosto de 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45242682>. Acesso em 25 de dezembro de 2020.

apenas um local para tornar-se território. Assim, territórios carregam consigo, desde a origem, relações de propriedade e, conseqüentemente, de poder, conforme aponta o autor:

As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios”. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 152)

O sentimento de posse que circunda o conceito de território também pode estar atrelado a dimensões básicas do dia a dia, como economia, política e cultura – conjunto que Saquet (2005) abrevia como EPC. Para o autor, esses três fatores estão conectados ao sentimento de dominação, de poder e de controle territorial. Ou seja, controlando economia, política e cultura, consegue-se controlar basicamente tudo o que acontece em um território. Dessa forma, EPC condicionam e são condicionadas pela dinâmica territorial, como ressalta o autor:

Na dimensão econômica, sucintamente, o território é discutido como produto da divisão territorial do trabalho; na dimensão política ou jurídico-política, compreende-se o território como um espaço delimitado e controlado, no qual se exerce um poder, na maioria das vezes, relacionado ao Estado e, na cultural ou simbólico-cultural, o território é visto como um produto de apropriação/valorização simbólica. As dimensões da EPC são frutos das relações sociais, que se manifestam através do tempo, conceito fundamental para se compreender a constituição do território e da territorialidade e, especialmente, as desigualdades e diferenças. (SAQUET, 2005, p. 12)

Dos três fatores, cultura é o que acaba parecendo ter maior senso comum e compreensão de uma maneira geral – mas, de fato, essa suposição não reflete, necessariamente, os conceitos acadêmicos do termo. Venezuelanos e venezuelanas que chegam ao Brasil encontram aqui culturas significativamente distintas das que estavam habituados em seu país de origem. Embora haja uma tendência à compreensão do termo “cultura” de uma maneira generalizada, torna-se necessário defini-la melhor, mesmo que

brevemente, para identificar de que forma esse conceito exerce tamanha influência no cenário de migração, na construção de territórios e relações de poder.

A palavra “cultura” é um direcionamento que guia os estudos antropológicos. Segundo Wagner (2010), chamamos de cultura um conjunto de significados construídos por um determinado grupo de pessoas, suas ações e propósitos.

A antropologia estuda o fenômeno do homem - a mente do homem, seu corpo, sua evolução, origens, instrumentos, arte ou grupos, não simplesmente em si mesmos, mas como elementos ou aspectos de um padrão geral ou de um todo. Para enfatizar esse fato e integrá-lo a seus esforços, os antropólogos tomaram uma palavra de uso corrente para nomear o fenômeno e difundiram seu uso. Essa palavra é cultura. (WAGNER, 2010, p. 27)

O autor também reforça a ideia de que só é possível identificar uma cultura de modo subjetivo. Mesmo um antropólogo, ao estudar aspectos culturais, toma os seus próprios como referência – e, assim, classifica se aqueles significados são da cultura que julga como sua própria ou se são de uma cultura distinta.

Para Canclini (2005, p. 41), “a cultura abarca o conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo complexo, a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social”. Ou, seja, para o autor, a cultura se estabelece a partir das relações sociais e das formas com que essas relações são vistas e identificadas pelos indivíduos que formam determinada sociedade. Compreendendo que a formação e as estruturas sociais variam entre países e dentro de cada país também, compreende-se que as culturas se constroem de maneira distinta. Assim, as culturas brasileiras e venezuelanas são percebidas como distintas porque também o são suas sociedades. Mas isso não significa que a cultura dentro do mesmo país seja única e homogênea. Pessoas são diferentes, e veem suas próprias culturas de maneiras diferentes. Da mesma forma, culturas de países distintos podem acabar se mesclando, independentemente do território.

Compreendendo essa relação de território, espaço e cultura, fica um pouco mais claro entender os motivos pelos quais os riscos de violação de direitos de migrantes venezuelanos não são uma exclusividade do Brasil. Uma pesquisa realizada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), entre janeiro e junho de 2019, ouviu 8 mil venezuelanos vivendo na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, República Dominicana, Equador, Peru e Uruguai. Ela indica que, em 50% das famílias entrevistadas, ao menos um membro vivia em situação de risco – incluindo prostituição, mendicância ou trabalho infantil.

Outros 21% das pessoas entrevistadas viviam com alguma necessidade especial, incluindo doenças crônicas, pessoas grávidas, lactantes, idosas ou crianças desacompanhadas.

A pesquisa aponta, ainda, vulnerabilidades relacionadas a segurança, condições de trabalho e alimentação. De todas as pessoas ouvidas, 34% estavam ilegais nos países em que se encontravam e 66% estavam desempregadas ou em empregos informais. Seis em cada 10 migrantes entrevistados afirmaram que conseguiam fazer três refeições ao dia, enquanto 4% tinham acesso a apenas uma refeição diária. Mais de 1,2 mil pessoas ouvidas pela pesquisa afirmaram ter reduzido o consumo de alimentos diários para que as crianças da família pudessem ter o que comer (UNCHR, 2019).

As vulnerabilidades apontadas na pesquisa do ACNUR são agravadas no Brasil pelo sentimento de insegurança e pelo preconceito – sentimentos denunciados por migrantes venezuelanos que entram no país por Roraima, no Norte. Embora o fluxo de migração tenha se intensificado nos últimos anos, assim como a ida de venezuelanos para outros estados no processo de interiorização, poucas são as pesquisas formais ou de órgãos oficiais que aprofundam questões relacionadas a vulnerabilidades em outras partes do país. Por este motivo, os dados utilizados nesta pesquisa acabam tomando Roraima como referência.

Uma das pesquisas escolhidas como fonte de informação é o relatório Monitoramento de Fluxo Migratório (*Displacement Tracking Matrix - DTM*, da sigla em inglês), divulgado periodicamente pela Organização Internacional para Migrações (OIM). Na edição de abril de 2019, ele apontava que, de cada cinco venezuelanos que moravam em diferentes municípios de Roraima, um não se sentia seguro no bairro onde morava. O levantamento também aponta que um em cada quatro relatava haver sofrido algum tipo de discriminação e que, em 93% dos casos, as pessoas relacionavam a discriminação sofrida ao fato de serem venezuelanas (OIM, 2019). Na pesquisa DTM anterior, realizada entre janeiro e março de 2018, 28% das pessoas entrevistadas relataram ter sofrido algum tipo de violência no Brasil – 81% afirmaram ter sofrido violência verbal, 16% foram vítimas de violência física e 2%, de violência sexual (OIM, 2018a).

A violência sofrida por migrantes venezuelanos em Roraima, em suas diferentes faces, é destacada por Sarmiento (2018) como um dos reflexos do discurso de ódio que tem sido disseminado na região desde o agravamento da crise na Venezuela e consequente aumento na chegada de venezuelanos ao país. Segundo a autora, “migrantes venezuelanos têm sido culpabilizados pelo aumento nos índices de violência no estado, pelo desemprego dos brasileiros, pelo ‘caos na saúde’ e de tornarem Boa Vista, supostamente ‘uma das melhores cidades para se morar’, em um lugar inseguro para viver” (SARMENTO, 2018, p. 242).

Em uma análise mais aprofundada do fenômeno de xenofobia constante em Roraima, a pesquisadora cita a filósofa espanhola Adela Cortina, que faz um paralelo entre os diferentes tratamentos e olhares atribuídos a migrantes que vêm de situações distintas e de países considerados mais desenvolvidos. Para a pesquisadora, a aversão ao estrangeiro não está dirigida a qualquer tipo de estrangeiro, mas “refere-se exclusivamente aos migrantes pobres. Estes, segundo a filósofa espanhola, são vistos como ‘ameaça’ e para quem são endereçadas todas as formas de desconfiança e rejeição da sociedade de acolhida” (SARMENTO, 2018, p. 247). Ainda segundo a autora, são esses migrantes que frequentemente têm seus direitos restringidos e/ou violados.

O preconceito vivido por migrantes venezuelanos em Roraima, em especial na capital, Boa Vista, e na cidade fronteiriça de Pacaraima, é destacado por Silva (2018) ao relatar o terror vivido na fronteira em ataques realizados em 2018:

No Brasil, a porta de entrada é o estado de Roraima, mais precisamente na fronteira entre Pacaraima (RR) e o município venezuelano de Santa Elena de Uairén. (...) Muitas pessoas, porém, vão para a capital do estado, Boa Vista, em busca de trabalho e políticas de acolhimento. Nessas e em outras cidades do Estado, encontram novas tensões, como xenofobia e dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Em março, moradores de Mucajaí, no Sul de Roraima, atearam fogo em objetos e expulsaram venezuelanos de prédio abandonado e, em agosto, brasileiros e venezuelanos entraram em conflito em Pacaraima com pedradas, ataques com bombas de gás improvisadas, incineração de pertences de imigrantes e vandalização de carros dos moradores locais. Com o avanço da violência, a governadora de Roraima inclusive chegou a pedir o fechamento da fronteira, o que contraria acordos internacionais assinados pelo Brasil. (SILVA, 2018, p. 322)

Ao mesmo tempo em que são acusados por toda sorte de mazelas que alcança a comunidade roraimense, migrantes venezuelanos também sentem o reflexo da falta de acesso a serviços essenciais. A citada pesquisa DTM de outubro de 2018 mostra que, do total de pessoas entrevistadas, 32% tinham emprego na Venezuela, 29% trabalhavam por conta própria e 1% estava aposentado antes de deixar o país. Ao chegar ao Brasil, a situação se inverte: 59% desse mesmo contingente estava desempregado no momento da pesquisa, 11% reportaram receber menos que o acordado pelo trabalho realizado e 2% afirmavam que não recebiam nenhum pagamento pelos trabalhos que desenvolviam (OIM, 2018a).

As vulnerabilidades são percebidas também nas áreas de educação, saúde, habitação e condições dignas de sobrevivência. A pesquisa DTM divulgada em 2018 apontou que, dos migrantes que estavam em Roraima e que participaram do levantamento, 36% não tinham acesso à educação, 29% viviam em locais sem saneamento básico, 28% não tinham onde morar e 15% viviam sem acesso a serviços de saúde (OIM, 2018a).

Exemplo claro da materialização da xenofobia no dia a dia de venezuelanos residentes em Roraima pode ser visto em janeiro de 2020, quando um projeto de lei foi promulgado pela Câmara Municipal de Boa Vista na tentativa de barrar o atendimento de saúde a migrantes na capital roraimense. Amplamente divulgado pela imprensa²⁴, o caso chocou não apenas pela proposta, mas pelo apoio popular recebido, em uma nítida manifestação de xenofobia e tentativa de cerceamento de direitos. O texto da lei propunha que o atendimento a migrantes venezuelanos no sistema público de saúde da capital não ultrapasse 50% da capacidade de cada unidade de saúde. Proposta similar havia sido apresentada pelo governo do estado em 2018, sem aprovação. Em Boa Vista, a lei foi derrubada apenas no mês de abril, três meses depois de aprovada pela Câmara.

Outro ponto de atenção indicado por pesquisas realizadas na região é que nem sempre migrantes venezuelanos conseguem chegar a fontes confiáveis de informação e encaminhamento para serviços de necessidade básica, como aposentadoria e atendimento médico. De acordo com relatório realizado pelo ACNUR em parceria com a Iniciativa REACH (centro de pesquisa focado em temas relacionados a direitos humanos em todo o mundo), informações inverídicas são hoje o grande potencializador de risco de violações de direitos humanos de pessoas migrantes, inclusive no Brasil. A falta de conhecimento sobre os direitos que possuem nos países para onde estão migrando, assim como os canais disponíveis para denúncias de violação de direitos, também aumentam a lista de perigos eminentes.

O relatório aponta, por exemplo, que cerca de 75% de venezuelanos migrantes e solicitantes de refúgio no Brasil contam com fontes informais de informação, passíveis de desentendimentos e frustrações. Apenas 20% dos entrevistados disseram que conseguem receber informações confiáveis de instituições religiosas, Organizações Não Governamentais, agências da ONU e da Polícia Federal, o que demonstra que o alcance dos canais de comunicação adotados por estes atores permanece limitado. Entre os principais temas nessa zona de risco estão direitos trabalhistas, validação de documentos (como diplomas universitários), e disponibilidade e formas de acesso a abrigos. De todas as pessoas ouvidas pela pesquisa, 77% afirmaram que não sabiam a diferença entre os tipos de pedido de permanência que podiam solicitar no Brasil e 74% não sabiam a quem recorrer em casos de violação de seus direitos (REACH, 2018).

²⁴ “Lei de Boa Vista veta acesso de estrangeiros à saúde e vai parar na Justiça”. Notícia publicada pelo portal UOL no dia 16 de janeiro de 2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/02/16/lei-saude-venezuelanos-justica.htm>. Acesso em 24 de maio de 2020.

O preconceito também é apontado como um grande entrave no acesso a informações e a garantia de direitos no Brasil – e não apenas por migrantes venezuelanos. O estudo *Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil*, divulgado pelo ACNUR no primeiro semestre de 2019, contou com a participação de 500 refugiados, em especial sírios e congolezes, que viviam em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina, Minas Gerais e Amazonas - estados que concentram 94% dos refugiados sob a proteção do governo brasileiro. Das 500 pessoas ouvidas, 200 afirmaram ter sofrido algum tipo de discriminação cometida por um cidadão brasileiro. “É de se supor, assim, que esses atos ocorram em situações cotidianas, eventualmente no local de trabalho e/ou espaços públicos. Como um todo, freiam os processos integrativos”, destaca o relatório (ACNUR, 2019, p. 53).

Outro dado que chama a atenção no relatório é a quantidade desses atos discriminatórios cometidos por profissionais que trabalham diretamente no atendimento de pessoas migrantes e refugiadas no Brasil – e que, teoricamente, deveriam lutar contra o preconceito:

O número de 28 autoridades policiais e de 34 servidores públicos apontados como autores de atos discriminatórios não pode ser considerado pequeno (14% e 17%, respectivamente) uma vez que eles são, em tese, aqueles melhor capacitados a acolher e defender os refugiados. (ACNUR, 2019, p. 53)

As diferentes fontes consultadas mostram que, além das violações dos direitos humanos sofridas por venezuelanos em seu país de origem, a jornada de dificuldades e desafios não encerra quando eles deixam a Venezuela. De falta de informação sobre um lugar seguro para morar à falta de acesso à alimentação mínima diária, essas centenas de milhares de pessoas carecem não apenas de atenção e atendimento adequados, mas condições que lhes garantam o cumprimento de todos os direitos conquistados ao longo das últimas décadas.

Embora não existam ainda levantamentos tão aprofundados sobre essas demandas e esses sentimentos em Foz do Iguaçu, a presença cada vez maior e mais constante de migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade no município demanda que o tema seja tratado com seriedade e urgência. É urgente transformar os compromissos assumidos por meio de leis e convenções em ações e condições de vida dignas. A seguir, são apresentadas quatro narrativas que reforçam essas percepções no município.

2.1 VULNERABILIDADE MARCADA NA PELE

“Com essa plaquinha, as pessoas prestam mais atenção em mim, me ajudam. Como em todo lugar, às vezes ajudam, às vezes, não. Há quem me mande ir trabalhar, há uns que sempre passam em uma van e me dizem grosseria, me mandam voltar pro meu país, e mais coisas que prefiro não repetir. Um dia quase me atropelaram, parecem que têm muita raiva. Mas isso é problema dele, não vou me incomodar por isso. Já tenho problema demais para me preocupar, morando na rua”.

A fala de José, transcrita acima, exemplifica um pouco do sentimento que repetidamente foi apresentado durante as entrevistas desta pesquisa. Embora se sintam acolhidos no Brasil, todos os migrantes abordados relataram ao menos um fato ou sentimento de preconceito ligado à condição de estrangeiro.

José é talvez o migrante entrevistado para esta pesquisa que estava na situação mais vulnerável. Morando nas ruas, ele havia iniciado uma jornada incerta na busca pela regularização de sua permanência no Brasil. José chegou sozinho a Foz do Iguaçu, em setembro de 2019. Aos 27 anos, não tinha o Brasil como destino final. Havia saído de Buenos Aires em direção a Puerto Iguazu, em agosto, na esperança de conseguir emprego e recomeçar a vida – já que muito tinha ouvido falar sobre o potencial turístico e gastronômico da cidade fronteiriça. O jovem, que nasceu em Caracas, na Venezuela, tem um olhar disperso e por vezes deixa escapar contradições em sua história. Tem a pele queimada pelo sol, os olhos fundos pela fome e o semblante de quem, mesmo tão jovem, prefere manter no esquecimento alguns dos seus piores dias.

A entrevista, realizada durante a tarde e boa parte da noite de um sábado, aconteceu nos intervalos que ele aguardava o semáforo fechar. Assim que a luz vermelha do sinal acende, ele anda lentamente por entre os carros, olhar distante e fixo que só se abala quando uma moto surge no corredor ou quando milagrosamente uma janela se abre, deixando a ele alguma moeda.

“Eu não gosto de ficar aqui pedindo dinheiro. Não gosto, não é algo que eu queira fazer, faço por necessidade. E quando peço, as pessoas não me veem. Me dá vergonha, então eu olho para o horizonte, me imagino na praia, algo assim. Então saio andando, e quando percebo uma janela abrindo, agradeço a ajuda. Mas não gosto de ficar parado aí, eu quero trabalhar. Não gosto porque há pessoas que te veem na rua e acham que você é vagabundo. Não gosto disso, mas é o que posso fazer até conseguir um trabalho.”

A todo momento, ele busca justificar que não corresponde à imagem que as pessoas têm dele enquanto pede por esmolas. A situação em que José vive em Foz do Iguaçu é, sob vários aspectos, inserida no conceito de extrema vulnerabilidade: a falta de moradia e de emprego, a situação de mendicância, a falta de documentação que lhe permita atendimentos

de serviços básicos, como de saúde e programas de assistência, a fome presente no dia a dia, a eventualidade com que consegue tomar banho e a sorte com a qual conta para, vez ou outra, ter uma cama em um dos abrigos municipais. E estar em um dos primeiros municípios do país a ter um protocolo específico para atendimento a migrantes em situação de vulnerabilidade não garante a ele nenhuma facilidade quando tenta acessar seus direitos básicos.

Apesar de o protocolo e do fluxo definido de atendimento específicos para Foz do Iguaçu, muitos ainda são os desafios presentes no município. Em conversas não gravadas com profissionais de diferentes secretarias municipais (em especial, da Assistência Social e da Saúde), foram constantes as declarações sobre o desconhecimento do protocolo e sobre despreparo dos profissionais que trabalham no atendimento direto a migrantes. Experiências vividas por José foram relatadas nos dias que seguimos em contato.

Como muitos migrantes que chegam ao Brasil, José chegou sozinho a Foz do Iguaçu, onde não conhecia ninguém. De carona e comprando passagens com dinheiro fruto de mendicância, saiu de Buenos Aires, onde morava até o primeiro semestre de 2019, em direção a Puerto Iguaçu. Quando chegou ao município vizinho, ele conta que não conseguiu emprego, se deu conta da crise pela qual a Argentina estava passando, e veio caminhando até o Brasil. Com fome, sem dinheiro e sem ter para onde ir, vagou pelas ruas da cidade por alguns dias, até que recebeu a informação de outra pessoa, que também morava na rua, que no centro da cidade havia uma geladeira onde pessoas deixavam doação de comida. Foi assim que ele chegou à Secretaria Municipal de Assistência Social, onde conseguiu não apenas comida, mas informações sobre atendimento a migrantes e a possibilidade de uma vaga em um dos abrigos municipais, conforme sua narrativa:

“Me falaram que havia um albergue e uma geladeira. Então fui até a Assistência Social, onde fica a geladeira, falei e me levaram ao Centro POP. Lá, tomei banho, lavei roupa, comi. Eu gosto de lá, mas é muito longe, e eu tenho uma mochila que pesa uns 40 quilos, muito pesada, não dá pra sair de lá e vir até o centro pedir dinheiro com a mochila. Quando cheguei na geladeira, era fim de semana, então tive que esperar até a segunda pra falar com a Assistência Social. Então falei, me levaram até o Centro POP, tomei banho, me troquei, mas não consegui dormir porque não tinha vaga nem lá nem no albergue. Então voltei lá todos os dias, fui e voltei, até que me mandaram ao albergue. No albergue, tem cama, tem comida, tem café, almoço, lanche e janta. Ele é longe daqui, está perto do Paraguai. E também fica perto da Casa do Migrante.”

As esquinas onde José costuma pedir esmola ficam na região central da cidade, a quatro quilômetros de distância do Centro POP. Já o albergue ao qual ele se refere é a Casa de Passagem II, no Porto Belo, distante 10 quilômetros de onde estávamos realizando a entrevista.

O primeiro contato que tive com José foi movido pela materialização de uma dessas dificuldades. O pedaço de papelão transformado em cartaz que ele carrega consigo não traz apenas a informação de que é migrante, mas faz um pedido de ajuda. “Boa noite preciso da sua ajuda... Sou venezuelano estou fazendo documentação e carteira de trabalho. Obrigado” diz o cartaz, que era a única forma com que ele garantia o que comer e, eventualmente, um banho em um posto de gasolina. E, segundo ele, era também uma forma de conseguir dinheiro para, um dia, conseguir uma documentação concedida pelo Governo Brasileiro. Ainda intrigada com seu cartaz, questiono se em algum momento ele chegou a receber a informação de que não precisaria pagar para solicitar a regularização de sua situação migratória no Brasil. José afirma que foi atendido na Casa do Migrante e que deu entrada no processo há cerca de um mês, mas não parece estar muito confiante, como elucidam suas palavras:

“Quando cheguei, precisei mostrar o passaporte. Mostrei, carimbaram e entrei como turista. Há um papel, que perdi, que dizia quanto custa cada coisa. Custa R\$ 31 o trâmite no Fórum e depois, para o documento, tem que pagar 300, 400 Reais, algo assim. Esse papel foi a Terezinha [coordenadora da Casa do Migrante] que me deu, mas disse que eu não teria que pagar nada. Ela me deu um papel que ajudaria nisso, mas não sei o que aconteceu, porque o documento não serviu muito quando fui até a Polícia. Disseram que, com esse documento, eu também não teria que esperar, mas é mentira, porque ainda estou aqui esperando. O trâmite vai ser normal, vou ter que pagar, porque não prestei atenção no documento que me deram. Não sei o que vai acontecer. Tenho que ir lá na próxima semana, se tiver que pagar, não tenho dinheiro. Estou na rua, minhas prioridades são outras coisas, como comer e tudo mais. Apenas quero que me ajudem a tirar o documento pra eu poder trabalhar.”

Questionado sobre a modalidade de permanência que foi solicitada, ela desconversa. A princípio, fala em refúgio. Depois, fala em residência. Ao final, diz que não lembra e que, pra ele, o importante é que tenha algum documento sem ter que pagar, já que isso significaria ter que deixar de se alimentar por muitos dias. Para José, o documento que formaliza sua estadia no Brasil é sua tábua de salvação. Regularizado, ele planeja fazer a carteira de trabalho e buscar um emprego como cozinheiro – ocupação que exercia em Buenos Aires. Com o documento, ele também imagina que não terá mais problema quando precisar de atendimento de saúde, porque também poderá ter um cartão do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro:

“Já precisei de serviço de saúde aqui, porque cortei o pé um dia, quando estava no rio lavando roupa. Foi um corte profundo e estava infeccionado. Falei na Assistência Social que por favor me ajudassem, porque não podia caminhar. Então, mandaram um carro para me levar a um lugar chamado UPA. Lá, me pediram os documentos, mas como estava muito feio e era uma emergência, me atenderam e me trataram na hora. Disseram que tinha que fazer curativo todos os dias, no posto de saúde, mas que, para isso, era preciso ter um cartão que se chama SUS. Mas eu não posso ter esse cartão, porque moro na rua, não tenho residência, e também não tenho documentos brasileiros. Depois, a moça da Assistência me disse que não, que eu podia ter voltado lá no posto. Mas como eu vou saber? Tem muita desinformação. Ao final, me deram medicamentos e eu mesmo fiz o curativo, passei creme, pomada. Me deram tudo no UPA. Depois disso, comprei álcool, usei os materiais que me deram no UPA e eu mesmo fiz o curativo todos os dias, até que se curou.”

Enquanto José conta essa experiência, mostra também a cicatriz deixada pelo corte na sola do pé. Sua narrativa materializa sua extrema vulnerabilidade. A falta de moradia lhe priva de itens básicos, como uma roupa limpa, um local para tomar banho, um endereço para preencher um cadastro que lhe dê acesso a serviços básicos de saúde. Viver na rua lhe custa a dignidade e, para manter-se vivo, resta a ele recorrer aos poucos contatos da rede de apoio que possui, como a Assistência Social do município.

Por mais duas vezes nos dias seguintes à entrevista, encontrei com José ao acaso, pelas ruas de Foz do Iguaçu. Em todas as ocasiões, afirmou que ainda não havia conseguido ser atendido na Polícia Federal e que aguardava, já quase sem esperança, que sua situação se regularizasse no Brasil. Na última vez que nos falamos, afirmou que, diferente da fome e da tristeza por ainda seguir morando na rua, a cicatriz no pé já não lhe doía mais.

2.2 UMA LUTA DIÁRIA PARA VIVER COM DIGNIDADE

Antônio e Elias são dois venezuelanos que entraram no Brasil por Roraima e, ainda lá, conseguiram regularizar a situação no país e fazer documentos brasileiros. Eles não vieram juntos para Foz, mas suas vidas se cruzaram no Centro POP. Apesar de assistidos inicialmente, passaram por muitos percalços até chegar a Foz do Iguaçu. No Paraná, estiveram prestes a morar nas ruas, mas conseguiram ser acolhidos no Centro POP, onde os conheci. Na época das entrevistas, ambos lutavam por condições que lhes permitissem viver com dignidade e acesso a seus direitos. Suas narrativas reforçam a importância desse movimento de acolhida ainda na fronteira, quando migrantes entram no Brasil. Devidamente assistidos, as dificuldades que enfrentam conseguem, de certa forma, ser amenizadas.

Aos 69 anos, Antônio fala com a calma de quem mantém a esperança mesmo quando todas as situações parecem ser adversas. Com pouco mais de 1,60 de altura, os cabelos bastante grisalhos, a pele queimada pelo sol e as rugas no rosto reforçam a idade e o sofrimento que tem passado nos últimos anos. Mantém um sorriso contido e os olhos baixos, que por muitas vezes correm para encontrar as mãos que se entrelaçam sobre os joelhos. Quando o conheci, no Centro POP, estava com a barba feita, cabelos cuidadosamente alinhados e a roupa extremamente limpa, aguardando o horário em que serviriam o almoço. Como ainda tinha tempo, aceitou compartilhar comigo sua história enquanto nos sentávamos à sombra de uma árvore, em um local um pouco mais reservado.

Antônio nasceu no Peru, mas mudou-se para a Venezuela ainda muito jovem. Diz não ter muitas lembranças do país onde nasceu, e que se considera venezuelano de corpo e alma.

Foi na Venezuela que se casou, teve quatro filhos, viu nascer os netos. Separou-se da esposa pouco antes da crise econômica e social começar a atingir o país. Nas suas palavras:

“De repente, a situação na Venezuela estava cada dia mais crítica. Não se podia comprar nada no mercado, não se podia fazer nada. E foi isso que me impulsionou a vir pra cá. Meus filhos não queriam, porque já tenho idade, podia ficar enfermo, podia passar por muitos problemas. Eu nunca tinha vindo pra cá antes, não sabia se conseguiria trabalho. Mas, graças a Deus, não passei por muitos problemas.”

Durante toda a entrevista, tento decifrar, sem sucesso, a percepção de Antônio sobre os brasileiros com quem conviveu. Sigo sem conseguir concluir se, por ingenuidade ou desespero, ainda lê a exploração pela qual passou como uma mão que lhe foi estendida em um momento de dificuldade. Com uma mochila nas costas e um futuro incerto, Antônio deixou sozinho a Venezuela no início de 2019. Pedindo carona, conseguiu chegar até a fronteira, em Pacaraima (RR). Lá, ele conta que uma moça o ajudou a embarcar em um caminhão, que o levou de carona pelos mais de 200 quilômetros que separam a fronteira até a capital, Boa Vista:

“Cheguei em Boa Vista e me deixaram no terminal rodoviário, onde já estavam muitas pessoas venezuelanas. Havia uma tenda grande, onde podíamos guardar nossas mochilas de roupas, com militares cuidando. Cheguei, pediram meus documentos, e permitiram que eu dormisse lá. Havia uma monja que dava o café da manhã, ao meio dia fazíamos fila para receber comida dos militares. Primeiro, morei nesse terminal. Depois que consegui pegar meus papéis na Polícia Federal, me mandaram para o abrigo Santa Tereza. E graças a Deus estava bem, com três refeições por dia.”

O abrigo Santa Tereza é um dos 11 mantidos pelo ACNUR em Boa Vista. Segundo a agência de refugiados da ONU, existiam, em agosto de 2020, pouco menos de 5 mil venezuelanos vivendo nos abrigos mantidos pelas Nações Unidas na capital roraimense²⁵ – abaixo da ocupação possível de 6 mil, grande parte devido ao processo de interiorização, que levam venezuelanos para outras cidades do Brasil, além do crescente número de migrantes desabrigados, vivendo nas ruas e em ocupações espontâneas. Dados da Organização Internacional para Migrações (OIM) indicam que, em setembro de 2020, mais de 1.700 venezuelanos viviam em ao menos 10 ocupações²⁶ na capital, entre elas a Rodoviária de Boa Vista, local de pernoite gerido pelas Forças Armadas Brasileiras, onde Antônio permaneceu logo que chegou à cidade.

²⁵ Brasil: Relatório Mensal de Registro e Abrigamento de Roraima - Agosto 2020. Disponível em <https://r4v.info/es/documents/details/79493>, acesso em 11 de outubro de 2020.

²⁶ Brasil: Informe Situação dos Refugiados e Migrantes Venezuelanos Desabrigados em Boa Vista Setembro 2020. Disponível em <https://r4v.info/es/documents/details/79520>, acesso em 11 de outubro de 2020.

Questionado sobre como teve acesso aos documentos, Antônio explica que, assim que chegou à Rodoviária, foi instruído a ir até a Polícia Federal em Boa Vista, para regularizar sua situação no país. Lá, conseguiu dar entrada no pedido de refúgio e logo estava com CPF, cartão do SUS e carteira de trabalho brasileira em mãos. Assim como ele, a maioria dos venezuelanos que tenta regularizar a situação no país o faz por meio de pedido de refúgio. Segundo o ACNUR, em todo o mundo, são 900 mil desses pedidos feitos por pessoas nascidas na Venezuela, a maior parte em países da América Latina e Caribe. Desses, mais de 101 mil solicitantes aguardam por resposta ao pedido de refúgio no Brasil²⁷. Com a condição de refugiado formalmente reconhecida, esses migrantes acabam tendo uma série de direitos garantidos legalmente. No Brasil, por exemplo, é possível à pessoa refugiada obter a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), solicitar naturalização brasileira após quatro anos de residência no país, além de receber a proteção do governo brasileiro. Outra forma de regularizar a residência no Brasil é por meio do visto de residência, temporário ou permanente. Segundo dados divulgados pelo Governo Brasileiro, em agosto de 2020, mais de 100 mil migrantes venezuelanos já tinham formalizado a permanência no país por meio desta categoria de visto²⁸.

Em alguns territórios, incluindo o Brasil, ter um papel com um número de protocolo que prove que a pessoa migrante solicitou refúgio ou residência permanente também já garante acesso a alguns serviços fundamentais, como ao Sistema Único de Saúde, ao Cadastro de Pessoa Física (CPF) e ao mercado formal de trabalho. Com o livre acesso de venezuelanos ao Brasil, a proximidade entre grandes cidades venezuelanas e Roraima, e os direitos garantidos por meio da solicitação de refúgio, houve um aumento significativo, a partir de meados de 2017, nesse fluxo de pessoas entre os países. Segundo Vasconcelos (2018), além do aumento no número de entradas no país, a alta nos pedidos de refúgio chamou a atenção do Governo Brasileiro e “provocou uma necessária discussão a respeito das características desse estatuto jurídico e se aquelas pessoas poderiam ou não se enquadrar na categoria” (VASCONCELOS, 2018, p. 250).

Antônio é um desses venezuelanos que aguardava pelo julgamento de seu pedido de refúgio. Orgulhoso, tira de dentro de um envelope sua carteira de trabalho. Está nova, nunca

²⁷ Dados referentes a 30 de julho de 2020, divulgados na plataforma R4V, que concentra dados sobre migração e refúgio de venezuelanos no Brasil. Disponível em <https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509>, acesso em 11 de outubro de 2020.

²⁸ Dados referentes a 14 de agosto de 2020, divulgados na plataforma R4V, que concentra dados sobre migração e refúgio de venezuelanos no Brasil. Disponível em <https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509>, acesso em 11 de outubro de 2020.

utilizada. Quando foi feita, formalizou a possibilidade de ele trabalhar no país, mas não foi possível inserir nela as mais de quatro décadas de experiência, conforme sua narrativa:

“Na Venezuela, eu trabalhava em uma indústria petroleira. Aqui, posso trabalhar com qualquer coisa. Gostaria de trabalhar como jardineiro, porteiro, vigilante, cuidando um lugar, auxiliar de restaurante, de padaria, pintando parede também posso. Estou procurando. Fui à Polícia Federal perguntar por trabalho, e um senhor me informou que, se quisesse trabalhar, deveria ir à agência de emprego. Fui lá, mas não havia trabalho para mim, porque não tenho nada especificado na minha carteira de trabalho.”

Na fala de Antônio, percebo que ele segue tendo a Polícia Federal como referência de informação segura. Afinal, foi na Polícia Federal de Boa Vista que ele conseguiu seus documentos e, a partir deles, uma vaga em um dos abrigos da cidade.

Devido à idade e com a situação regularizada, Antônio contou em entrevista que chegou a dar entrada no pedido de aposentadoria quando estava em Roraima, mas foi convencido a não aguardar. E foi nesse convencimento que chegou a Foz do Iguaçu, em uma situação de trabalho degradante que o levou a procurar uma vaga no Centro POP:

“Em Roraima, conheci um senhor chamado Francisco, que é evangélico, cristão, e vivia na igreja onde eu congregava. Ele é uma boa pessoa, me ajudou bastante. Ele tem uma oficina de motos, e ele me chamou para ajudar, para preparar as motos para pintura. Até que a irmã desse senhor disse que tinha um irmão chapeiro aqui no Paraná e me ofereceu emprego. Faltava apenas um mês para eu ter resposta da ajuda que eu havia solicitado, de aposentadoria, então eu disse que não podia ir até que saísse essa ajuda. E ela disse que não importava, porque aqui também conseguiria, e que, mesmo assim, não importava se o governo me ajudava, porque eu ganharia mais trabalhando. Então eu vim com eles.”

De acordo com Antônio, ele trabalhou como chapeiro em Foz do Iguaçu por dois meses. Recebeu o primeiro pagamento, de R\$ 300, uma semana após ter começado. Segundo ele, o combinado com o dono da oficina era receber R\$ 50 por dia trabalhado, de segunda a sábado. Mas o tempo foi passando, o pagamento não aconteceu. Depois de sete semanas de trabalho sem pagamento, ele conta que foi dispensado do trabalho.

A situação de Antônio não é única. Em conversas informais com pessoas ligadas à Associação de Venezuelanos em Foz do Iguaçu (Asoveni), muitos foram os relatos de trabalhos análogos à escravidão. Atraídos pela possibilidade de emprego e de moradia, muitos migrantes acabam chegando ao Oeste do Paraná com as únicas economias que possuem e a esperança de um recomeço. Mas, chegando ao local de trabalho, percebem que foram enganados. Antônio conta que, depois da dispensa do trabalho, seguiu na casa da família, na esperança de receber o pagamento pelo trabalho que realizou. Depois de seis semanas de espera, mesmo sem ter conseguido outro emprego, decidiu não seguir mais naquela situação:

“Pedi à família e me deram R\$ 200. Naquela semana, como em outros dias, eu ia ao terminal de ônibus para procurar emprego. E foi lá que conheci um equatoriano, que me falou para ir até a Assistência Social para pedir uma vaga neste abrigo aqui. Fui, contei minha situação, consegui, e estou aqui há 15 dias. E aqui disseram que vão me ajudar com meus papéis, que pode ser que saia a minha aposentadoria. Não quero perder isso novamente, então sigo morando aqui, porque se eu estiver em outro lugar, pode ser que não saia.”

Desacreditado de que irá receber, um dia, pelos trabalhos que realizou, Antônio conta apenas com a esperança de conseguir alguma ajuda financeira do governo. Enquanto espera, ele conta que foi também no Centro POP que conseguiu que marcassem uma consulta para ele com um ortopedista no SUS. Está com suspeita de bursite, devido ao excesso de trabalho na chapeação.

Elias é outro migrante venezuelano idoso que conheci no Centro POP. Para ele, que tem 60 anos, sair à noite por Foz do Iguaçu é o que mais causa medo. E os medos variam: teme ser assaltando, teme perder outra vez o pouco que conseguiu juntar, teme perder a vaga que conseguiu no abrigo caso chegue e os portões estejam fechados. Embora tenha afirmado em nossa entrevista que acha o povo brasileiro muito amável e que o ajudou muito desde que chegou a Pacaraima, o medo e a desconfiança são constantes em suas falas.

Elias saiu de Valência, na Venezuela, e chegou à Pacaraima, no Brasil, pedindo carona. Com três amigos, decidiu ir para Roraima para fugir da fome e da falta de oportunidades. De carona em carona, às vezes sozinhos, às vezes juntos, os quatro percorreram cerca de 1.400 quilômetros até cruzarem a fronteira. Dando prosseguimento a sua narrativa, ele relata que, depois de terem passado por atendimento, dado entrada no protocolo de refúgio e tirado o CPF, decidiram se separar:

“Meu protocolo é de refúgio, estou aqui aguardando ser conhecido como refugiado. Solicitei lá em Pacaraima. Quando cheguei na fronteira, me disseram para procurar a tenda da ONU. Foi o que fiz, e imediatamente me atenderam, me deram comida e me ajudaram com meus documentos. Quando tive o protocolo e o CPF, disseram que eu já podia transitar legalmente pelo país. Então empreendi nessa aventura e estou aqui.”

Desde o início da conversa, Elias reconhece que o atendimento e o acolhimento que recebeu logo ao cruzar a fronteira foram de grande importância para sua sobrevivência no Brasil. Diferentemente de outros migrantes em Foz do Iguaçu, e assim como Antônio, Elias já iniciou a viagem saindo de Roraima com documentação completa em mãos e informações básicas sobre seus direitos como migrante e de que forma acessar os serviços que lhes são garantidos em território brasileiro.

Desde que decidiu sair da Venezuela, Elias afirma que tinha como destino Foz do Iguaçu. Sabia que dois sobrinhos seus viviam aqui, mas a única coisa que trazia consigo era o

nome completo dos familiares e a esperança de encontrá-los. De Pacaraima, seguiu de carona até Manaus e, de lá, conta que levou mais de um mês para chegar até Foz do Iguaçu. De carona em carona, passou por Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No trajeto, afirma que sobreviveu graças à bondade das pessoas, pois não trazia nenhum dinheiro consigo. E foi graças a essa generosidade que conseguia carona, comida, passagem de ônibus e, quando dava, algum bico que lhe rendesse dinheiro. Com R\$ 80 que conseguiu juntar, comprou uma passagem para uma cidade do Paraná que não lembra o nome, mas que ainda estava distante de Foz do Iguaçu:

“Cheguei a uma cidade que não lembro o nome, mas lembro que fazia muito frio. Com o pouco que tinha, comprei passagem. O dinheiro não dava pra chegar até Foz, então comprei até onde foi possível. Cheguei nessa cidade de madrugada, pedi ajuda a um rapaz, e ele comprou a passagem para mim. E assim cheguei a Foz. Minha sobrinha sempre falava de um senhor que trabalhava em uma TV. Então, me disseram de uma TV próxima da rodoviária. Fui até lá, mas esse senhor não trabalhava lá. Por sorte, a recepcionista perguntou se eu precisava de ajuda, se eu estava morando na rua. Eu respondi que sim, ela ligou para o abrigo, e em 15 minutos chegou um carro que me trouxe até aqui.”

A partir de sua experiência de chegada a Foz do Iguaçu, percebe-se novamente a necessidade de que sejam instalados no município dispositivos e ferramentas de fácil acesso a informações sobre demandas básicas, como abrigo, alimentação e saúde. De acordo com a fala de Elias, se não fosse a generosidade dessa pessoa desconhecida, ele passaria a viver na rua.

Elias também conta que lhe resta pouco tempo para ficar no abrigo. Dos três meses que lhe garantem uma vaga, já se passaram quase dois. Foi no abrigo que ele conseguiu ajuda para ter uma carteira de trabalho e um cartão do SUS – que agradece a Deus por nunca ter precisado usar. Para ele, as maiores dificuldades estão em falar português e conseguir um trabalho. Ele conta que, em várias situações, conseguia um trabalho informal vendendo alguma coisa na rua, mas por não saber o idioma, acabava tendo dificuldades e desistindo. E foi em uma dessas situações que, finalmente, encontrou a sobrinha:

“Eu sempre disse que queria encontrar meus familiares. Mas quando cheguei, fazia muito frio. Eu tomei um banho e fiquei uma semana no quarto, porque fazia tanto frio que eu não conseguia pensar em sair dali. Quando consegui, saí procurando emprego. Primeiro vendia balas no semáforo. Até que encontrei meus familiares também vendendo balas no semáforo. Mas aquilo não era para mim, não gostei do método de vida dos meus familiares, e decidi não seguir com isso. Ainda tenho o contato, sei onde moram, mas preferi ficar aqui. Depois disso, comecei a vender pão com um senhor na rua. Não tive sorte porque não sabia falar, as pessoas não me entendiam. Aí decidi trabalhar de ajudante de pedreiro, porque não precisa ficar falando e as pessoas não têm dificuldade de me entender.”

Questionado sobre quais seriam os métodos de vida, Elias desconversa e volta a falar sobre as dificuldades, ressaltando que aprender o idioma e se comunicar de maneira eficaz são os entraves que mais lhe tiram as possibilidades de mudança. Embora para brasileiros o espanhol pareça uma língua compreensível, é recorrente a queixa de migrantes venezuelanos de que é muito difícil compreender o português, mesmo depois de algum tempo de convivência. Frente a essa dificuldade, pergunto a Elias se ele já buscou informações sobre aulas gratuitas de português a migrantes, assim como onde costuma ir quando precisa de informações. Com desconfiança, parece não acreditar na possibilidade de haver aulas gratuitas e completa que irá buscar informações junto à equipe do abrigo:

“Não busco informações fora daqui. Às vezes, a informação chega até aqui. Há alguns dias, trouxeram pessoas para cá, uma obra de caridade, e disseram que podem me conseguir trabalho. E estou aqui, aguardando. Também me disseram aqui que me ajudariam a conseguir um benefício do governo, que não sei qual é. Por enquanto, só tenho papéis e disseram que chegaria uma resposta em 45 dias. Mas não sei mais nada além disso.”

Mais uma vez, a falta de informações confiáveis acaba sendo uma barreira e um motivo de desconfiança. Na desesperança de conseguir algum auxílio, e com medo de perder a vaga no abrigo, Elias conta que tem trabalhado o máximo que pode como ajudante de pedreiro. O objetivo é conseguir dinheiro para enviar aos dois filhos que ficaram na Venezuela e, assim, iniciarem juntos um negócio. Mesmo contra o tempo, Elias enfrenta diariamente os medos, com fé e esperança, como pode ser percebido em sua fala:

“Gostaria de me aposentar. Já não tenho idade para trabalhar em qualquer empresa, em qualquer coisa. Tenho a vontade, mas não tenho a força. Então, a ideia é essa, de comprar as máquinas e trabalhar com meus filhos. Agora penso isso, de trabalhar com jardinagem. Por enquanto, quero algo melhor, e que seja com meus filhos. Comprar a comida é fácil aqui, porque é muito barata. Eu digo que com R\$ 200 uma família come aqui. O mais difícil que vejo é o que ainda não experimentei, que é alugar uma moradia. Por isso preciso de ajuda dos meus filhos, para que os três pagamos R\$ 1.500 em um aluguel, bom, seremos três, cada um paga R\$ 500. Sozinho, para mim, seria muito difícil, acabaria na mesma situação que na Venezuela – pagaria aluguel, mas não teria para comer. Tenho pressa para que cheguem os meninos, porque aqui a ajuda acaba logo. Posso ficar aqui por três meses, e já estou há dois. Todo dia quando acordo, penso que é um dia a menos, um dia a menos. Mas há algo que tenho é fé em um Deus muito grande e muito bondoso. O que vai acontecer com minha vida? Não sei. Quando chegam meus filhos? Não sei. A única coisa que sei é que tem um Deus que não vai me abandonar e que não volto. Prefiro morrer aqui que morrer lá.”

2.3 DESESPERO ACIMA DOS DIREITOS

Conheci Maria no dia 1º de novembro de 2019. Ela havia chegado a Foz do Iguaçu há 10 dias, vinda com as filhas da Argentina. Conversamos em uma área aberta, onde ela conseguia monitorar de perto as filhas, que brincavam com bonecas, sentadas sobre um lençol estendido no chão. Maria traz no rosto uma expressão séria, de quem já passou por muitas

dificuldades. O olhar sempre atento às filhas também traduz a preocupação de uma mulher quem viaja sozinha com duas meninas. Conversamos por cerca de uma hora, e em momento algum ela esboçou um sorriso. De fala tranquila e bem articulada, sua narrativa exemplifica as barreiras reais que dividem os países, assim como, apesar de conhecer profundamente seus direitos, a busca pela sobrevivência a faz despir-se de qualquer autoridade em um território que não reconhece como seu.

Peço que ela me conte como foi a viagem até Foz e se chegou a ter alguma ajuda, pelo fato de estar com duas crianças. Ela narra:

“Saí do meu país no dia 13 de abril. Tinha a Argentina como destino e saí cruzando fronteiras. Passei primeiro pela fronteira Colômbia, depois Equador, Peru, Bolívia, até que cheguei à fronteira com a Argentina, país que havia decidido ficar, que é onde está meu filho mais velho, de 23 anos. A viagem foi toda por estrada, de ônibus, nunca peguei avião. Em alguns países, como Equador, recebi ajuda humanitária e não pagamos pelo ônibus. Com essa ajuda, uma organização nos levou da fronteira da Colômbia até a fronteira do Equador com Peru.”

Neste ponto, a entrevista é interrompida. Um homem, visivelmente alcoolizado, passa pelo portão do Centro POP e caminha em nossa direção. Maria fixa o olhar nas filhas, que estão a cinco metros de distância, com olhares assustados. Peço que o homem se retire e nos deixe seguir conversando. Depois de muita resistência, ele sai cambaleando e gritando palavras sem nexos. Nenhum funcionário do abrigo aparece. Somente depois que ele volta para a rua e seus gritos se tornam inaudíveis pela distância, conseguimos respirar e retomar a conversa. Antes que eu pergunte qualquer coisa, Maria comenta: “É difícil viver todo dia nessa vulnerabilidade. Coisas assim sempre acontecem no caminho e te deixam sem ar”. Não tenho outra alternativa que não seja concordar e tentar me colocar na pele dessa mulher que deixou seu país na tentativa de garantir que suas filhas vivam com o mínimo de dignidade e segurança. Ela enfim retoma seu relato:

“O mais difícil, nessa situação, é migrar com filhas pequenas. Não é fácil estar constantemente viajando, não por prazer, mas por uma necessidade específica. É muito, muito difícil porque às vezes precisamos passar por situações fortes, como chegar a um terminal e não conseguir passagem, e ter que permanecer ali porque não conhecemos o país, não sabemos o grau de segurança que podem prestar a você ou não. Eu pensei muitíssimo antes de sair do meu país, porque estamos em três, e elas são duas meninas. Somos muito vulneráveis a qualquer perigo, a coisas que realmente não são lícitas, me explico?”

Por uns instantes, realmente tento me colocar no lugar dessa jovem mãe, advogada e que trabalhava como funcionária pública na Venezuela. Pelo seu relato, até antes da crise venezuelana começar, ela tinha uma vida estável com as duas filhas. Já não estava mais com o pai das meninas, mas conseguia se manter e dar uma vida confortável à sua família. Quando a crise começou, o filho mais velho, de 23 anos, decidiu ir para a Argentina, para tentar uma

vida melhor. Ter duas filhas pequenas foi o que segurou Maria na Venezuela por mais alguns meses. Quando a fome e a miséria ameaçavam bater à sua porta, ela colocou em duas malas algumas roupas, todo o dinheiro que conseguiu juntar e a esperança de poder reconstruir a vida no país que havia acolhido seu filho mais velho.

Maria tinha o dinheiro para o trajeto, mas, aos poucos, ele não pareceu suficiente – e isso se torna claro quando questiono a maior dificuldade pela qual passaram nesse período:

“Para chegar à Argentina, não tive nenhum tipo de ajuda econômica. Tinha umas economias pessoais, e com elas decidir ir de maneira progressiva, viajando de fronteira de país em país. Pegava um ônibus até uma fronteira, depois ia até outra. E todas essas viagens foram por meu dinheiro próprio, ninguém me deu dinheiro, porque eu tinha economias guardadas. A maior dificuldade que passamos em todo o caminho foi ter que destinar todo o dinheiro que tinha para pagar o ônibus, e acabou que não tínhamos dinheiro para comer. Isso foi o mais forte que passamos. Só nos restou tomar água e dividir porções muito pequenas, para conseguir nos manter até chegar à Argentina. Tinha uns anéis de ouro, anel de graduação, que ganhei de minha mãe, e fui vendendo nos países. Chegava e vendia o que tinha. Assim vendi meus anéis de ouro, os brincos de ouro das meninas, e com isso fomos avançando.”

Depois de muitas semanas na estrada, Maria e as duas filhas conseguiram chegar a Mendoza, na Argentina, e encontrar com o filho mais velho. Chegaram com a intenção de permanecer no país, mas, depois de seis meses, as dificuldades financeiras a fizeram pegar novamente a estrada, conforme narra:

“Saí da Venezuela com o objetivo de ir para a Argentina, onde fiquei por seis meses. Na Argentina, fiz todo um protocolo de legalização. Eu pretendia ficar, as meninas voltaram para a escola, e eu queria encontrar um emprego até que a situação em meu país melhorasse. Mas o fato é que não consegui um trabalho e decidi que não podia ficar em outro país sem uma devida remuneração. E decidi, em consenso com meu filho, que voltaria pra Venezuela com as meninas.”

Fica claro na fala de Maria a busca por um recomeço, desde que isso não lhe custe a dignidade e a independência. A partir de sua fala, concluo que o filho, que está estabelecido na Argentina, também passa por dificuldades, e que o retorno foi decidido quando ela e as meninas começaram a se tornar um peso grande demais para o jovem rapaz.

Para evitar gastos com vistos, e sabendo das restrições que começaram a ser impostas na América Latina para a entrada de venezuelanos, a opção mais viável foi fazer o trajeto de volta todo pelo Brasil – de Foz do Iguaçu até Pacaraima (RR). Ela ressalta que a decisão de voltar foi difícil, porque sabe que o cenário na Venezuela piorou desde que deixaram o país. Não fica claro na conversa se a ideia era voltar e vender os bens que deixou em sua antiga casa. Maria apenas reforça que lá ela tem uma casa e que não pediu exoneração do cargo público, apenas deixou o país com as filhas quando a situação piorou. Mas, desde que chegou a Foz do Iguaçu, ela diz que está repensando a decisão.

Quando Maria chegou a Foz do Iguaçu, buscou uma pensão onde pudesse passar a noite com as filhas e que pudesse pagar com o dinheiro contado que trazia consigo. Foi nessa pensão que lhe indicaram que buscasse a Secretaria de Assistência Social, principalmente pela vulnerabilidade que passavam. Nesse atendimento, ela conseguiu vaga no abrigo e informações sobre a possibilidade de permanecer no país, com um emprego formal, desde que consiga fazer a documentação necessária, como relata:

“Há 10 dias estou aqui no abrigo com minhas filhas. Graças a Deus e às autoridades brasileiras, que me trouxeram para cá, temos abrigo. Estamos recebendo muitíssimo apoio, não nos tem faltado nada, minhas filhas estão comendo e não estão passando frio. Desde que cheguei, estão estudando meu caso e buscando uma solução, porque se há possibilidade de eu ter um emprego e permanecer até que meu país melhore, permanecerei. Se tiver a possibilidade, posso ficar até aqui mesmo em Foz ou outra cidade do Brasil, dependendo das alternativas que vão me oferecer. E também um lugar onde eu consiga trabalhar, me estabelecer com minhas filhas e me desenvolver na medida do possível. Eu, por exemplo, entendo bem o idioma, mas não falo muito. Ficar nessas condições, com emprego e escola para as meninas, seria uma alternativa viável se eu não puder voltar ao meu país de forma imediata.”

Dentro dessa nova perspectiva, pergunto a Maria sobre os desafios que ainda permanecem, inclusive com a possibilidade de permanecer no Brasil. Ela aponta três: conseguir um emprego, ter sua situação regularizada e adaptar-se à nova cultura – tanto ela quanto as filhas, em especial, na escola. E compara:

“A parte cultural da Argentina, a língua e os costumes, acaba sendo parecido com a Venezuela. Os dois são países latino-americanos, tem muitas coisas similares. Apesar de suas tradições e costumes variarem em algumas coisas, são muito parecidas. Para nós, seria mais fácil nos habituar ali. O mais difícil, porém, não penso que é somente adaptar-se, nem mesmo no Brasil. É conseguir recomeçar a vida longe da sua casa, em um país totalmente diferente, com cultura totalmente distinta. Não é algo impossível, mas tem o seu grau de dificuldade.”

E, assim, ela exemplifica, à sua maneira e dentro de sua realidade, a teoria de territorialização de Saquet (2005) envolvendo economia, política e cultura.

3 REDES, ACOLHIMENTO E ACESSO A DIREITOS

Este capítulo busca apresentar a importância e o papel das redes de apoio e de acolhimento nos processos de deslocamento, chegada e reorganização da vida de migrantes venezuelanos em Foz do Iguaçu. A partir da compreensão de espaço, território e cultura, apresentados no capítulo anterior, a análise será ampliada com relação aos conceitos de redes de apoio e de comunicação existentes entre migrantes, em novos territórios. Também serão apresentados dados sobre as ferramentas de comunicação e de acesso a informações utilizadas por migrantes. Por meio de duas narrativas, serão exemplificadas as redes existentes em Foz do Iguaçu e de que forma elas podem atuar na garantia do acesso a direitos fundamentais.

Segundo Fiorotti e Cardin (2016, p. 58), “a formação da identidade do migrante não corresponde exclusivamente a um deslocamento espacial, mas também temporal; e este deslocamento no tempo e no espaço pode redefinir a relação de pertencimento ao território”. Dessa forma, é possível perceber, mesmo em pequenos municípios, a formação de bairros, condomínios ou até mesmo quarteirões onde pessoas de mesma nacionalidade e cultura acabam se estabelecendo, por identificação. Longe do país de origem, é a identificação com seus pares que acaba unindo pessoas migrantes no território e facilitando o sentimento de pertencimento ao novo espaço.

Nesta invenção do pertencimento, as interações com outros grupos étnicos também se destacam – tanto para integração quanto para segregação. Ou seja, não é apenas a separação política ou espacial que define o território, mas também as interações e diferenças destacadas entre os grupos que convivem em determinado espaço. Como afirmam Cardin e Albuquerque (2018):

Nessa perspectiva de interpretação, as fronteiras internacionais não se restringem a uma definição jurídica ou geográfica, ou seja, não correspondem simplesmente a tratados de limites ou a demarcações físicas. Elas não são estáticas ou cristalizadas, mas eminentemente sócio-históricas e relacionais. (CARDIN e ALBUQUERQUE, 2018, p. 122)

Ideia similar é encontrada em Barth (1969), que afirma que as identidades podem acabar reforçando as desigualdades. Segundo o autor, quando as diferenças culturais, étnicas e sociais se evidenciam, “as fronteiras persistem, apesar do fluxo de pessoas que as atravessam”:

(...) as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. Mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, apesar das transformações na participação e pertença no decorrer de histórias de vidas individuais. (...) As diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos. (BARTH, 1969, *apud* POUTIGNAT e STREIFF-FERNART, 1998, p. 188)

Com o agravamento da crise na Venezuela e o fluxo cada vez maior de migrantes rumo ao Brasil, é necessário entender esses dois polos de consequências do convívio de pessoas com culturas distintas. Embora a agregação e a soma cultural sejam possíveis, o que se tem visto no dia a dia de migrantes venezuelanos no Brasil é prioritariamente a segregação – o estabelecimento de fronteiras, a limitação de oportunidades, o aumento das desigualdades e o agravamento das vulnerabilidades em que vivem no novo país. Na tentativa de superar essas barreiras, a ação conjunta, a organização em associação e o fortalecimento das redes de contato entre venezuelanos que vivem em Foz do Iguaçu tem se mostrado uma alternativa de sucesso na garantia e no acesso a vários direitos.

Em capítulos anteriores, foram apresentados alguns dados sobre xenofobia e violências sofridas por venezuelanos em território brasileiro. Também foram levantados dados de pesquisas que indicam que parte significativa do cerceamento do acesso aos direitos se dá pelas dificuldades de comunicação e de acesso a informações seguras e verídicas a migrantes. Ter acesso a informações é fundamental para qualquer processo seguro de migração e deslocamento. Nesse caminho, é comum que migrantes acabem formando redes de comunicação e suporte. Como afirmam FIOROTTI e CARDIN,

a existência de redes sociais transnacionais torna-se fundamental na proteção do sujeito que caminha pela região, redes que protegem aqueles que ficam e que auxiliam aqueles que chegam. Tais redes se apresentam como ferramenta de apoio logístico e afetivo, mas também podem se configurar de maneira a garantir alguma ajuda financeira e jurídica. (FIOROTTI e CARDIN, 2018, p. 64)

Na formação dessas redes transnacionais de comunicação e suporte, as novas tecnologias de informação e comunicação ganham destaque, mas também reforçam desigualdades. A última pesquisa sobre esse tema junto a migrantes venezuelanos é a *Evaluación regional sobre necesidades de información y comunicación*, que contou com a participação de 3 mil migrantes venezuelanos residentes em 15 países da América Latina, e foi divulgada em janeiro de 2020 pela plataforma R4V (Plataforma Regional de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela). Ela aponta que, tanto na região quanto especificamente no Brasil, televisão, WhatsApp e Facebook são tidos por migrantes

venezuelanos como as principais fontes de informação – apontado por 43%, 34% e 38% dos entrevistados, respectivamente. Por outro lado, 79% dos entrevistados apontam familiares como fonte mais confiável de informações, seguidos por agentes de organismos humanitários (33%) (R4V, 2019).

A maior necessidade de informação identificada pela pesquisa é relacionada ao trabalho, demandada por 52% dos entrevistados. A pesquisa aponta também que 70% das mulheres entrevistadas afirmaram ter acesso a canais de denúncias de violação de direitos, contra apenas 20% dos homens. No Brasil, 243 pessoas responderam à pesquisa, e 30% afirmaram não possuir telefone celular por diferentes motivos, incluindo roubo, perda durante o deslocamento, falta de dinheiro ou aparelho danificado. Entre os migrantes apresentados no capítulo anterior, essa era a situação de José e de Maria, por exemplo. Essa discrepância chama a atenção principalmente na necessidade de se pensar políticas públicas e formas de divulgação de informações que sejam inclusivas e de fácil acesso por toda a população migrante no país – já que, os que não dispõem de celular possivelmente estão em situação de maior vulnerabilidade econômica.

3.1 REDES DE APOIO E DIREITOS GARANTIDOS

As duas últimas pessoas entrevistadas por esta pesquisa vivem uma realidade um pouco distinta das apresentadas anteriormente. Devido ao apoio recebido de organizações responsáveis pelo acolhimento de migrantes, e a partir de redes de contatos estabelecidas no município, Marta e Jonas passam por uma situação menos dura que José, Antônio, Elias e Maria – vivem com direitos respeitados e acesso a serviços que não deveriam ser negados a nenhum migrante no país.

Quando Marta, de 58 anos, chegou ao Brasil, a crise migratória venezuelana atingia seus picos no Norte do Brasil. Ela chegou com o neto em 2018, por Pacaraima. Antes, viviam em Valência, a duas horas de carro da capital, Caracas. Marta lembra do passado com orgulho: dona de um grande supermercado, tinha carros, posses e conseguia dar uma vida confortável aos filhos e, depois, também aos netos. Com o começo da crise econômica, pouco a pouco foi perdendo renda, tendo que vender bens, até que, no início de 2018, decidiu vir para o Brasil encontrar com o filho mais velho, que já estava em São Paulo há alguns anos. Na época, ela conta, não havia mais voos de Valência para Santa Helena, na fronteira com o Brasil. Por isso, todo o deslocamento foi feito de ônibus, em uma viagem de mais de 1.400 quilômetros. Assim que cruzou a fronteira do Brasil, pegou outro ônibus e foi direto para Boa

Vista, onde já tinha passagens aéreas compradas até São Paulo. Com pressa e sem saber o que estava por vir, pediu apenas um visto de turista na fronteira, para ela e o neto. Resolveria a situação depois, pensou. E assim seguiram de ônibus até Boa Vista e, de lá, de avião até São Paulo.

A situação de Marta e neto, assim como foi a de Maria com as duas filhas, que entraram no país com o visto de turista, mesmo não estando em turismo, não é rara de acontecer. De acordo com relatório mensal divulgado pelo OBMigra em agosto, o Sistema de Tráfego Internacional brasileiro possui 42 classificações para estrangeiros que cruzam nossas fronteiras de forma regular²⁹. As principais são:

Residente: toda pessoa estrangeira que possui visto brasileiro por tempo indeterminado – como asilados, refugiados, solicitantes de refúgio, diplomatas e familiares, entre outros.

Temporário: qualquer estrangeiro que esteja entrando no Brasil para desempenhar uma atividade pontual, por tempo determinado – como imigrantes beneficiados pelo Acordo de Residência do Mercosul, atletas, jornalistas, acadêmicos, profissionais do Programa Mais Médicos, entre outros.

Trânsito: pessoas que estejam apenas de passagem pelo Brasil, por um período muito curto de tempo – como tripulantes de empresas de transportes, presos e viajantes clandestinos que esteja sendo conduzidos de volta ao país de origem.

Fronteiriço: estrangeiros que vivem em regiões de fronteira e que possuam documentação que comprove essa condição.

Turista: estrangeiros em viagem de lazer ou de negócios, com prazo máximo de 90 dias de permanência no Brasil.

Na falta de uma classificação mais apropriada, e tendo em conta que a Venezuela deixou de fazer parte do Mercosul em 2017, muitos migrantes venezuelanos que cruzam a fronteira com o Brasil acabam solicitando visto de turista, que é expedido na hora.

²⁹ Informações disponíveis em Notas Metodológicas do relatório "Acompanhamento de fluxo e empregabilidade dos imigrantes", publicado em agosto pelo OBMigra. Disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-mensal/OBMigra_AGO_2020_1_1.pdf. Acesso em 25 de dezembro de 2020.

Depois que Maria e o neto encontraram com o filho em São Paulo, a família toda decidiu passar uns dias em Foz do Iguaçu. Queriam conhecer a cidade e saber se havia alguma possibilidade de recomeço no Paraguai – onde teriam mais facilidade com o idioma e onde acreditavam que a economia estava mais favorável ao empreendedorismo. Depois de 15 dias, decidiram não mudar para o país vizinho e acabaram ficando em Foz do Iguaçu. A nora conseguiu um emprego de garçomete, depois em um pet shop. Não deu certo em nenhum dos dois, e hoje ela vende artesanato na rua junto com o esposo, filho de Marta. O casal tem uma filha, de 8 anos, nascida no Brasil. O neto, que veio com ela da Venezuela, não conseguiu terminar o ensino médio e aguarda o novo ano letivo para tentar uma vaga em escola pública. Quando os cinco integrantes da família decidiram ficar em Foz do Iguaçu, em 2018, a renda que tinham lhes permitia alugar um apartamento muito simples, próximo do centro, em um conjunto habitacional onde já havia outros venezuelanos. Foi lá que Marta começou a manifestar os primeiros sintomas de uma grave doença pulmonar, conforme conta:

“Não conhecíamos ninguém em Foz. Então, começamos a procurar casa, e conseguimos um apartamento em uma favela, uma coisa mais horrível. Horrível. Não conseguíamos outro lugar. Era muito úmido lá, queimavam muito lixo. E foi lá que contrai essa bactéria no pulmão. Eu ia ao hospital, mas não me atendiam. E isso foi se agravando. Fiquei doente em setembro, mas só em fevereiro fui atendida, depois que saíram meus documentos. Passei seis meses sem atendimento, apenas com remédios para dor e febre. Lamentavam muito e diziam que aqui não atendem sem documento, porque é fronteira. Aqui não atendem, porque há muito perigo. Assim me disseram. Não me atendiam e não tínhamos dinheiro para ir a um médico privado.”

A favela a que ela se refere é o Conjunto Habitacional União, no bairro Jardim Naipi, muito próximo ao canal do Rio M´Boicy. O conjunto, de baixa renda, ocupa três quadras e muitos de seus moradores são migrantes, que conseguem alugar apartamentos no local sem precisar comprovar renda ou ter alguma garantia locatícia. Com a saúde piorando dia após dia, Marta conta que não conseguia atendimento médico, já que a situação requeria o atendimento com especialista e ela não conseguia agendar com a documentação que tinha. Pelo seu relato, dá a entender que o visto de turista, que havia pedido em Pacaraima, já havia vencido e que, com a mudança para Foz do Iguaçu, o processo de regularização foi deixado de lado. Também a partir de seu depoimento, entende-se que as seguidas vezes que ela procurou atendimento médico, o fez em pronto socorro e que, sem a documentação, não foi possível o agendamento de consulta com um especialista.

Marta conta que foi no conjunto habitacional onde morava que conheceu Jesús, presidente da Asovenfi, e que, por meio dele, chegou à Casa do Migrante, onde sua situação começou a ser resolvida:

“Não tenho muitos venezuelanos conhecidos aqui. Apenas Jesús e os vizinhos daquele prédio. Foi lá que peguei essa bactéria, que é muito forte, não morre. Mas também foi graças a eles que conheci a senhora Terezinha, da Casa do Migrante. Eles foram até lá, buscaram a senhora Terezinha e a levaram até minha casa. Eu já havia perdido 35 quilos, ela se mortificou quando viu o meu estado. Ela tentou um atendimento de urgência, mas, sem os papéis, nem ela que tem influência conseguiu. Foi ela que fez a diligência, ela que conseguiu meus antecedentes criminais. Graças a Deus, eu trouxe minha certidão de nascimento comigo. Então, depois desses processos, a única coisa que precisei fazer foi ir à Polícia Federal para tirar o documento e a foto. Me atenderam muito rápido, me deram um atestado, e depois uma cédula que tenho e que vence agora em fevereiro, de solicitação de residente. Dá para um ano, em fevereiro tenho que ir à Polícia Federal e fazer outra vez o processo para renovar. Mas assim que chegaram meus papeis, em fevereiro, imediatamente me atenderam, me hospitalizaram, e dali para cá, não posso me queixar. Se eu soubesse que passaria por isso tudo, por seis meses doente e sem atendimento por falta de documentos, teria ficado lá em Pacaraima quando cheguei, para vir com documentos. Mas a situação de lá me deixaria doente também.”

A partir de seu relato, Marta indica que foi graças a uma rede de contato minimamente estabelecida que conseguiu regularizar sua situação e, assim, ter o atendimento médico que necessitava. Sua narrativa também reforça a falha no fluxo de atendimento, apontado no capítulo anterior – apesar de migrantes terem direito a consultas com especialistas nas UBS, a falta de documentação lhes priva desse atendimento, que pode chegar a situações extremas, como foi o caso de Marta. Depois que foi atendida, Marta passou cerca de um mês hospitalizada. E foi graças à regularização de sua situação que conseguiu garantir a continuidade do tratamento. Além de remédios, ela ganhou do SUS um aparelho de oxigênio, que funciona com eletricidade, e outro reserva, que funciona com um botijão de oxigênio acoplado, caso ela venha a ficar algum tempo sem energia elétrica em casa. Ela conta:

“O governo meu deu a máquina de oxigênio, tenho oxigênio auxiliar, e como a máquina utiliza bastante luz, não pagamos a conta de luz. Nos ajudaram com isso, com uma ordem do hospital. Também tenho terapias grátis. Na questão de saúde, desde que tenho meus documentos e esse apoio, minha situação está excelente, não posso me queixar.”

Atualmente, devido à condição de saúde, Marta não mora mais no conjunto habitacional mencionado. Mas é lá que mora Jonas, outro venezuelano que conheci, também por meio da Asoveni. O tratamento diferenciado que recebeu desde antes de chegar ao Brasil se deve exclusivamente à sua rede de contatos. Jonas tem 43 anos e foi um dos primeiros venezuelanos que conseguiu, por meio do ACNUR, o processo de reunificação familiar. Seu primo já estava em situação regular no Brasil e, com apoio das Nações Unidas, conseguiu trazer a esposa e os dois filhos para Foz do Iguaçu. Após alguns meses, outros membros da família vieram pelo mesmo processo, entre eles, Jonas, conforme relata:

“Cheguei no dia 1º de março ao Brasil, e no dia 27, cheguei a Foz do Iguaçu. Cheguei por Pacaraima, depois fui a Boa Vista, e lá esperamos pela reunificação familiar. Viemos em quatro, contando comigo. Como já tínhamos a família aqui, sabíamos que viríamos direto. O processo em Boa Vista saiu muito rápido. Só precisamos aguardar porque tivemos que tomar a vacina da febre amarela e, com isso, a autorização para vir só chegou

depois de duas semanas dessa vacina. Como já estávamos com tudo combinado, tínhamos também a casa de um amigo para ficar em Boa Vista. Não ficamos na rua nem nos abrigos. Nesse tempo, fizemos o protocolo de refúgio, a carteira do SUS, o CPF e a Carteira de Trabalho. Viemos com todos os papéis prontos. E, para conseguir essa reunificação, também era necessária uma carta garantindo que tínhamos um emprego com carteira assinada aqui. Como meu primo e a associação já tinham resolvido isso, quando cheguei, já estava até com um emprego garantido.”

Nessa pequena fala de Jonas é possível perceber como uma rede estruturada, com fluxos definidos e pessoas de apoio no destino final são importantes para evitar que migrantes que chegam ao Brasil passem por situações de vulnerabilidade e violação de direitos humanos.

Foi graças ao emprego formal que Jonas manteve o trabalho mesmo depois de ter se acidentado. Ele caiu na escada do prédio onde mora e, na queda, fraturou alguns ossos da face. Precisou passar por cirurgia e, quando conversamos, estava há duas semanas de atestado médico. Já se sentia bem sem o inchaço no rosto, mas ainda precisava tomar remédios para dor. Retornaria na próxima semana ao médico, para avaliar sua situação – tudo feito pelo SUS. E, mesmo que precisasse seguir em repouso, não perderia o salário de jardineiro em uma empresa de manutenção predial de Foz do Iguaçu, devido ao registro em carteira.

Quando pergunto, Jonas reconhece que sua situação é bastante diferenciada. Por isso, sente-se na obrigação de fortalecer a Asoveni, endereçando a ela todas as suas conquistas em Foz do Iguaçu. Ele também conta que, graças à associação, cerca de 200 pessoas conseguem ter acesso a informações sobre direitos e oportunidades de emprego de forma imediata, por meio de um grupo no WhatsApp. O grupo é administrado pela esposa de Jesús, presidente da associação. Logo que nos conhecemos, ainda no primeiro semestre de 2019, perguntei se poderia ser incluída no grupo, mas ela desconversou. Perguntei outra vez, também a Alberto, vice-presidente da associação, e permaneci sem ser adicionada. Para evitar constrangimentos que pudessem prejudicar nossa relação e a pesquisa, optei por não insistir mais. Mas era por meio desse grupo que Jonas afirma que consegue qualquer informação que precisa em Foz do Iguaçu:

“Uso internet todos os dias, tenho em minha casa. O que mais uso é WhatsApp, que na Venezuela também se usa muito. Aqui temos um grupo de venezuelanos no WhatsApp, junto com a associação, onde publicamos coisas. Quando buscamos trabalho, falamos no grupo. A agência de emprego também publica vagas quando tem, e a associação ajuda a encaminhar pessoas para a agência quando tem trabalho. Quando preciso de um médico, por exemplo, mando no WhatsApp da associação uma mensagem perguntando quem conhece um médico que fale espanhol, que entende em espanhol. E as pessoas falam no grupo. Há sempre quem entende melhor o idioma e indica coisas nesse grupo. Todo mundo pergunta, manda dúvida, e sempre há quem sabe algo e passa informação. Tem mais de 200 pessoas no grupo e cada dia vai chegando mais. Sempre que tem um venezuelano que a gente conhece, a gente já adiciona ao grupo, familiares, amigos. E isso funciona sempre.”

Fica claro que a Asovenfi e o grupo de WhatsApp são a fonte primária de informações de Jonas. Pergunto, então, se não houvesse o grupo, onde buscaria esse apoio. Na resposta, ele reforça mais uma vez a importância da rede de apoio construída em Foz do Iguaçu:

“Se não houvesse o grupo, teria que procurar apoio com alguém conhecido. Nós sempre buscamos maneira de se orientar, de buscar apoio. Por isso a associação sempre entra em contato, adiciona quem chega, dá uma orientação. Ou outro venezuelano que está aqui dá a orientação. A gente se une e se apoia, porque quem chega antes não quer que o outro passe por dificuldades.”

O tratamento diferenciado de Jonas, entretanto, não se estende a todas as pessoas com contato com a associação – e, depois de um tempo, comecei a entender que esse realmente poderia ser um motivo real do desentendimento com os demais grupos de venezuelanos que moram em Foz do Iguaçu, mencionado anteriormente.

Quanto pergunto a Marta sobre os direitos que ela e sua família possuem, e exemplifico com acesso à saúde e a emprego digno, ela responde que só sabe do direito à saúde porque ficou doente:

“Não sei se tenho direitos aqui. Não conheço os direitos que migrantes têm aqui. Na verdade, não recebi essa informação no Brasil. Eu sinto menos o preconceito aqui, por exemplo, porque passei esse tempo todo enferma e agora vivo em casa. Mas meus filhos sentem o rechaço trabalhando na rua. E aqui [diz referindo-se à vila onde mora atualmente] há uma pessoa que tem muito preconceito por sermos venezuelanos, e nos chama vagabundos. Mas eu e meus filhos, às 20h, estamos trancados em casa. Aqui ninguém bebe, apenas se fuma cigarro. Somos pessoas educadas, cultas, de princípios. Mas esse senhor nos pegou forte desde que chegamos, nos chamando de vagabundos. Eu sou uma senhora, indiferente de onde venho. Há muitos brasileiros com preconceitos, dizendo que somos malandro, ladrões. Há alguns, mas também há muitas pessoas educadas e de princípios, que são muito gentis conosco.”

Embora Marta não tenha clareza de seus direitos, ela sabe que não é correto dar a uma pessoa um tratamento diferenciado apenas porque não nasceu no Brasil. A isso, ela chama de injustiça e de preconceito, como pode ser percebido em sua narrativa:

“Ajudaria muito se tivesse os documentos quando cheguei aqui, não chegaria ao estado de saúde que cheguei. Isso é uma injustiça. Antes da crise na Venezuela, o que passava no meu país é que se você que é migrante ficasse doente, tratariam a você melhor que a mim mesma, como venezuelana, para que levasse a melhor imagem de nosso país quando voltasse. Aqui não. É lamentável isso acontecer em um país tão grande como o Brasil. Isso seria preconceito? Para mim, isso é preconceito, que morra um ser humano por não ter um documento. Porque não é justo negar um atendimento. Isso a qualquer pessoa, brasileira ou não. E se você perde seu papel, sua identidade, e chega ao hospital, como tratariam você, que é brasileira? Claro que isso tem que melhorar, sobretudo no sistema de saúde, que é o que conheci bem.”

Assim como Antônio, apresentado no capítulo anterior, que busca informação na Polícia Federal por ter sido esse o local onde foi atendido adequadamente, Marta tem a Casa do Migrante como grande referência, reforçada em sua narrativa:

“Hoje, toda informação que precisamos, buscamos na internet. Há grupos de venezuelanos onde se perguntam coisas no WhatsApp, mas eu não gosto, nunca permiti que me incluíssem. Então, qualquer informação que precisamos, buscamos na internet. Ou com a senhora Terezinha, ela nos orienta em tudo. Quando temos dúvida, ligamos a ela e ela nos ajuda. Ela ajuda muito os venezuelanos. Ela só não dá mais porque não tem. Ela já ganhou o céu, que Deus a ajude. Eu sou muito agradecida a ela, se não fosse por ela, eu não estaria mais aqui.”

Mesmo com a situação de saúde atendida, Marta reconhece que existe o preconceito e que nem todos os direitos de pessoas migrantes são respeitados em Foz do Iguaçu. O que se percebe em sua fala, assim como na fala de todos os demais entrevistados, é que informações fundamentais para o bem-estar e dignidade na sobrevivência dessa população no município hoje estão limitadas a redes pouco conectadas e a fluxos de atendimento constantemente desconhecidos por quem trabalha diretamente com a população migrante.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa nasceu com o intuito de estudar os recursos tecnológicos utilizados por migrantes em Foz do Iguaçu. Logo no início do trabalho de campo, porém, a realidade que se apresentou foi de uma parcela significativa dessa população vivendo em condições de vulnerabilidade que sequer lhes permitiam o acesso aos recursos mais básicos, como um aparelho celular ou acesso a rede de internet. Quando uma pesquisa busca estudar seres humanos, é requerida flexibilidade incondicional de quem conduz o estudo. Inevitavelmente, foi o caso da presente pesquisa. Da mesma forma, é requerida compreensão e sensibilidade de atores públicos que trabalham no dia a dia com migrantes, e não apenas venezuelanos.

A partir dos meses de entrevistas e pesquisas que levaram a essa pesquisa, e buscando responder à pergunta inicial, ficou claro que a situação de migrantes que têm chegado nos últimos anos a Foz do Iguaçu requer atenção para que estes não tenham agravada sua situação de vulnerabilidade. No processo de recriação da vida em novo território, pessoas refugiadas e migrantes encontram dificuldades que poderiam ser significativamente reduzidas se o município dispusesse de mais capacitação para quem trabalha na rede de apoio e acolhimento, assim como se as informações primordiais para essa população se apresentassem de maneira mais acessível – seja no idioma, seja por meios realmente eficientes de disseminação da informação.

O primeiro objetivo dessa pesquisa foi investigar como a territorialização do espaço interage com a limitação do acesso à informação e com situações de garantia de direitos. Nesse quesito, relato e vivência mostraram que a organização territorial de Foz do Iguaçu desfavorece o deslocamento dessas famílias, que dispõem de poucos recursos para transporte. As longas distância entre os equipamentos públicos disponíveis a esta população também se mostram como uma dificuldade extra aos que, com sorte, conseguem ter o direcionamento adequado para atender às suas demandas diárias. Processos que começam minados pelas limitações apresentadas na organização do espaço refletem, na ponta, na falta de acesso a direitos básico, como regularização da situação no Brasil e acesso a serviços fundamentais, como saúde. A vida que é refeita no novo território ganha rumos muitas vezes opostos aos que tinham como referência na Venezuela. Sem recursos financeiros, sem redes de apoio e sem perspectiva de recolocação no mercado de trabalho, muitos acabam nas ruas, como José, ou em abrigos e centros de acolhimento, como Maria, Antônio e Elias.

A ênfase maior da pesquisa qualitativa esteve no segundo objetivo: verificar qual o papel das redes de apoio no deslocamento e na (re)organização da vida de migrantes venezuelanos, em Foz do Iguaçu. Nesse sentido, a pesquisa ajudou a elucidar a importância das redes de apoio e de comunicação formadas entre os próprios migrantes venezuelanos em Foz do Iguaçu – iniciadas há muitos meses e que seguem sendo alimentadas e aumentadas a cada novo integrante. Foi graças a essa rede que Jonas conseguiu um emprego e toda a assistência necessária para sua chegada a Foz do Iguaçu antes mesmo de cruzar a fronteira com o Brasil. E foi por meio das redes de apoio e contato que havia estabelecido que Marta conseguiu restabelecer a saúde quando já estava desesperançada.

Junto com cada uma das narrativas, é necessário dar ouvidos às demandas comuns. Todas as seis entrevistas individuais realizadas para esta pesquisa foram guiadas por um roteiro, nem sempre seguido à risca, para deixar que a narrativa fluísse melhor. Entretanto, algumas perguntas foram reforçadas com todas as pessoas entrevistadas. A que se destaca aqui é o questionamento sobre qual seria o tipo de comunicação ideal voltado para venezuelanos em Foz do Iguaçu – em que formato seria, em que idioma, e onde estaria localizado. Em todas as entrevistas, foi destacada a falta de informações acessíveis e em espanhol em pontos estratégicos da cidade, como aeroporto, terminal de ônibus, terminal rodoviário e nas pontes de fronteira. A mesma demanda também foi refletida pela maioria das pessoas que responderam ao questionário apresentado no terceiro capítulo desta pesquisa.

Mesmo em um município como Foz do Iguaçu, que possui trânsito constante de migrantes, com fluxo intenso de turistas durante todo o ano, essas informações não são de acesso fácil e usual – o que acaba refletindo em pessoas em situação de vulnerabilidade com seus direitos negligenciados. Com o acesso aos direitos fundamentais prejudicado, aumentam-se as desigualdades e alimenta-se um círculo vicioso que agrava, cada vez mais, as vulnerabilidades em que vivem milhares de migrantes venezuelanos no Brasil. E é nesse fosso que separa o cidadão com a plenitude de seus direitos respeitados do migrante vulnerável que reside a crítica de Milton Santos ao que se pretendia ter como o cidadão universal, por meio da globalização. O que se vê, na prática, são fronteiras cada vez mais reforçadas pelas desigualdades refletidas no acesso aos direitos:

Fala-se, também, de uma humanidade desterritorializada, uma de suas características sendo o desfalecimento das fronteiras como imperativo da globalização, e a essa ideia dever-se-ia uma outra: a da existência, já agora, de uma cidadania universal. De fato, as fronteiras mudaram de significação, mas nunca estiveram tão vivas, na medida em que o próprio exercício das atividades globalizadas não prescinde de uma ação governamental capaz de torná-las efetivas dentro do território. A

humanidade desterritorializada é apenas um mito. Por outro lado, o exercício da cidadania, mesmo se avança a noção de moralidade internacional, é, ainda, um fato que depende da presença e da ação dos Estados nacionais. (SANTOS, 2000, p. 21)

Enquanto a garantia do acesso aos direitos estiver vinculada à nacionalidade de este ou aquele migrante, seguiremos na ideia utópica de globalização e transposição de fronteiras. Não há plenitude de direitos enquanto sobem os muros sociais que alimentam as desigualdades e as vulnerabilidades.

Quando a migração se mostra a única opção na busca por sobrevivência, ela acaba sendo acompanhada por vulnerabilidades. É nesse caminho hostil que milhões de venezuelanos e venezuelanas têm construído nos últimos anos um dos maiores fluxos migratórios da história recente mundial. O Brasil tem recebido milhares de pessoas que cruzam a fronteira trazendo na bagagem um histórico de violação de direitos. São seres humanos que lutam, dia após dia, por condições que lhes permitam sobreviver com dignidade e, quem sabe, traçar uma nova trajetória de vida. As diferentes fontes e narrativas mostradas ao longo dessa dissertação apontam para uma série de desafios que se mostram na integração e no acolhimento de migrantes venezuelanos no Brasil e, mais especificamente, no município de Foz do Iguaçu.

José, Antônio, Elias e Maria ilustram uma realidade dura de migrantes que chegam a Foz do Iguaçu sem apoio e sem rede de contato alguma. Em situações distintas, José e Maria conseguiram, de alguma forma, acesso a informações para regularizar a situação no país e esperam por mudanças em suas realidades diárias. Por outro lado, Antônio e Elias, que entraram no Brasil por Roraima, onde a estrutura para receber migrantes venezuelanos é bastante sólida e organizada, exemplificam a importância de se ter acesso a informações confiáveis e a processos organizados para atender a demandas específicas da população migrante que entra no Brasil. No outro extremo, Marta e Jonas ilustram a importância das redes de contato e apoio construídas por venezuelanos depois que chegam ao novo território.

Foz do Iguaçu deu um importante passo na construção de um protocolo de identificação de vulnerabilidades e definição de fluxos de atendimentos a migrantes no município. Mas é preciso ir além. É necessário reforçar as redes de acolhimento e fazer chegar informações confiáveis a quem mais precisa. Organizações como a Asovenfi podem ser um importante ponto de partida para escuta de necessidades. Mas é necessário que os horizontes sejam ampliados, que migrantes em situações distintas de vulnerabilidade também sejam ouvidos. E é preciso transformar essa escuta em políticas públicas, uma vez que essa população tem crescido no município – aumento visível, apesar da falta de estatísticas.

Já são mais de 260 mil migrantes venezuelanos no Brasil, e parte desse contingente está ou irá passar por Foz do Iguaçu. É necessária a construção de políticas públicas que garantam o respeito de seus direitos fundamentais. É preciso repensar conceitos, mudar a perspectiva, quebrar paradigmas em busca da promoção dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTENHOFEN, Cléo V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine et al. (orgs.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

ACNUR. **Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto**. Brasília: 2015. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto>. Acesso em 19 de maio de 2019.

ACNUR. **Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil**. Brasília: 2019. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Pesquisa-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-Refugiados-ACNUR.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2019.

ACNUR. **Protegendo refugiados no Brasil e no mundo**. Brasília: 2020. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/03/Cartilha-Institucional-Final-site.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2020.

BALTAR, Cláudia Siqueira; BALTAR, Ronaldo; BAENINGER, Rosana (Coordenadores). **Atlas temático: Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações de Londrina. Migrações Internacionais, Região Sul**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2020. Disponível em https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/_atlas_sul.php. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

BARTH, Fredrik, 1969. Grupos étnicos e suas fronteiras, *apud* POUTIGNAT, Philippe; STREIFF_FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL, LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997. **Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências**.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm. Acesso em 5 de maio de 2019.

BRASIL. LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017. **Lei de Migração**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em 5 de maio de 2019.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CARDIN, Eric Gustavo; ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho de. Fronteiras e Deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 06, n. 10, p. 114-131, 2018.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília. **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2019**. Brasília, DF: OBMigra, 2019. Disponível em <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em 23 de dezembro de 2020.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília. **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020**. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em 23 de dezembro de 2020.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

CONVENÇÃO relativa do Estatuto dos Refugiados. ACNUR, 1951. Disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em 5 de maio de 2019.

DECLARAÇÃO DE CARTAGENA. Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários. 22 de novembro de 1984. Disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf. Acesso em 20 de maio de 2020.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 de dezembro de 1948. Disponível em <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em 20 de maio de 2020.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. O sétimo momento: deixando o passado para trás. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Trad. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 389-405.

FIOROTTI, Cíntia; CARDIN, Eric Gustavo. Migrações paraguaias na faixa de fronteira do Brasil: identidades, circularidades e redes transnacionais. Século XXI: **Revista de Relações Internacionais**, v.7, p.53 - 71, 2016.

MACHADO E SILVA, Regina C; JUNG, Neiva M.; PIRES-SANTOS, Maria Elena. Etnografia da linguagem como políticas em ação. **Calidoscópio** n.17, janeiro-abril 2019. p. 145-162

MALIGHETTI, Roberto. **Etnografia e trabalho de campo: autor, autoridade e autorização de discursos**. Caderno Pós Ciências Sociais. São Luís, v. 1, n. 1; jan./jul. 2004, p. 109-122.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, C.L.G. e CASTRO, P.A. (orgs.) **Etnografia e educação: conceitos e usos [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em <http://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>. Acesso em 26 de janeiro de 2020.

OIM. **DTM Brasil – N°3: Monitoramento do Fluxo da Migração Venezuelana**. 2019. Disponível em https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/DTM/2018_02_18-OIM_Brasil_DTM_N3-PT.pdf. Acesso em 20 de julho de 2019.

OIM. **DTM Brasil – N°1: Monitoramento do Fluxo Migratório Venezuelano**. 2018a. Disponível em https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/DTM/MDH_OIM_DTM_Brasil_N1.pdf. Acesso em 22 de julho de 2019.

OIM. **Protocolo de Assistência a Migrantes em Situação de Vulnerabilidade**. 2018b. Disponível em http://publications.iom.int/system/files/pdf/protocolo_de_assistencia_a_migrantes_em_situacao_de_vulnerabilidade.pdf. Acesso em 20 de julho de 2019.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul.dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf> Acesso em 2 de outubro de 2019.

R4V, **Evaluación regional sobre necesidades de información y comunicación**. Janeiro de 2020. Disponível em <https://r4v.info/es/documents/download/73684>. Acesso em 24 de maio de 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REACH. **Information Needs Assessment: Venezuelan Migration in Northern Brazil**. Novembro de 2018. Disponível em http://www.reachresourcecentre.info/system/files/resource-documents/reach_bra_report_ina_venezuelan_migration_northern_brazil_november_2018_en.pdf. Acesso em 5 de maio de 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio *et al.* O Território: Diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista Faz Ciência**, Foz do Iguaçu, v.7, n. 1, 2005. Disponível

em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7380/5429>. Acesso em 5 de maio de 2019.

SARMENTO, Gilmara; RODRIGUES, Francilene. Entre a acolhida e o rechaço: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil, *apud* BAENINGER, Rosana; JARONSHINSKI SILVA, João Carlos (Org.). **Migrações Venezuelanas**. 1ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó - Nepo/UNICAMP, 2018.

SILVA, Camila Rodrigues. Sínteses, reflexões e perspectivas sobre a política de interiorização no acolhimento de venezuelanos em 2018, *apud* BAENINGER, Rosana; JARONSHINSKI SILVA, João Carlos (Org.). **Migrações Venezuelanas**. 1ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó - Nepo/UNICAMP, 2018.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

UNHCR. **Protection Monitoring Venezuela Situation - Update #1 January-June 2019**. Disponível em <http://reporting.unhcr.org/sites/default/files/UNHCR%20Protection%20Monitoring%20Report%20for%20VenSit%20-%20EN%20-%20July%202019.pdf>. Acesso em 21 de junho de 2019.

VASCONCELOS, Iana dos Santos; SANTOS, Sandro Martins de Almeida. Refugiados em Roraima? Instituições, papéis e a competição pelas categorias, *apud* BAENINGER, Rosana; JARONSHINSKI SILVA, João Carlos (Org.). **Migrações Venezuelanas**. 1ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó - Nepo/UNICAMP, 2018.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WORTHAM, Stanton. **Narratives in Action: A Strategy for Research and Analysis**. New York: Teachers College Press, 2001.

ANEXOS

Anexo A – Parecer do Comitê de Ética

UNIOESTE - CENTRO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Migrações e vulnerabilidades: O uso das novas tecnologias por pessoas migrantes e refugiadas venezuelianas para o acesso a direitos fundamentais

Pesquisador: PAOLA BERNARDON BELLO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 14083819.0.0000.0107

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.359.693

Apresentação do Projeto:

A pesquisa será organizada em fases. A primeira será a revisão bibliográfica detalhada sobre o tema, em especial nos aspectos de novas tecnologias, direitos, usos atuais da tecnologia para garantia de direitos, refúgio e migração.

A segunda será de levantamento de informações (GIL, 199, p. 52), com a identificação e interogação direta das pessoas, foco da pesquisa, seguida pela distribuição de questionários de respostas objetivas (perguntas fechadas, com respostas de múltipla escolha).

A terceira fase será composta por entrevistas qualitativas, na busca por exemplificar e trazer relatos sobre as experiências de vida, as dificuldades e o nível de acesso a direitos fundamentais na região.

Por fim, a última etapa será de análise dos dados e das informações coletadas nas fases anteriores, na tentativa de disponibilizar informações que possam servir de base para políticas públicas que promovam a disseminação de informações de qualidade sobre os direitos fundamentais das pessoas

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral:

Identificar de que forma as novas tecnologias e as redes de contatos baseadas em tecnologias de informação e comunicação vêm sendo utilizadas para proteção, disseminação de informação e

Endereço: RUA UNIVERSITÁRIA 2009

Bairro: UNIVERSITÁRIO

CEP: 85.019-110

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.pppq@unioeste.br

UNIOESTE - CENTRO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 3.359/090

garantia de acesso aos direitos humanos fundamentais a pessoas migrantes e refugiadas vindas da Venezuela para Foz do Iguaçu e em situação de maior vulnerabilidade.

Objetivos específicos:

Refletir sobre a importância das novas tecnologias e o uso por parte de pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas na região de Foz do Iguaçu para obter informações que lhes permitam o acesso a serviços ligados a direitos fundamentais, especificamente educação, saúde e trabalho.

Identificar as principais mídias digitais utilizadas por refugiados e migrantes venezuelanos em Foz do Iguaçu e de que forma são usadas, alimentadas e disseminadas as informações relacionadas aos direitos humanos fundamentais selecionados. E

Levantar informações e ponderar sobre o entendimento que pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas têm sobre seus próprios direitos no Brasil, sobre os principais serviços disponíveis e efetivamente acessados, e sobre as carências e oportunidades para ampliar a disseminação de informações corretas sobre o acesso a serviços de educação, saúde e trabalho.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

No projeto são avaliados os riscos em relação à pesquisa e não aos pesquisados, que é o enfoque necessário. Entretanto, no TCLE os riscos referidos dizem respeito aos pesquisados. Assim aprovou-se o projeto tendo em vista esses riscos serem apontados no TCLE. Alerta-se que foi omitida uma referência a que se, em algum momento, o entrevistado precisar de socorro, o pesquisador o providenciará. Alerta-se, portanto, com relação a essa responsabilidade do pesquisador.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante e necessária.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Já apresentadas.

Ainda, a Folha de Rosto é assinada pelo Coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Sociedade, Cultura e fronteiras e não pelo diretor da instituição que, em última instância, será o responsável se algum problema houver. No caso, foi aceita dessa forma, por estamos em fase de transição, quanto a essa norma. Mas, solicitamos que as Folhas de Rosto dos futuros projetos sejam assinadas pelo Diretor de Campus.

Recomendações:

Já apresentadas.

Endereço: RUA UNIVERSITÁRIA 2009

Bairro: UNIVERSITÁRIO

CEP: 85.819-110

UF: PR Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.pppg@unioeste.br

**UNIOESTE - CENTRO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE**



Continuação do Parecer: 3.359.000

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|-----------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1344856.pdf | 13/05/2019 20:38:18 | | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | projeto_unioeste_paola_bello.pdf | 13/05/2019 20:35:31 | PAOLA BERNARDON BELLO | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | declaracao.pdf | 13/05/2019 20:34:08 | PAOLA BERNARDON | Aceito |
| Outros | questionarios.pdf | 13/05/2019 20:33:38 | PAOLA BERNARDON | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | pesquisadores510.pdf | 13/05/2019 20:32:53 | PAOLA BERNARDON | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | pesquisadores466.pdf | 13/05/2019 20:32:42 | PAOLA BERNARDON | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | responsavei510.pdf | 13/05/2019 20:32:26 | PAOLA BERNARDON BELLO | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | responsavei466.pdf | 13/05/2019 20:32:06 | PAOLA BERNARDON BELLO | Aceito |
| TGLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TGLE.docx | 13/05/2019 20:31:28 | PAOLA BERNARDON BELLO | Aceito |
| Folha de Rosto | folharosto.pdf | 13/05/2019 20:31:07 | PAOLA BERNARDON | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: RUA UNIVERSITÁRIA 2009

Bairro: UNIVERSITÁRIO

CEP: 85.819-110

UF: PR Município: CASCAVEL

Teléfono: (45)3220-3002

E-mail: cep.prog@unioeste.br

Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

CONEP em 04/08/2000

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto:

Migrações e vulnerabilidades: O uso das novas tecnologias por pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas para o acesso a direitos fundamentais

Pesquisador responsável e colaboradores com telefones de contato:

Paola Bello (responsável): (11) 96075-2429

Maria Elena Pires Santos (colaboradora): (45) 99933-8449

Convidamos você a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo de **identificar a importância das ferramentas de tecnologia da comunicação (como redes sociais e aplicativos de celular) para que pessoas migrantes e refugiadas vindas da Venezuela conheçam seus direitos no Brasil e tenham acesso a serviços fundamentais, como educação, saúde e trabalho.** Para isso será realizada **uma pesquisa com sua pessoa, que consiste em um questionário, que deverá ser respondido assinalando a resposta que considerar mais adequada.**

Durante a execução do projeto, **é possível que alguma pergunta ou o compartilhamento de alguma experiência pessoal lhe cause desconforto ou não queira ser respondida, decisão que será respeitada.** Para algum questionamento, dúvida ou relato de algum acontecimento, os pesquisadores poderão ser contatados a qualquer momento. **Com essa pesquisa, você estará**

colaborando para um melhor entendimento sobre a situação em que vivem pessoas venezuelanas no Oeste do Paraná.

Este documento está sendo entregue em duas vias, sendo que uma ficará com você. Você não pagará nem receberá para participar do estudo. Sua confidencialidade será mantida e os dados serão utilizados apenas para fins científicos. Você poderá cancelar sua participação a qualquer momento da pesquisa. O telefone do comitê de ética é 3220-3092, caso você necessite de maiores informações. Ao término do projeto, a dissertação com os dados coletados estarão disponíveis para consulta.

Declaro estar ciente do exposto e **desejo participar do projeto.**

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

Assinatura:

Eu, **Paola Bernardon Bello**, declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de 20____.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário norteador para pesquisa qualitativa

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS QUESTIONÁRIO NORTEADOR PARA PESQUISA QUALITATIVA

- Nome, idade e tempo de chegada ao Brasil.
- Conte como foi seu trajeto desde a Venezuela até chegar a Foz do Iguaçu.
- Por que escolheu Foz do Iguaçu?
- Na sua opinião, quais são as maiores dificuldades enfrentadas por venezuelanos quando chegam a Foz do Iguaçu? Você ainda tem alguma dificuldade de adaptação?
- Com que frequência você acessa aplicativos e redes sociais e em quais horários? Com qual finalidade?
- Qual o tipo de acesso à internet que você usa?
- Que dificuldades você enfrenta no dia a dia em função da sua situação de vulnerabilidade? (para pessoas previamente identificadas)
- De que forma você tem usado a internet e as redes sociais para saber mais sobre seus direitos aqui no Brasil?
- Você tinha o hábito de recorrer à internet e às redes sociais para saber sobre seus direitos? De que forma isso tem mudado no Brasil?
- Você tem alguma rede de apoio aqui em Foz do Iguaçu? Como chegou até ela? Ela tem aumentado?
- Na sua opinião, como seria uma comunicação que fala diretamente com venezuelanos e venezuelanas que chegam ao Brasil? Sobre o que falaria primeiro? Que meio de comunicação usaria?
- Quais os principais serviços públicos que você acessa no Brasil? Como ficou sabendo deles?
- Que serviços você considera ainda muito difíceis para um venezuelano ou venezuelana ter acesso no Brasil? E como isso poderia mudar?

Apêndice B – Questionário para coleta de dados quantitativos

Questionario de encuesta

1. Género

Masculino Femenino Prefiero no identificar

2. Edad: _____ (años)

3. Escolaridad

Primario (hasta 6º año)

Media (6 a 9 años)

Diversificado (+3 años)

Bachillerato completo (+ 3 años)

Técnico superior universitario / tecnológico

Licenciatura

Post grado

Tengo mi diploma revalidado en Brasil: Si No

4. Mi situación en Brasil é:

Soy refugiado / refugiada (reconocido) Tengo protocolo de refugio

Soy residente temporario Tengo protocolo de residencia temporaria

Soy residente permanente Tengo protocolo de residencia permanente

Tengo permiso de estudiante

Soy turista

Prefiero no informar

5. Hace cuanto tiempo que llegaste a Foz do Iguaçu: _____
(meses/años)

6. Dónde estabas antes de venir para Foz do Iguaçu:

Pacaraima

Boa Vista

Vine directamente de Venezuela

Otra ciudad: _____

7. Llegué a Foz do Iguaçu:

Por cuenta propia / recursos propios

Con el Ejército Brasileiro / Operação Acolhida

Tuve ayuda de otra organización. Cual? _____

Para estudiar en la universidad. Cual? _____

8. Por cuanto tiempo piensas quedarte en Foz do Iguaçu?

Por poco tiempo, a mi me gustaría ir para otra ciudad. (Cual? _____)

Me quedaré en Foz de Iguaçu hasta que pueda regresar a Venezuela.

No quiero irme de Foz do Iguaçu

No sé

9. Verifique las alternativas que coinciden con su perfil:

Vine a Brasil solo, sin mi familia.

Vine con mi familia a Brasil.

Vine con parte de mi familia a Brasil, otra parte se quedó en Venezuela.

Otra:

10. ¿Cómo se accede a internet? (Marque todas las opciones que desee)
- Yo uso mi computadora / computadora familiar
 - Yo uso mi celular / celular familiar
 - Uso tablet / tablet de mi familia
 - Uso computadora en mi trabajo/oficina, en la universidad o publicas/ciber cafes.
 - Tengo internet móvil (3G, 4G)
 - Tengo internet fijo en mi casa
 - Uso wifi gratis

11. ¿Con qué frecuencia accedes a internet?
- Todos los días
 - Al menos una vez a la semana
 - Siempre que sea posible, pero no tengo periodicidad
 - Nunca

12. ¿Para qué utiliza internet? (Marque tantas alternativas como desee)

- Para hablar con mis amigos y familiares
- Para ver noticias de mi país
- Para ver redes sociales
- Para buscar trabajo
- Para buscar oportunidades de estudio para mí / mi familia
- Conocer los servicios de salud disponibles en la ciudad.
- Otro: _____

13. ¿En qué redes sociales participas? (Marque tantas alternativas como desee)

- Facebook
- Twitter
- LinkedIn
- Instagram
- Ninguna
- Otra _____

14. ¿Qué herramientas utilizas para comunicarte en internet?

- E-mail
- Redes sociales (Facebook, Twitter, Instagram...)
- Skype
- Whatsapp
- Telegram
- Otra _____

15. En su opinión, qué derechos y servicios están disponibles para los inmigrantes venezolanos en Brasil: (marque tantos como desee)

- Escuela y guardería gratis para niños.
- Escuela y guardería gratis para niños solo si no hay brasileños esperando en la fila
- Atención medica gratuita
- Las mismas atención, análisis y medicamentos que están disponibles de forma gratuita para los brasileños.
- Atención médica urgente y de emergencia solamente (no puedo programar una consulta gratuita en el sistema de salud)
- Trabajo con un contrato formal, vacaciones y el 13º sueldo.
- Trabajo con registro formal, pero con descuentos, sin vacaciones y 13º salario
- Educación superior (pregrado y posgrado)
- Otros. Cuales? _____

16. Comprueba a qué servicios has accedido gratis en Brasil: (marca tantos como desees)

- Escuela y guardería para niños de mi familia.
- Atención médica de emergencia

- Exámenes y remedios
- Programación de citas con médicos especialistas. (Cual? _____)
- Trabajar con registro firmado
- Enseñanza superior (Cual/Dónde? _____)
- Otros. Cuales? _____

17. ¿Qué documentos brasileños tienes?

- Protocolo de refugio o residencia
- Cartera de trabajo
- CPF
- Cartera de residencia o refugio
- Licencia de conducir
- Diploma revalidado
- Cartera profesional
- Cartera de SUS/salud
- Otro _____
- Todavía no tengo documentos brasileños, pero he comenzado los procesos.
- No tengo documentos
- No sé qué documentos puedo tener.

18. Acerca de los documentos brasileños:

- Pedí en Roraima y vine con ellos listos para Foz
- Hice los documentos en otra ciudad antes de venir a Foz. (Cual? _____)
- Hice los documentos aquí en Foz, sin la ayuda de nadie.
- Hice los documentos aquí en Foz, con la ayuda de una organización / profesional.
- Empecé a ordenar aquí en Foz, pero todavía no tengo mis documentos

19. Cuando necesito información sobre los servicios de **salud** en Foz de Iguazú:

- Busco información solo en internet
- Le pregunto a un grupo de Whatsapp o Facebook venezolano del que formo parte
- Buscando la Asociación de Venezolanos en Foz
- Voy directamente al centro de salud o al hospital para preguntar
- Busco información en otro sitio. Cual? _____

20. Cuando necesito información sobre los servicios de **educación** en Foz de Iguazú:

- Busco información solo en internet
- Le pregunto a un grupo de Whatsapp o Facebook venezolano del que formo parte
- Buscando la Asociación de Venezolanos en Foz
- Voy directamente a la escuela, guardería o universidad para preguntar
- Busco información en otro sitio. Cual? _____

21. Cuando necesito información sobre los servicios de **derechos laborales** en Foz de Iguazú:

- Busco información solo en internet
- Le pregunto a un grupo de Whatsapp o Facebook venezolano del que formo parte

- Buscando la Asociación de Venezolanos en Foz
- Busco información en otro sitio. Cual? _____

22. Como inmigrante, ¿siente que se respetan sus derechos en Brasil?

- Si, completamente.
- Sim, pero no todos.
- No tengo derechos en Brasil por ser inmigrante.
- Tengo derechos, pero la mayoría de mis derechos no se respetan.

23. ¿Cuáles crees que son las principales dificultades que enfrentan los venezolanos en Brasil? () Aprender portugués

- Conseguir trabajo
- Consiguir un lugar seguro para vivir
- Tener atención médica
- Para poder estudiar / garantizar el estudio de los niños
- Otro _____

24. En su opinión, ¿qué tipo de material informativo sería útil a su llegada a Brasil? (marque tantos como quiera)

- Materiales impresos (folletos, carpetas, periódicos, carteles) en las fronteras.
- Autoservicio en fronteras (tótems públicos y computadoras).
- Materiales impresos (folletos, carteles) en aeropuertos y estaciones de autobuses.
- Autoservicio en aeropuertos y estaciones de autobuses (tótems públicos y computadoras).
- Sitio web en portugués y español, al que se puede acceder rápidamente desde el móvil.
- Aplicación para instalar en mi teléfono
- Otro _____

25. Siendo un inmigrante, ¿sobre qué tema tiene más dificultad / necesidad de acceder a la información?

- Salud
- Educación
- Trabajo e Derechos Laborales
- Derechos y deberes de los inmigrantes en Brasil
- Refugio y residencia
- Documentación brasileña
- Programas sociales (Bolsa Família, etc.)
- Formas de denunciar delitos (violencia, falta de respeto por los derechos, etc.)
- Otro _____